RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2015

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa da Assembleia Legislativa em 2015

Gelson Merisio
Presidente

Aldo Schneider
1° Vice-Presidente

Leonel Pavan
2° Vice-Presidente

Valmir Comin
1° Secretário

Padre Pedro Baldissera
2° Secretário

Dirce Heiderscheidt
3ª Secretária

Mário Marcondes
4° Secretário

Sumário

Mensagem do Presidente **04**
Produção Legislativa **06**
Temas do Ano **08**
Novas Leis **15**
Solenidades **21**
Comissões **34**
Frentes e Fóruns Parlamentares **45**
Bancada Feminina **53**
Certificação de Responsabilidade Social **56**
Institucional **60**
Comunicação **66**
Escola do Legislativo **69**
PAB – Programa Antonieta de Barros **73**
Deputados e Suplentes **76**

01

Mensagem do Presidente

Mensagem do Presidente

"Na Assembleia Legislativa temos procurado evoluir passo a passo no sentido de fazer o que é certo, o que é necessário ser feito. A ordem é reduzir gastos, enxugar a máquina administrativa e racionalizar o serviço público. Em um ano de ajustes econômicos em todo o país, a Assembleia Legislativa provou que é possível economizar sem comprometer os serviços prestados à população.

O ano de 2015 foi de desafios constantes, mas sobretudo de oportunidades. Se de um ângulo a crise econômica se faz perceber de forma mais contundente, de outro aponta para a busca de caminhos mais eficientes e, especialmente, mais alinhados com o que as pessoas esperam de seus representantes. Santa Catarina é um estado diferenciado em vários aspectos, e uma das primeiras medidas que adotamos neste ano foi justamente valorizar esse diferencial com o lançamento da campanha "Santa Catarina: gente que faz a diferença", divulgada em rádio, TV, jornal e internet. O objetivo foi destacar o espírito empreendedor e solidário dos catarinenses que, mesmo em meio a crise, conseguem se reinventar.

Outra ação desenvolvida pelo Parlamento foi o Painel SC – Ideias para fazer a diferença, com ciclo de palestras realizadas em diferentes regiões do estado com personalidades reconhecidas por serem exemplos de superação e conquistas.

É importante ressaltar que o momento político pelo qual o Brasil passa é de extrema indignação da sociedade, o que leva à impressão de que as pessoas se distanciarão do processo político. Mas entendemos de forma diferente. O volume de informações disponíveis em inúmeras plataformas faz e fará com os cidadãos tenham mais atenção à escolha de seus representantes, tornando o processo político muito mais efetivo.

É com essa reflexão que no dia a dia na Assembleia Legislativa temos procurado evoluir passo a passo no sentido de fazer o que é certo, o que é necessário ser feito. A ordem é reduzir gastos, enxugar a máquina administrativa e racionalizar o serviço público. Em um ano de ajustes econômicos em todo o país, a Assembleia Legislativa provou que é possível economizar sem comprometer os serviços prestados à população.

Com isso, 2015 entra para a história do Poder Legislativo como o ano em que a Casa iniciou uma transformação para um modelo de gestão mais eficiente e com menor custo. A partir dessa premissa, adotamos várias iniciativas, como a revisão de contratos e medidas administrativas, que nos permitiram uma economia de R$ 100 milhões. Um dos primeiros atos foi a adoção de regras mais rígidas para a concessão de diárias de viagem, o que resultou em uma economia de 40% nas despesas com esse item em relação ao ano passado.

Outra ação que vai ao encontro da premissa de fazermos o que é certo foi a devolução de policiais militares da ativa que atuavam no Parlamento e que poderiam estar nas ruas reforçando a segurança pública. Outros ainda serão devolvidos, de forma que permaneçam na Casa somente o número mínimo necessário para a manutenção da Casa Militar e o restante seja substituído por policiais da reserva.

Houve avanços, mas houve também momentos em que tivemos de recuar, como quando sugerimos a obrigatoriedade da devolução pelos poderes dos valores excedentes do duodécimo ao Executivo. Não havia consenso naquele momento e para que prevalecesse a harmonia, um passo atrás foi necessário.

É preciso aprender a gerir olhando para o futuro e, com rigor e correção, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O que tivermos de fazer nesse sentido, faremos."

Deputado Gelson Merisio
Presidente da Assembleia
Legislativa de Santa Catarina

02

Produção Legislativa

Deputados aprovaram 321 proposições no ano

Durante o ano de 2015, os deputados estaduais aprovaram 321 proposições em 118 sessões ordinárias e 32 extraordinárias, considerando projetos de lei (PLs), de lei complementar (PLCs), de resolução (PRSs), de decreto legislativo (PDLs), proposta de emenda à Constituição (PEC) e medidas provisórias (MPVs). Os números constam nas planilhas de votação disponíveis para consulta no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa e no relatório anual divulgado pela Coordenadoria de Expediente da Casa. Foram apreciados:

- 269 projetos de lei
- 32 projetos de lei complementar
- 8 projetos de resolução
- 5 projetos de decreto legislativo
- 1 proposta de emenda à Constituição
- 6 medidas provisórias
- 36 mensagens de veto, sendo 16 derrubados e 20 mantidos

A Casa ainda aprovou:

- 940 indicações
- 200 moções
- 208 pedidos de informação
- 1.281 requerimentos

As proposições deliberadas no ano passado referem-se a projetos apresentados em 2015 e em anos anteriores.

Produção

Em 2015, foram protocolados na Assembleia Legislativa 675 proposições, sendo:

- 576 projetos de lei - 479 elaborados pelos deputados, 78 encaminhados pelo governador, 17 pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), 1 projeto de autoria do Ministério Público (MPSC) e 1 da Defensoria Pública.
- 50 projetos de lei complementar - 26 de origem parlamentar, 10 de origem governamental, 6 do TJSC, 7 do MPSC e 1 do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC)
- 18 projetos de resolução
- 5 projetos de decreto legislativo
- 17 propostas de emenda à Constituição
- 9 medidas provisórias

O Poder Executivo protocolou, em 2015, 68 mensagens de veto.

03

Temas do Ano

Os temas que mexeram com o Legislativo em 2015

Em 2015, o Parlamento catarinense não fugiu daquela que é uma das suas principais atribuições: ser palco para o debate dos temas que mexem com a sociedade. Do plano de carreira dos professores da rede pública estadual, passando pelas mudanças na previdência dos servidores públicos e pelas greves dos caminhoneiros, a Alesc teve papel destacado na mediação de conflitos entre as partes envolvidas, em algumas situações, com momentos tensos.

Nova legislatura, novos desafios

O ano de 2015 marcou o início do segundo mandato de João Raimundo Colombo à frente do comando do Estado de Santa Catarina. Logo no dia 1º de janeiro, a Assembleia Legislativa deu posse ao governador reeleito e a seu vice, Eduardo Pinho Moreira, em uma sessão solene que contou com a presença de dezenas de autoridades.

No discurso de posse, Colombo lançou como desafio para o segundo mandato o atendimento personalizado ao cidadão catarinense. "Alguns dos 'deveres do Estado e direitos dos cidadãos', proclamados pela República, seja na saúde, na educação, na habitação, constituem o lastro democrático da Constituição de 1988. Mas, não se cumprirão jamais enquanto não se individualizar sua distribuição", afirmou. "Se a lógica prevalece para a cobrança de impostos, porque não prevalecerá como direitos devidos a tais contribuintes?", questionou.

O governador ressaltou o seu compromisso com o aperfeiçoamento do modelo de gestão pública, com o aumento da capacidade de fiscalização do Estado. "Temos que aperfeiçoar esse modelo, para que as obras tenham começo, meio e fim. O Estado tem que ser um cobrador eficiente para que possa oferecer um serviço público bastante eficiente".

Na posse da 18ª legislatura, Gelson Merisio é eleito para a Presidência da Alesc

No dia 1º de fevereiro, foi a vez dos 40 deputados estaduais iniciarem um novo mandato. Eleitos em outubro de 2014, eles foram empossados em uma sessão preparatória presidida pelo deputado Narcizo Parisotto (DEM).

Logo após a posse, em nova sessão, os deputados elegeram a Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos do Parlamento até 31 de janeiro de 2017.

Por unanimidade, Gelson Merisio (PSD) foi eleito para a Presidência. O parlamentar, que iniciou a carreira política como vereador em Xanxerê, nos anos 80, assumiu o comando da Alesc pela terceira vez. Na posse, Merisio assumiu três compromissos, os quais classificou como "cláusulas pétreas de sua gestão": independência, transparência e sintonia com as ruas.

"Independência, porque sem Legislativo forte não há democracia. Independência para pensar, agir e legislar, para divergir e concordar", ressaltou. "Vamos aprofundar ainda mais nos atos de transparência, que tem que ser máxima, total e absoluta. É a nossa obrigação e é assim que será", disse.

Merisio também destacou a necessidade do Parlamento de responder os anseios dos catarinenses, com diálogo permanente com a sociedade, com o objetivo de se compreender e ouvir a voz das ruas. "A sociedade quer mais.

É muito bom que seja assim, é fundamental que essa cobrança jamais termine, porque é isso que faz Santa Catarina ser o que é hoje".

Ainda na sessão de 1° de fevereiro, os deputados elegeram, também por unanimidade, os demais membros da Mesa Diretora:

1° Vice-presidente: Aldo Schneider (PMDB)
2° Vice-presidente: Leonel Pavan (PSDB)
1° Secretário: Valmir Comin (PP)
2° Secretário: Padre Pedro Baldissera (PT)
3ª Secretária: Dirce Heiderscheidt (PMDB)
4° Secretário: Mário Marcondes (PR)

A 18ª legislatura, que começou em 1° de fevereiro de 2015 e vai até 31 de janeiro de 2019, conta com 13 parlamentares que foram eleitos pela primeira vez para o Assembleia Legislativa:

Cesar Valduga (PCdoB)
Cleiton Salvaro (PSB)
Gabriel Ribeiro (PSD)
Gean Loureiro (PMDB)
João Amin (PP)
Leonel Pavan (PSDB)
Mário Marcondes (PR)
Milton Hobus (PSD)
Natalino Lázare (PR)
Patrício Destro (PSB)
Ricardo Guidi (PPS)
Rodrigo Minotto (PDT)
Vicente Caropreso (PSDB)

Com o início da 18ª legislatura e o afastamento de outros três deputados para assumirem cargos no primeiro escalão do governo estadual, a Assembleia recebeu, na condição de suplentes, outros três novatos:

Luiz Fernando Vampiro (PMDB)
Fernando Coruja (PMDB)
Dalmo Claro (PMDB)

Mudanças na previdência

O governo estadual dedicou boa parte de seus esforços nos últimos meses de 2015 a alterações profundas na previdência dos servidores públicos estaduais. A mobilização do Executivo visava dois objetivos: a criação de um sistema de previdência complementar para os futuros servidores ea extinção do Fundo Previdenciário criado em 2008. O objetivo principal era reduzir o déficit previdenciário, que ultrapassou os R$ 3 bilhões só em 2015 e ameaça as finanças do Estado.

Em setembro, a Secretaria de Estado da Fazenda anunciou a proposta para criação do SCPrev, o regime de previdência complementar dos servidores estaduais. Pela proposta, os futuros funcionários públicos vão contribuir com o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev) até o teto salarial estabelecido pelo INSS. Para receber uma aposentadoria superior a esse limite, os servidores terão que contribuir com o SCPrev.

O projeto que criava o novo regime chegou à Alesc em outubro, em regime de urgência. Sua tramitação transcorreu sem maiores percalços, apesar dos questionamentos da oposição, principalmente quanto à transparência da estrutura do SCPrev. A proposta foi aprovada no começo de dezembro, com quatro votos contrários de deputados petistas.

Em novembro, o Executivo encaminhou à Assembleia mais mudanças na previdência, também em regime de urgência. Dessa vez, o objetivo do governo era aumentar gradualmente a contribuição do servidor ao Iprev dos 11% atuais para 14%, num intervalo de três anos. Da mesma forma, a contribuição do Estado passaria de 22% para 28%.

Quando a proposta já estava em tramitação na Alesc, o governo encaminhou nova mudança, a mais polêmica: extinguia o Fundo Previdenciário, criado em 2008, que estava superavitário em mais de R$ 800 milhões, e incorporava todos os servidores desse fundo (pouco mais de 13 mil) ao Fundo Financeiro, deficitário, onde estão todos os outros servidores estaduais.

Essa última mudança foi encaminhada na forma de uma emenda substitutiva global, apresentada durante reunião conjunta extraordinária de várias comissões da Alesc, no dia 3 de dezembro. O procedimento foi duramente criticado pela oposição e mesmo por deputados da base governista, pela rapidez na condução do trâmite de um projeto que faria mudanças estruturais na previdência.

O funcionalismo também se mobilizou contra as mudanças. Sindicatos ligados aos servidores protestaram durante as reuniões das comissões, durante a deliberação do projeto, e na votação da proposta, realizada em 10 de dezembro, uma semana após ter sido protocolada na Alesc. Houve registro de tumultos entre servidores e policiais que protegiam o plenário em pelo menos três ocasiões. As mudanças na previdência foram aprovadas com 30 votos favoráveis e 8 contra.

Medida provisória dos professores temporários

O primeiro grande embate do ano foi em torno da Medida Provisória (MP) que tratava dos professores contratados pelo Estado em regime temporário, os chamados ACTs. A principal mudança proposta pelo Executivo na medida era a diferenciação na forma de pagamento e de contratação entre efetivos e temporários. O objetivo da proposta, segundo a Secretaria de Estado da Educação, era adequar os salários pagos pelo estado à Lei do Piso Nacional do Magistério. Para isso, a remuneração dos professores temporários seria composta pela soma do vencimento, mais a hora-atividade, mais o incentivo à produtividade em sala de aula. O Sinte-SC, o sindicato da categoria, era contrário a essa diferenciação proposta pela MP, pois tal procedimento reduziria os salários dos ACTs, transformando-os em horistas.

Liderados pelo sindicato, professores temporários se mobilizaram para pressionar a retirada ou a rejeição da medida. No dia 3 de março, manifestantes interromperam a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O líder do governo da Alesc, deputado Silvio Dreveck (PP), e o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, foram praticamente agredidos pelos manifestantes quando deixavam a reunião interrompida.

A pressão dos professores resultou na suspensão do trâmite da MP. Mesmo assim, ACTs ligados ao sindicato ocuparam a Assembleia e passaram a pernoitar no hall do Palácio Barriga Verde. O movimento durou 35 dias e só foi encerrado após decisão judicial para desocupação da sede da Alesc.

Na CCJ, os deputados analisaram a MP no fim de março e decidiram pela sua inadmissibilidade.
Diante da pressão dos professores e do posicionamento dos parlamentares, em 8 de abril,o governo decidiu retirar a medida provisória.

Plano de carreira do magistério

A situação da carreira dos professores da rede estadual e dos ACTs voltaria à Alesc no final do ano. O Executivo mandou a proposta do novo plano de carreira no dia 19 de novembro, juntamente com o projeto que tratava da contratação dos professores temporários.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação, o principal objetivo do novo plano é reestruturar a carreira, fazendo a descompactação da tabela salarial da categoria. Na prática, a medida aumentará o salário dos professores com maior qualificação, como mestres e doutores. No caso dos ACTs, eles passarão a ser contratados como horistas.

De imediato, o Sinte-SC se posicionou contra a proposta, afirmando que a mesma só trará prejuízo aos professores, por entender que a maioria da categoria ficará sem reajustes salariais por três anos, tempo necessário para a completa aplicação do novo plano. O sindicato pediu a retirada dos projetos, que tramitaram em regime de urgência.

Após vários adiamentos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), as duas propostas foram aprovadas em plenário por 26 votos favoráveis e 12 contrários, na última sessão do ano legislativo, realizada em 16 de dezembro. Do lado de fora do plenário, muito tumulto, a exemplo do que já havia ocorrido nas reuniões da CCJ. A sessão ocorreu sob forte reforço policial, tentativas de invasão do plenário por parte dos manifestantes e objetos atirados em direção aos deputados, no momento da discussão das matérias.

Os deputados da bancada do PT criticaram duramente as propostas e principalmente o fato delas terem sido encaminhadas pelo Poder Executivo no final de novembro, sem tempo para discussões aprofundadas, inclusive com a participação da categoria.

MPs da segurança pública

Alterações nas formas de cumprimento da jornada de trabalho e no banco de horas dos policiais civis, militares, bombeiros militares e do Instituto Geral de Perícias (IGP), previstas em três medidas provisórias apresentadas pelo Executivo em agosto, também geraram debates acalorados na Alesc. Profissionais das categorias atingidas pelas medidas lotaram as dependências do Legislativo em várias ocasiões para pedir a retirada das MPs ou a rejeição das matérias pelos deputados.

Os sindicatos argumentavam que as medidas precarizavam as condições de trabalhos dos servidores, com a instituição de jornadas de plantão extenuantes e da retirada de indenizações para policiais que estavam afastados por problemas de saúde. O Executivo, por sua vez, justificou que as medidas eram necessárias para reduzir os gastos do Estado com folha de pagamento.

Apesar de toda a mobilização dos policiais e servidores da segurança, as três MPs foram transformadas em lei no dia 24 de novembro, sob protestos dos profissionais. Os placares, no entanto, foram apertados, com votos contrários de deputados da base do governo.

Plano estadual de educação

O segundo semestre de 2015 foi dedicado às discussões sobre o Plano Estadual de Educação. Encaminhada pelo Executivo em junho, a proposta estabelece 19 metas e mais de 300 estratégias para a educação em Santa Catarina nos próximos dez anos, contados a partir de 2016. Entre elas, a busca da erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais e a melhoria da qualidade de ensino.

O plano foi amplamente debatido na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc. Foram oito

audiências públicas, realizadas no decorrer de agosto em Caçador, Canoinhas, Lages, Chapecó, Blumenau, Joinville, Criciúma e Florianópolis, além das reuniões ordinárias do colegiado. Ao final, foram sugeridas 80 emendas parlamentares, das quais 22 foram acatadas pelo relator, deputado Valdir Cobalchini (PMDB). No dia 24 de novembro, o plano foi para votação em plenário, e aprovado por 35 votos a quatro, transformado na Lei nº 16.794, de 14/12/2015.

Alterações nas SDRs

Outra proposta polêmica que passou pelo Legislativo em 2015 tratava da transformação das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) em Agências de Desenvolvimento Regional. Na prática, além de perderem o status de secretarias estaduais, as 35 estruturas espalhadas pelo interior do estado sofreram redução no número de cargos comissionados e de funções gratificadas. Já a SDR da Capital foi extinta.

A medida era parte da reforma administrativa proposta pelo governador Raimundo Colombo (PSD) logo no começo do seu segundo mandato. O objetivo do Executivo era reduzir gastos públicos e tornar a estrutura do estado mais enxuta. De acordo com o projeto, seriam extintos 106 dos 455 cargos comissionados e 136 das 468 funções gratificadas das SDRs, totalizando uma economia anual de R$ 5 milhões.

O projeto enfrentou resistências no começo de sua tramitação, em julho, por tratar de uma das principais bandeiras do ex-governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB): a descentralização. As discussões avançaram até a sua aprovação, no dia 17 de novembro, com 31 votos favoráveis e quatro contrários. Os parlamentares contrários defendiam a extinção completa das estruturas regionais.

Greve dos caminhoneiros

Ainda em fevereiro, a paralisação nacional dos caminhoneiros autônomos mobilizou os deputados. O movimento, que pedia a redução do preço do óleo diesel e o aumento do frete, entre outras reivindicações, prejudicou o escoamento da produção agroindustrial catarinense, comprometendo a economia estadual, além de causar desabastecimento em vários municípios, principalmente no Oeste.

As comissões de Agricultura e Política Rural e de Transportes e Desenvolvimento Urbano debateram a greve em suas reuniões. No plenário, os deputados catarinenses aderiram à pauta dos caminhoneiros e sugeriram ao governo federal o subsídio do diesel. Os parlamentares se preocuparam com o fato do bloqueio nas rodovias prejudicar a economia do estado, atingindo setores essenciais como a agrodindústria e a agricultura familiar, e trouxeram relatos dramáticos, como a falta de medicamentos em hospitais e a escassez de ração para alimentar o rebanho de frangos e porcos.

A paralisação levou os deputados da Comissão de Transportes da Alesc até o trevo de Chapecó, no Oeste, para conversar com os caminhoneiros em greve. Os parlamentares também se reuniram com o governador Raimundo Colombo e acionaram os parlamentares catarinenses em Brasília para negociar um fim para a greve, o que ocorreu dias depois.

04

Novas Leis

4.1 Leis aprovadas

Além da ampliação dos direitos dos catarinenses, a Assembleia Legislativa aprovou no decorrer de 2015 diversos projetos vindos do Executivo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, que colaboraram para fortalecer a qualidade do serviço público estadual. Entre as medidas, estão a ampliação do quadro de servidores e de defensores da Defensoria Pública Estadual, a abertura de novas promotorias de Justiça pelo estado, bem como a criação de novas serventias extrajudiciais em várias comarcas.

Como de praxe, os parlamentares também aprovaram reajustes salariais para diversas categorias do funcionalismo, o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, as diretrizes e o orçamento do Estado para 2016, no valor de quase R$ 26 bilhões. Projetos polêmicos como o Plano Estadual de Educação, o novo Plano de Carreira do Magistério e mudanças na previdência dos servidores também passaram pelo Plenário da Alesc em 2015 (leia mais nas páginas 11 e 12).

Direitos das pessoas com deficiência ou com doenças raras

Em março, os deputados derrubaram veto do governador a projeto de lei do deputado Antonio Aguiar (PMDB), que cria o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais (Lei nº 16.619, de 07/05/2015).

Em junho, outro veto foi derrubado, desta vez ao projeto do deputado Darci de Matos (PSD), que assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber as faturas de pagamento do consumo mensal dos serviços públicos de telefone, energia elétrica e água confeccionadas no sistema "Braille" (Lei nº 16.641, de 15/06/15).

Direitos do consumidor

Restaurantes, bufês, bares, lanchonetes, cantinas, similares e quaisquer estabelecimentos que comercializam e entregam em domicílio pescados para o consumo imediato devem especificar ao cliente a espécie de pescado que está sendo servida, bem como seu local de origem. É o que determina a Lei nº 16.623, de 15/05/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch (PT) e aprovada pelos parlamentares em abril.

De autoria do deputado Kennedy Nunes (PSD), o projeto de lei que impunha sanções às seguradoras que praticam condutas lesivas aos segurados ou a terceiros teve seu veto derrubado pelos deputados e transformado na Lei nº 16.622, de 12/05/2015.

Em outubro, foi aprovado o projeto do deputado José Milton Scheffer que obriga que todas as agências bancárias instaladas em Santa Catarina tenham ao menos um caixa para atendimento presencial de seus clientes (Lei nº 16.769, de 24/11/2015).

A presença do ícone que dá acesso direto à página do Procon-SC nos sites de comércio eletrônico passou a ser obrigatória com a aprovação da Lei 16.876, de 15/01/2016. O autor da proposta foi o deputado Cesar Valduga (PCdoB).

Direitos da mulher

Importantes avanços na legislação estadual de proteção à mulher ocorreram em 2015. Em abril, os deputados derrubaram o veto ao projeto de lei da deputada Ana Paula Lima (PT) que criava a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina, denominado Observatório da Violência contra a Mulher -SC. A iniciativa foi transformada na Lei nº 16.620, de 07/05/2015.

Outra importante conquista foi a aprovação da chamada Lei das Doulas. O projeto, de autoria do deputado Darci de Matos (PSD) e da ex-deputada Angela Albino, obriga casas de parto, maternidades e hospitais das redes pública e privada de Santa Catarina a permitirem a a presença de doulas, profissionais capacitadas para oferecer conforto físico e emocional a mulheres desde o período de trabalho de parto até o pós-parto imediato (Lei 16.869, de 15/01/2016).

Auxílio aos municípios

Os deputados acataram Medida Provisória apresentada pelo governador Raimundo Colombo no final de junho e a transformaram na Lei 16.675, de 13/08/2015, autorizando o repasse de recursos financeiros para a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc) para o atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em abril de 2015, no montante de R$ 4 milhões. A medida atendeu principalmente o município de Xanxerê, atingido por um tornado.

Juventude

Do Poder Executivo, os deputados aprovaram no começo de dezembro o projeto que criou o Conselho Estadual da Juventude (Conjuve-SC), que tramitava na Casa desde 2013. A proposta do conselho é dar mais representatividade aos jovens na definição de políticas públicas estaduais voltadas a essa faixa etária da população (Lei n° 16.865, de 12/01/2016).

Segurança pública

Uma das principais preocupações dos catarinenses, a segurança pública, foi tema de vários projetos aprovados pelos deputados em 2015. De autoria de Valmir Comin (PP), foi instituída a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas no âmbito do Estado de Santa Catarina. A medida chegou a ser vetada pelo Executivo, mas o veto foi derrubado pelos parlamentares e transformada na Lei n° 16.852, de 17/12/2015. Valmir Comin também apresentou a proposta do compartilhamento de imagens e sistemas de imagens pelos órgãos da Administração Pública direta e indireta e fundacional do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de coibir a criminalidade, mediante o uso, por parte da polícia, da vigilância eletrônica como

ferramenta de prevenção e combate à violência. Vetada pelo Executivo, a proposta foi mantida pelos deputados e transformada na Lei n° 16.851, de 17/12/2015.

Também é de autoria do deputado do PP a lei que impõe restrição para comercialização de aparelhos eletrônicos que alterem o número de Identificação Internacional de Equipamento Móvel (IMEI) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares. O objetivo da Lei n° 16.867, de 12/01/2016, aprovada em dezembro pelos deputados, é coibir a comercialização de celulares furtados ou roubados.

Menos burocracia

De autoria de Jean Kuhlmann (PSD), os deputados aprovaram em setembro o projeto de lei que acabou com a exigência de autenticação em cartório, das cópias de documentos exigidos por órgãos integrantes da Administração Pública Estadual, Direta, Indireta e suas fundações, em todo o Estado de Santa Catarina, desde que utilizadas no interesse do requerente, em procedimento administrativo do mencionado órgão autenticador. Com a medida (Lei n° 16.741, de 21/10/2015), servidor público, em confronto com o documento original, autenticará a cópia, declarando que "confere com o original".

De autoria do Poder Executivo, os deputados aprovaram em julho a criação do Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (Investsaude). O objetivo é tornar menos burocrática e mais célere a obtenção de recursos junto ao BNDES para investimentos estruturantes na saúde (Lei n° 16.666, de 21/07/2015).

Criança e adolescente

Em agosto, foi aprovado o projeto que ampliou o prazo de pagamento do benefício assistencial para famílias com gestação múltipla. Até então, as famílias recebiam o auxílio financeiro até suas crianças completarem seis anos de idade. Com a alteração, proposta pelo deputado José Nei Ascari (PSD), o benefício passará a ser pago até a criança completar 12 anos (Lei n° 16.684, de 31/08/2015).

Para evitar que crianças e adolescentes tenham contato com cigarro e outros produtos derivados do tabaco, foi aprovado em outubro o projeto do deputado Jean Kuhlmann (PSD) que torna obrigatória a identificação por parte do comprador de produtos fumígenos e derivados de tabaco, no momento da venda (Lei n° 16.866, de 12/01/2016).

Meio ambiente

De autoria de Darci de Matos (PSD), a Alesc aprovou o descarte adequado de filmes de radiografia usados, com o objetivo de evitar a contaminação do meio ambiente pelo metal pesado presente nesses produtos. A proposta, aprovada em agosto, foi transformada na Lei 16.698, de 09/09/2015.

Em junho, para proteger o aquífero Guarani, considerado o maior reservatório subterrâneo de água doce do mundo, foi aprovado o projeto que trata da sinalização de locais inseridos na zona de recarga direta do aquífero. A proposta (Lei n° 16.656, de 02/07/15) é do deputado Padre Pedro Baldissera (PT).

Educação

Em agosto, foi aprovado o Programa de Atendimento Voluntário aos Alunos com Deficiência no Aprendizado Escolar, de autoria do deputado Darci de Matos (PSD). Transformado na Lei 16.706, de 16/09/2015, o programa tem como objetivo estimular as pessoas interessadas em auxiliar, de forma voluntária, estudantes que estejam com baixo rendimento escolar.

Homenagens a Luiz Henrique da Silveira

Além de uma sessão solene realizada em agosto em Joinville, outras homenagens foram prestadas ao senador Luiz Henrique da Silveira, que faleceu em maio de 2015. Em agosto, os deputados aprovaram Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de autoria da Mesa Diretora que incluiu o Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil na concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais por parte do Estado. O senador era um dos principais incentivadores da escola de balé, reconhecida mundialmente.

Por iniciativa do deputado Gean Loureiro (PMDB), a Alesc aprovou em outubro projeto de lei que dá o nome do senador ao Centro de Eventos construído pelo governo estadual no bairro Canasvieiras, em Florianópolis (Lei n° 16.738, de 21/10/2015).

Da mesma forma, foi aprovado projeto do deputado Dalmo Claro (PMDB) denominando Escola Luiz Henrique da Silveira o estabelecimento de ensino médio situado no bairro Parque Guarani, em Joinville (Lei n°16.817, de 16/12/2015).

Direitos dos animais

Duas propostas que tratam dos direitos dos animais passaram pelo Plenário da Alesc em 2015.

Em outubro, os deputados aprovaram a proposta da deputada Ana Paula Lima (PT) que proíbe as puxadas de cavalos em Santa Catarina (Lei n° 16.753, de 10/11/2015).

Em dezembro, os deputados rejeitaram o veto do governador ao projeto de autoria de Ana Paula e da ex-deputada estadual Angela Albino que proíbe a prestação de serviços de vigilância de cães de guarda com fins lucrativos no âmbito do Estado de Santa Catarina. Na prática, a medida acaba com o aluguel de cães para vigilância (Lei n° 16.863, de 06/01/2016

Com o objetivo de evitar afogamentos, que envolvem principalmente crianças, o deputado Valmir Comin (PP) apresentou em 2015 projeto que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas piscinas residenciais ou coletivas. A proposta foi transformada na Lei nº 16.768, de 24/11/2015.

Agropecuária

Em outubro, os deputados aprovaram o projeto do Poder Executivo que altera o Programa de Apoio à Criação de Gado para Abate Precoce para permitir o abate de animais na faixa etária de até 18 meses de idade, ainda na primeira dentição e com peso mínimo de 210 kg de carcaça para os machos e 190 kg para fêmeas (Lei nº 16.752, de 10/11/2015).

No mesmo mês, o Plenário derrubou o veto ao projeto do deputado Mauro de Nadal (PMDB) que trata do procedimento para retirada de animais mortos das propriedades rurais e sua adequada destinação.
O objetivo da medida era permitir que os proprietários rurais tivessem meios de dar a destinação correta às carcaças dos animais, evitando a contaminação do meio ambiente. O projeto foi transformado na Lei nº 16.750, de 09/11/2015.

Cooperativismo

Após vários debates entre poder público e o setor cooperativo, foi aprovada em dezembro a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo (Peac), de autoria do Poder Executivo. A legislação de incentivo às cooperativas, de fundamental importância para a economia catarinense, era uma antiga reivindicação do setor (Lei nº 16.834, de 16/12/2015).

Saúde

Em outro veto derrubado pelo Plenário, no mês de março, os deputados transformaram em lei o projeto do deputado Kennedy Nunes (PSD) que torna obrigatória a realização do exame de oximetria de pulso em todos os recém-nascidos (Lei nº 16.611/15).

Em junho, os deputados aprovaram o projeto do deputado Neodi Saretta (PT) que cria a Campanha Educativa para Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF). O objetivo é alertar as gestantes para os riscos da ingestão de bebidas alcoólicas durante a gravidez (Lei nº 16.690, de 02/09/2015).

Para auxiliar no combate ao mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, do zika vírus e da febre chikungunya, os deputados deram poder de polícia para que os agentes de saúde possam vistoriar os imóveis em busca de criadouros do inseto. A medida foi aprovada em dezembro e transformada na Lei nº 16.871, de 15/01/2016.

Voluntariado

Em 2015, os deputados derrubaram em março o veto do Executivo ao projeto de lei do deputado Aldo Schneider (PMDB) que dá respaldo ao serviço voluntário em Santa Catarina. A proposta foi transformada na Lei nº 16.609/15.

Concursos públicos

No ano passado, os parlamentares derrubaram em março o veto do governador ao projeto do deputado Antonio Aguiar (PMDB) que concede isenção ao hipossuficiente do pagamento de exame toxicológico em concursos públicos. A medida entrou em vigor na forma da Lei nº 16.610/15.

05 Solenidades

Sessões especiais e solenes

Em 2015, a Assembleia realizou 62 sessões especiais, sessões solenes e atos solenes que homenagearam entidades, instituições e personalidades de todo o estado, além de marcar datas importantes para os catarinenses.

Irmandade do Senhor Jesus dos Passos
Uma das primeiras sessões especiais de 2015 marcou os 250 anos de fundação da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis. A solicitação partiu do deputado João Amin (PP), como destaque às obras de misericórdia e de assistencialismo desenvolvidas pela Irmandade e do trabalho do Imperial Hospital de Caridade, além da tradicional procissão realizada todos os anos em março, na Capital.

Colégio Elisa Andreoli
Os 50 anos do Colégio Elisa Andreoli, de São José, na Grande Florianópolis, foram comemorados em uma sessão especial realizada em 15 de março. Por sugestão da deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB), diretoras, ex-diretoras, educadores, alunos e pais foram homenageados. A diretora-geral do colégio, irmã Maria Carmen Andrioni, lembrou do compromisso assumido pela fundadora da congregação responsável pela escola – Elisa Andreoli - na formação de cidadãos críticos e solidários, dentro dos valores cristãos.

Campanha da Fraternidade 2015
Mantendo a tradição, a Assembleia Legislativa marcou a Campanha da Fraternidadede 2015, promovida pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com uma solenidade no dia 30 de março. O tema do ano foi "Igreja e Sociedade" e chamou a atenção para a importância de se criar um mundo mais solidário e fraterno. A sessão especial foi realizada por solicitação do deputado Padre Pedro Baldissera (PT).

Orquestra São Bento Bento do Sul
Uma das sessões solenes de 2015 foi realizada em abril em São Bento do Sul, no Norte do estado, para as comemorações dos 60 anos da orquestra que leva o nome da cidade. O proponente da solenidade foi o deputado Silvio Dreveck (PP). Criada em 5 de março de 1955, o grupo é considerado um dos mais antigos do gênero em atividade ininterrupta do Sul do Brasil. A orquestra é composta, principalmente, por alunos e professores da Escola de Música Donaldo Ritzmann, mantida pela administração municipal com o apoio de entidades parceiras.

Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
No dia 9 de abril, foi a vez da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (Acif) ser lembrada pela Alesc pelos seus 100 anos de atuação, por proposição da Mesa Diretora. A entidade empresarial representa mais de 3 mil associados, com conquistas para a sociedade e a atuação pautada na defesa de projetos de interesse público voltados ao desenvolvimento da Capital e do estado, como a construção da Ponte Hercílio Luz e das rodovias BR-101 e BR-282.

PMDB catarinense
Os 49 anos do PMDB de Santa Catarina foram comemorados no dia 23 de abril, em sessão especial solicitada pela bancada do partido na Assembleia. Nomes históricos da legenda, como o senador Luiz Henrique da Silveira (que faleceria dias depois) e o ex-senador Casildo Maldander receberam homenagens. A agremiação é considerada a mais longeva em atividade ininterrupta na história republicana e teve participação importante na resistência à ditadura e na redemocratização do país.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) comemorou 30 anos de atividades no estado durante sessão especial do Legislativo Barriga Verde, realizada em 28 de abril. A homenagem foi proposta pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT). Conforme o ex-deputado Vilson Santin, catarinense de Xanxerê e um dos líderes do MST nacional, o primeiro assentamento do movimento em Santa Catarina foi criado em 25 de maio de 1985, em Abelardo Luz, no Oeste. Hoje, conta com 1,5 mil famílias assentadas.

Sindicato dos Jornalistas

No dia 13 de maio, o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC) recebeu da Alesc uma homenagem pelos 60 anos de fundação. Durante o evento, no qual estiveram presentes lideranças políticas, profissionais de comunicação, acadêmicos e representantes de entidades de classe, também foram homenageados ex-presidentes do SJSC e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O responsável pela sessão foi o deputado Padre Pedro Baldissera (PT). A entidade conta com 2,25 mil associados.

Fiesc

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) completou, em 2015, 65 anos de fundação e foi tema de uma sessão especial, realizada pela Alesc no dia 20 de maio, por solicitação da Mesa Diretora. Conforme o presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, as 50 mil indústrias que operam em Santa Catarina geram cerca de 805 mil empregos diretos e representam um terço do PIB catarinense, da ordem de R$ 117 bilhões, o maior índice entre os estados brasileiros.

Udesc

O cinquentenário da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) foi comemorado pelo Parlamento em sessão especial realizada no dia 28 de maio, por solicitação do deputado Leonel Pavan (PSDB). A instituição foi responsável pela interiorização do ensino superior público em Santa Catarina. A universidade conta com 12 unidades distribuídas em dez cidades, além de 27 polos de apoio presencial para o ensino a distância, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC).

Instituto Cultural Bom de Bola - Bom de Ler (Grupo Parati)

Considerada uma das primeiras empresas em Santa Catarina a apoiar e praticar a responsabilidade social, o Instituto Cultural Bom de Bola - Bom de Ler, mantido pelo Grupo Parati, foi homenageado pela Assembleia em sessão especial no dia 8 de junho, por solicitação do deputado Valdir Cobalchini (PMDB). Segundo a diretora da instituição, Marilú Fantin, uma das principais iniciativas é proporcionar por meio dos projetos algo a mais para formação pessoal.

Brasil-Japão

No dia 16 de junho, os 120 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão e os 107 anos do início da imigração japonesa para o Brasil foram comemorados em sessão especial proposta pelo deputado Gean Loureiro (PMDB). No evento, foram destacados ainda os 35 anos da assinatura do convênio de irmandade entre o estado de Santa Catarina e a província japonesa de Aomori.

Dia do agente penitenciário

A Assembleia Legislativa promoveu no dia 17 junho sessão especial alusiva ao Dia Estadual do Agente Penitenciário, comemorado em 20 de junho.
A data foi instituída pela Lei 15.618, de novembro de 2011, a partir de projeto apresentado pelo deputado Antonio Aguiar (PMDB). O parlamentar também foi o proponente da solenidade em homenagem à categoria, que conta com um efetivo de 2,1 mil profissionais no estado. Os agentes penitenciários atuam em 48 unidades prisionais instaladas em 35 municípios catarinenses.

Curso de Direito da Univali

O curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) completou 50 anos em 2015 e foi homenageado pela Assembleia Legislativa no dia 23 de junho, por solicitação do deputado Dr. Vicente Caropreso (PSDB). Foi o primeiro curso de Direito realizado fora da Capital e em meio século formou quase 9 mil profissionais, entre advogados militantes, servidores públicos nas mais diversas atividades, vereadores, deputados, delegados, promotores, juízes, desembargadores e até ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sessão solene em Araranguá

O Colégio Murialdo completou 60 anos de fundação em 2015 e foi homenageado pela Alesc em sessão solene realizada na Câmara de Vereadores de Araranguá, no dia 26 de junho, por iniciativa do deputado José Milton Scheffer (PP). As atividades da instituição foram iniciadas em abril de 1955, com 36 alunos da primeira série do ensino ginasial, hoje fundamental. Atualmente possui 996 estudantes matriculados, 20 funcionários e 72 professores.

Transporte

Os 30 anos de fundação da Agremiação Esportiva Ases do Volante, atribuída à Associação de Motoristas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, foram comemorados no dia 1º de julho, em solenidade proposta pelo deputado Mário Marcondes (PR). Os membros da entidade receberam uma homenagem em alusão ao importante apoio no incentivo à prática de esportes e o fortalecimento dos valores moral, cultural e especialmente o vínculo de amizade entre os seus associados.

Comunidade Terapêutica Desafio Jovem

Os 30 anos de fundação da Comunidade Terapêutica Desafio Jovem de Criciúma foram celebrados em sessão especial da Assembleia Legislativa no dia 6 de agosto, proposta pelo deputado Luiz Fernando Vampiro (PMDB). A entidade é considerada pioneira no estado no trabalho de prevenção, tratamento e reinserção social do dependente químico. Em 30 anos, foram acolhidos mais de 7 mil dependentes em 32 leitos para acolhimento de jovens e adultos do sexo masculino, com ala específica para adolescentes.

Apae de Blumenau

Considerada referência no estado, a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Blumenau foi homenageada pela Assembleia Legislativa no dia 16 de julho, pelo cinquentenário de sua fundação. A sessão solene, realizada em conjunto com a Câmara Municipal de Blumenau, reuniu autoridades, alunos e pais de alunos, voluntários e colaboradores da Apae, no Teatro Michelangelo Uniasselvi, em Blumenau, por proposição da deputada Ana Paula Lima (PT). A entidade atende 423 alunos desde bebês até idosos.

Hospital Santo Antônio de Blumenau

Por solicitação do deputado Ismael dos Santos (PSDB), a Fundação Hospitalar de Blumenau - Hospital Santo Antonio foi homenageada em sessão solene realizada no Teatro Carlos Gomes, em Blumenau, no dia 10 de agosto. O hospital completou 155 anos em 2015 de atuação. Entidade filantrópica conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS), o Hospital Santo Antônio conta com mais de 700 funcionários e presta 400 mil atendimentos por ano. Mantida em parte com o apoio de empresários e da comunidade, a instituição funciona como um hospital regional.

Hiroshima e Nagasaki

A Assembleia Legislativa realizou em 12 de agosto sessão especial em homenagem às vítimas das bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945. O evento recordou o 70º aniversário do primeiro ataque nuclear da história, que levou o Japão à rendição e encerrou a Segunda Guerra Mundial. O proponente da solenidade foi o deputado João Amin (PP). Estimativas apontam que mais de 120 mil habitantes das duas cidades morreram no ato do bombardeio. Outros 100 mil faleceram depois, em decorrência de doenças causadas pela radiação.

Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social

Os 60 anos de fundação da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (Aebas) foram celebrados em 18 de agosto. Solicitada pelo deputado Ismael dos Santos (PSD), a sessão especial resgatou a trajetória da entidade. Com foco na assistência social, saúde e educação, a Aebas realiza suas ações na região metropolitana de Florianópolis visando, permanentemente, ao resgate e à construção da cidadania. São 600 associados, que atendem 300 crianças entre seis e 15 anos.

Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Criciúma

O aniversário de 26 anos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Criciúma e Região (Sintiacr) foi celebrado em sessão especial da Assembleia Legislativa, no dia 1º de setembro, por proposição do deputado Rodrigo Minotto (PDT). A entidade sindical, que começou a ser organizada por trabalhadores do setor em 1987, obteve registro como sindicato em agosto de 1989, após a redemocratização do país. A sessão especial contou com a presença do então ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias.

Badesc

A Assembleia Legislativa promoveu no dia 25 de agosto sessão especial em homenagem aos 40 anos de fundação da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc), por iniciativa da Mesa Diretora. A instituição tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina, mediante a prática da aplicação de recursos financeiros no âmbito de sua competência. A carteira de crédito do Badesc é de aproximadamente R$ 680 milhões, com cerca de 3 mil operações ativas.

Programa Antonieta de Barros

O Programa Antonieta de Barros (PAB), desenvolvido pela Assembleia Legislativa, comemorou 11 anos em sessão especial realizada no dia 26 de agosto. A iniciativa é uma ação afirmativa do Parlamento que oferece oportunidade de estágios remunerados a jovens em situação de vulnerabilidade social. Os estagiários recebem qualificação e acompanhamento pela equipe técnica do programa e podem permanecer pelo período de até dois anos, período no qual recebem bolsa-auxílio. Desde 2004, 282 jovens já passaram pelo programa, sendo 60% mulheres e 40% homens.

Dia do Profissional de Educação Física

Em alusão ao Dia do Profissional de Educação Física, celebrado no Brasil em 1° de setembro, a Assembleia Legislativa prestou uma homenagem aos profissionais da área no dia 27 de agosto. A solenidade foi proposta pelo deputado Jean Leutprecht (PCdoB) em reconhecimento à trajetória de sucesso e a valorização de várias modalidades que a profissão engloba.

Clube Náutico Francisco Martinelli

A Assembleia Legislativa promoveu no dia 1° de setembro sessão especial em homenagem aos 100 anos de fundação do Clube Náutico Francisco Martinelli (CNFM), de Florianópolis, por proposição do deputado Marcos Vieira (PSDB).Com inúmeros títulos conquistados, os atletas formados, em especial os "martinellinos", integraram a Seleção Brasileira de Remo e representaram o país em Jogos Olímpicos, como Alexandre Soares, Fabiana Beltrame e Anderson Nocetti.

Luiz Henrique da Silveira

O senador Luiz Henrique da Silveira, que morreu em maio de 2015, aos 75 anos, foi homenageado pelo Parlamento catarinense no dia 24 de agosto, em sessão solene realizada em conjunto com a Câmara de Vereadores de Joinville, no Teatro Juarez Machado, em Joinville. A solenidade teve apresentação do Balé Bolshoi Brasil, além da promulgação pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (PSD), da Emenda Constitucional que inclui a escola na concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro por parte do estado. No evento, os Correios também lançaram o selo personalizado e o carimbo comemorativo com as imagens de Luiz Henrique da Silveira.

Geap

No dia 2 de setembro, a Assembleia Legislativa promoveu, em sessão especial, uma homenagem pela comemoração dos 70 anos da Geap Autogestão em Saúde. Fundada em 1945, no final da era Vargas, a operadora foi criada com o nome de Assistência Patronal dos Servidores do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). O foco de atuação da entidade são os servidores da administração pública federal, mas em Santa Catarina os servidores do Tribunal Regional do Trabalho também contam com a assistência da Geap.

Atletas catarinenses

Os atletas de Santa Catarina que representaram o Brasil nos Jogos Panamericanos de Toronto, disputados no Canadá, em julho, foram homenageados no dia 10 de setembro, em sessão especial realizada pela Assembleia Legislativa, por sugestão do deputado Manoel Mota (PMDB). Ao todo, 38 pessoas que nasceram ou se criaram em Santa Catarina, de 10 modalidades esportivas, receberam a honraria. Os atletas catarinenses foram responsáveis por 17 medalhas (sete de ouro, seis de prata e quatro de bronze).

Apaes de Brusque, Blumenau, Joinville e Lages

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Brusque celebrou no dia 16 de setembro 60 anos de fundação, em sessão especial na Assembleia. No mesmo evento, foram comemorados os 50 anos de fundação das Apaes de Blumenau, Joinville e Lages, por proposição do deputado José Nei Ascari (PSD). A Apae de Brusque foi pioneira no estado e a segunda instituição do gênero no país.

Guarda Municipal de Florianópolis

Em reconhecimento ao trabalho da Guarda Municipal de Florianópolis, que há 10 anos, paralelo as suas atividades, desenvolve uma iniciativa educativa de conscientização e educação no trânsito, a Assembleia

Legislativa no dia 17 de setembro uma noite de homenagens, por solicitação do deputado Gean Loureiro (PMDB). Destinado as crianças do 1° ao 5° ano da rede municipal da Capital, o concurso de desenho e redação, que este ano completa uma década de atividades, desperta nas crianças a importância da responsabilidade e da harmonia no trânsito.

Conselho Regional de Administração

No dia 23 de setembro, foi a vez da Assembleia Legislativa fazer sessão especial em homenagem ao Conselho Regional de Administração (CRA) de Santa Catarina, pela passagem de 50 anos da regulamentação da profissão de administrador e em reconhecimento à importância do órgão consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão de administrador e tecnólogo. A sessão foi proposta pelo deputado Gean Loureiro (PMDB).

Poderes Executivo e Legislativo de Biguaçu

A trajetória política de Biguaçu, desde a instauração da República até os dias atuais, foi celebrada no dia 24 de setembro, em sessão especial promovida pela Mesa Diretora da Assembleia em homenagem aos poderes Executivo e Legislativo do município, situado na Grande Florianópolis. No evento, foram homenageados ex-prefeitos, ex-vice-prefeitos e ex-vereadores, entre outras figuras políticas que contribuíram para o desenvolvimento de Biguaçu.

Farmacêuticos

No dia 25 de setembro, a homenagem foi para o Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina (SindFar/SC), em sessão especial pela passagem do Dia Internacional do Farmacêutico. A iniciativa partiu da Mesa Diretora da Assembleia. Durante o evento, foram entregues medalhas e certificados a personalidades que se destacaram na área. A categoria também defendeu a aprovação do projeto de lei da jornada de 30 horas para farmacêutico, em tramitação no Congresso Nacional.

CVV de Blumenau

Os 30 anos do Centro de Valorização da Vida (CVV) de Blumenau, associação que presta serviço voluntário de apoio emocional a pessoas que buscam ajuda, foram comemorados no dia 30 de setembro, em sessão especial que encerrou o calendário de eventos no estado em alusão à campanha de conscientização "Setembro Amarelo", que alerta para a prevenção do suicídio. O proponente da sessão foi o deputado Jean Kuhlmann (PSD).

José Boiteux

Os 150 anos do nascimento do jornalista José Boiteux foram lembrados na sessão especial realizada no dia 6 de outubro pela Assembleia. Considerado patrono do ensino superior em Santa Catarina, além de fundador da Academia Catarinense de Letras (ACL) e do Clube de Imprensa, José Boiteux também recebeu como homenagem um selo e um carimbo alusivos ao seu sesquicentenário de nascimento, elaborados pelos Correios. A sessão foi solicitada pela Mesa Diretora.

Associações e circolos trentinos

As associações e circolos trentinos receberam homenagem da Assembleia Legislativa no dia 9 de outubro, em sessão solene realizada em Jaraguá do Sul. Essas entidades, mantidas por descendentes de italianos, são responsáveis pela preservação da cultura e das tradições da Itália em território catarinense. Só na região de Jaraguá, são cerca de 10 associações e circolos. A homenagem partiu do deputado Dr. Vicente Caropreso (PSDB)

Ernesto Francisco Damerau

Um dos maiores ícones da medicina catarinense, Ernesto Francisco Damerau recebeu homenagem in memoriam no dia 13 de outubro proposta pela Mesa Diretora da Assembleia. Damerau, que faleceu em 19 de agosto de 2015, marcou a história da medicina em Santa Catarina, considerado por muitas gerações que se formaram em medicina como um professor especial, reconhecido principalmente pela sua formação humanista, nos 57 anos de exercício da profissão.

Cepa/Epagri

Considerado um dos responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura catarinense, o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri (Cepa) foi homenageado no dia 15 de outubro, em sessão solene realizada no auditório da Epagri, em Florianópolis, por solicitação do deputado José Milton Scheffer (PP). Em 2015, a entidade completou 40 anos. O centro atua em três linhas: informações da agricultura; economia do agronegócio e da agricultura familiar; estudos socioeconômicos, cenários e tendências da agricultura e do meio rural.

Dia Internacional do Lions Club

A Assembleia promoveu sessão especial em 19 de outubro, em comemoração ao Dia Internacional do Lions Club, celebrado no dia 10 de outubro. Uma das maiores organizações internacionais de clubes de serviço voluntário, o Lions tem como lema servir a comunidade em que atua e está presente em 210 países. O deputado José Nei Ascari foi o proponente da homenagem. Em Santa Catarina, a instituição desenvolveu projetos como o apoio à construção do Hospital de Olhos em Palhoça, além da inserção social de jovens.

Rancho de Amor à Ilha

Os 50 anos da canção "Rancho de Amor à Ilha", que se tornou o Hino de Florianópolis, foram comemorados no dia 19 de outubro em ato solene promovido pelo deputado João Amin (PP). Na solenidade, familiares do compositor da canção, Cláudio Alvim Barbosa, o Poeta Zininho, além de outras pessoas que colaboraram para a composição da música, foram homenageados. "Rancho de Amor à Ilha" foi composta em 1965 para um concurso.

Dieese

Os 60 anos de fundação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) foram celebrados em 20 de outubro. A homenagem partiu do deputado Dirceu Dresch (PT). Criado em 22 de dezembro de 1955, em uma iniciativa do movimento sindical para viabilizar um instituto de pesquisa que atendesse aos anseios dos trabalhadores brasileiros, o Dieese se tornou conhecido também por sua atuação em áreas como assessoria e capacitação a órgãos governamentais e entidades da sociedade civil.

Banda Padre Sabbatini

Os 126 anos da Banda Musical Padre Sabbatini foram comemorados em sessão especial do Parlamento em 21 de outubro. Fundada em 5 de outubro de 1889 pelo padre Ângelo Sabbatini, na então Vila de Nova Trento, a banda chamava-se Filarmônica Neotrentina, sendo a mais antiga em atividade no estado. A homenagem foi sugerida pelo deputado Sílvio Dreveck (PP) e reuniu lideranças políticas municipais, músicos e familiares no plenário da Assembleia Legislativa.

Maternidade Carmela Dutra

A Maternidade Carmela Dutra de Florianópolis foi homenageada em sessão especial no dia 22 de outubro pelos 60 anos de serviços prestados. O ato solene foi proposto pela Mesa Diretora. Inaugurada em 3 de julho de 1955, a Carmela Dutra foi a primeira maternidade pública de Santa Catarina. A instituição é considerada referência no atendimento obstétrico e neonatal. Também é destaque na área de oncologia ginecológica, com assistência interdisciplinar e humanizada.

Dia do Dentista

Como ocorre todos os anos, o Legislativo catarinense comemorou no dia 23 de outubro o Dia do Dentista, com uma sessão especial solicitada pela Mesa Diretora da Casa. Na oportunidade, o Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO-SC) homenageou entidades, profissionais e municípios que se destacaram na promoção da saúde bucal em 2015.

Dia do Sapateiro

O potencial da indústria calçadista do município de São João Batista e a capacidade de superação do sapateiro foram destacados na sessão solene que a Assembleia Legislativa realizou em 26 de outubro em homenagem ao Dia do Sapateiro, por solicitação do deputado Mário Marcondes (PR).Com aproximadamente 33 mil habitantes, São João Batista é o maior polo calçadista do estado e o terceiro maior do país.

Clube Náutico Riachuelo

Os 100 anos do Clube Náutico Riachuelo, de Florianópolis, foram celebrados em sessão especial da Assembleia no dia 27 de outubro, por proposição da Mesa Diretora. Fundado no dia 11 de julho de 1915, o Riachuelo colecionou êxitos ao longo de sua história e foi o primeiro clube de remo catarinense a participar de uma olimpíada, em 1936, em Berlim, na Alemanha. Ganhou esse nome porque a data de fundação coincidiu com a data da Batalha do Riachuelo.

Visita da família imperial

A passagem dos 170 anos da vinda da família imperial a Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis, foi celebrada no dia 29 de outubro. Durante a solenidade, proposta pelo deputado Gean Loureiro (PMDB), foram homenageadas personalidades e entidades que contribuíram para o crescimento e fortalecimento do município e a preservação de seu patrimônio histórico. No dia 12 de outubro de 1845, o imperador do Brasil, Dom Pedro II, e sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina, desembarcaram na Capital e visitaram as fontes termais de Colônia de Santana.

20 anos da Abrasel

No dia 10 de novembro, os deputados homenagearam a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), que completou, em 2015, 20 anos. A iniciativa partiu da Mesa Diretora da Alesc, como

reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela entidade no Estado, que permitiu a Santa Catarina se consolidar como um dos melhores destinos turísticos do país.

Colégio Criativo

O Centro Educacional Criativo de Florianópolis teve seus 25 anos de fundação celebrados em sessão especial realizada no dia 11 de novembro. A homenagem foi proposta pelo deputado Gean Loureiro (PMDB), que destacou os investimentos feitos em inovação por meio do uso de novas ferramentas tecnológicas, na capacitação dos colaboradores e na ampliação do espaço físico, e na postura do colégio de transmitir aos alunos valores como respeito, solidariedade, cidadania e ética.

Representantes comerciais

A passagem dos 50 anos da instituição da Lei 4.886, de 1965, que regulamentou o exercício da profissão de representante comercial no Brasil, foram celebrados no dia 16 de novembro em sessão especial promovida na Assembleia Legislativa. Durante o evento, realizado por iniciativa do deputado Rodrigo Minotto (PDT), também foram homenageadas as personalidades que atuaram para o fortalecimento do comércio no estado de Santa Catarina.

ABIH-SC

Em 2015, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Santa Catarina (ABIH-SC) comemorou 50 anos de fundação e foi homenageada pela Assembleia Legislativa no dia 17 de novembro. O proponente da sessão foi o deputado Leonel Pavan (PSDB). Para o parlamentar, a associação tem papel fundamental na evolução do turismo no estado e na transformação de Santa Catarina como principal destino turístico do país.

Hospital Nossa Senhora dos Prazeres

Considerado uma das principais unidades de saúde da região serrana, o Hospital Nossa Senhora dos Prazeres (HNSP), de Lages, foi homenageado com uma sessão solene no dia 19 de novembro, no Clube de Caça e Tiro de Lages. A instituição completou 100 anos de fundação em 2015. A homenagem partiu do deputado Fernando Coruja (PMDB), que atuou como médico no hospital antes de iniciar a carreira política. De caráter filantrópico, o HNSP conta com 169 leitos, sendo 10 em UTI, e é referência nas especialidades de neurocirurgia e traumato-ortopedia, bem como na captação de órgãos e tecidos para transplantes.

Centro de Ensino da PM-SC

No dia 24 de novembro, a Assembleia realizou sessão especial em comemoração aos 50 anos do Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina (CEPM).
A cerimônia marcou o início das atividades comemorativas do aniversário da instituição, responsável pela formação, aperfeiçoamento e especialização dos policiais militares catarinenses. O deputado Neodi Saretta (PT) foi o proponente da homenagem.

Celesc

Principal distribuidora de energia elétrica em Santa Catarina, a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A (Celesc) comemorou, em 2015, 60 anos de fundação. Para marcar a data, a Assembleia Legislativa realizou sessão especial no dia 25 de novembro. O deputado Luiz Fernando Vampiro (PMDB) foi o proponente e presidente da solenidade. A empresa atua principalmente na distribuição de eletricidade, com mais de 5 mil empregados diretos e indiretos, e conta com mais de 2,8 milhões de consumidores em 264 municípios catarinenses.

Projeto de Educação Comunitária Integrar

Por iniciativa da deputada Luciane Carminatti (PT), o Parlamento homenageou em ato solene, no dia 25 de novembro, o Projeto de Educação Comunitária Integrar. Criado em agosto de 2011, em Florianópolis, o projeto tem como objetivo promover o acesso ao ensino superior por meio da oferta de um curso pré-vestibular gratuito para alunos da rede pública, em sua maioria. Em quatro anos de atividades, mais de 150 alunos envolvidos com o projeto conseguiram aprovação nos vestibulares da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

SC Transplantes

Os excelentes resultados obtidos por Santa Catarina nos transplantes de órgãos motivaram a Mesa Diretora da Assembleia a realizar, no dia 26 de novembro, uma sessão especial em homenagem à SC Transplantes. Se fosse um país, no ano de 2014 Santa Catarina alcançaria a terceira posição mundial em transplantes de órgãos. O resultado é creditado ao trabalho desenvolvido pela SC Transplantes em notificação, captação e distribuição de órgãos e tecidos.

Uniasselvi

O Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), de Indaial, comemorou a passagem de 10 anos de instalação do Ensino a Distância (EAD) durante sessão especial da Assembleia Legislativa solicitada pelo deputado Mario Marcondes (PR). A solenidade foi realizada no dia 27 de novembro. A instituição catarinense é uma das principais no ramo de cursos a distância no Brasil.

Defesa da democracia

O aniversário de 36 anos da Novembrada – protesto organizado por líderes estudantis durante a visita do general Figueiredo a Florianópolis, no dia 30 de novembro de 1979 – motivou a realização de sessão especial em defesa da democracia, no dia 3 de dezembro, por solicitação do deputado Cesar Valduga (PCdoB). Na solenidade, foram homenageadas entidades e pessoas que lutaram pela redemocratização do país nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado.

Policiais civis aposentados

Os policiais civis que se aposentaram em 2014 e em 2015 foram homenageados pela Assembleia Legislativa em sessão especial realizada no dia 10 de dezembro. O proponente da solenidade foi o deputado Maurício Eskudlark (PSD), que também é policial civil e foi delegado-geral da corporação. O objetivo da sessão foi reconhecer o trabalho de policiais que dedicaram boa parte de suas vidas à segurança da população catarinense.

Saiba mais

As sessões especiais e solenes estão previstas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e têm como objetivo principal homenagear personalidades, instituições, entidades, datas históricas, entre outros, com relevância para Santa Catarina.
As sessões especiais, em geral, são realizadas nas dependências da Assembleia Legislativa, enquanto as solenes ocorrem em outros municípios. A solicitação para as homenagens pode patir do deputado, da bancada partidária ou da Mesa Diretora da Alesc.

Títulos de Cidadão Catarinense

Gerald Degen

O engenheiro alemão, executivo da BMW, foi o responsável pela implantação da fábrica da montadora germânica em Araquari, no Norte do estado, inaugurada em outubro de 2014. A solenidade de concessão do Título de Cidadão Catarinense foi realizada em 6 de março, por solicitação do deputado Kennedy Nunes (PSD), e teve a presença do governador Raimundo Colombo. Membro da BMW Group há 16 anos, Gerald Degen nasceu na Alemanha e é graduado e PhD em engenharia mecânica pela Universidade Técnica de Munique. No Brasil desde janeiro de 2013 para acompanhar seu novo desafio em Santa Catarina, o executivo começou sua carreira como engenheiro de qualidade na fábrica da BMW de Munique, na Alemanha. Abraçou outras oportunidades, como liderar o projeto na equipe de lançamento da nova fábrica BMW em Leipzig, além da vice-presidência da fábrica da BMW em Shenyang, na China.

Silvino Santiago Fernandez Goulart

Há 35 anos em território catarinense, o carioca Silvino Santiago Fernandez Goulart, mais conhecido como Barão, recebeu o Título de Cidadão Catarinense no dia 1° de julho. De iniciativa do ex-deputado Sérgio Grando, a homenagem foi realizada por solicitação do deputado Rodrigo Minotto (PDT). Nascido no estado do Rio de Janeiro, o homenageado atribui sua realização, tanto profissional quanto pessoal, à vivência em Santa Catarina. Ao considerar um estado com grandes valores, Barão destaca que desde a sua chegada em Florianópolis, em 1979, muitas oportunidades surgiram e foram transformadas em grandes conquistas. Publicitário por formação, o título de Barão no meio cultural e jornalístico transparece sua atuação, além de produzir há 30 anos belas esculturas utilizando como matéria-prima materiais orgânicos como ossos de baleias e outros animais, encontrados na natureza.

Homero de Miranda Gomes (in memoriam)

A trajetória de Homero de Miranda Gomes, como homem público e profissional da Medicina, foi destacada no dia 5 de agosto, com a outorga do Título de Cidadão Catarinense. A honraria foi concedida por sugestão dos deputados José Nei Ascari (PSD) e Padre Pedro Baldissera (PT). Nascido na cidade de Ouro Fino, Minas Gerais, em 2 de maio de 1913, Homero de Miranda Gomes foi médico, especialista em dermatologia e hanseníase, razão pela qual foi convidado no início da década de 1940 pelo então governador do Estado, Nereu Ramos, a fazer parte do corpo clínico do Hospital Colônia Santa Tereza, especializado no tratamento da doença. Também como médico, Gomes atuou em instituições como o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). O voluntariado na Medicina ajudou a projetá-lo na política, na qual exerceu os cargos de prefeito do município de São José (de 1956 a 1960) e deputado estadual por duas legislaturas (de 1970 a 1978). Faleceu em 6 de abril de 1980.

Padre João Alfredo Rohr (in memoriam)

O padre, professor e pesquisador João Alfredo Rohr, que se notabilizou como o "pai" da arqueologia no

estado, foi homenageado com o Título de Cidadão Catarinense no dia 24 de agosto, por solicitação do deputado Padre Pedro Baldissera (PT). Durante a sessão solene, também foram celebrados os 110 anos de criação do Colégio Catarinense, instituição em que Rohr atuou. Nascido em 18 de setembro de 1908, no município gaúcho de Arroio do Meio, João Alfredo Rohr foi ordenado padre da ordem jesuíta em 1939, sendo posteriormente designado para lecionar no Colégio Catarinense. Na unidade de ensino, ficou responsável pelas disciplinas de Física, Química e Ciências Naturais, de 1942 a 1964. Foi lá também que se aprofundou nas pesquisas arqueológicas e, em 1954, criou um setor de etnologia indígena, fortalecendo também o museu existente com peças e artefatos descobertos em escavações realizadas em todo o território catarinense. Rohr também se destacou como docente e gestor educacional, tendo atuado como diretor do Colégio Catarinense durante seis anos, reitor da Comunidade dos Jesuítas e presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário de Santa Catarina. Faleceu em 21 de julho de 1984.

Saiba mais

O Título de Cidadão Catarinense é uma das honrarias mais importantes concedidas pela Assembleia Legislativa.Ela é regulamentada pela Lei nº 16.271, de 8 de outubro de 2015. O título é concedido para homenagear "as pessoas físicas imbuídas de elevado espírito público e possuidoras de virtudes éticas e de idoneidade moral que tenham atuação destacada em benefício do estado e da sociedade catarinense." A indicação do homenageado é feita mediante a apresentação de um projeto de lei subscrito por 10 deputados, com a justificativa para a concessão do título. O projeto tem que ser aprovado em plenário. A outorga do título é feita em sessão solene.

5.1 - Comenda do Legislativo

Um exemplo de vida na Comenda do Legislativo Catarinense

A Assembleia realizou em 2015 mais uma edição da Comenda do Legislativo Catarinense. A honraria é um reconhecimento do Parlamento aos que se destacaram por seu compromisso social e empreendedorismo em prol do estado. Neste ano, 33 personalidades, 11 instituições e entidades e uma empresa foram homenageadas.

A solenidade de entrega da comenda ocorreu no dia 23 de novembro e lotou as dependências do Palácio Barriga Verde. Entre os homenageados, Tatiana Lessa Soares Solonca, indicada para a Comenda pelo deputado José Nei Ascari (PSD), emocionou os participantes. A moradora de Santo Amaro da Imperatriz, ficou conhecida pela luta diária que travou em 2014 para perder quase 30 quilos e ter condições de ser doadora de parte do seu fígado para o menino João Vitor, de Palhoça.

"Quando me foi indicada a homenagem, fui procurar o que era uma comenda. E é como se fosse um agradecimento àquela pessoa que fez algo relevante para a sociedade. Algo que eu fiz foi muito relevante, não para o João, mas para mim como ser humano. De me sentir útil, de fazer algo por alguém. E claro, foi devolvida através da vida e da saúde dele, e isso não tem preço. Poder conviver com as primeiras vezes na vida do João é algo que não tem valor que pague. A primeira vez na escola, a primeira vez que ele pôde comer uma comida que ele não podia antes, a primeira vez na praia, e nisso eu vou viver sempre com ele. A doação em vida te permite isso".

Instituída pela Resolução nº 002 de 2008, a Comenda unifica as homenagens concedidas pelo Parlamento Estadual e prestigia, sem qualquer diferenciação, todos os contemplados. Indicados de forma democrática pelos deputados estaduais, os homenageados têm em comum a dedicação ao bem-estar dos catarinenses.

Presidente do STF recebe comenda

Outro homenageado com a honraria em 2015 foi o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski. A solenidade foi realizada no Plenário Deputado Osni Régis e contou com a presença de dezenas de parlamentares, entre outras autoridades do Poder Judiciário.

A homenagem foi justificada em reconhecimento à meritória carreira do magistrado e ao exemplo de coerência, dignidade, grandeza e sabedoria com que atua na defesa da ética, da justiça e da cidadania. "É uma honra recebermos o presidente do STF, que dignifica a justiça brasileira com suas ações. A comenda é a maior homenagem concedida por esta Casa legislativa e a concedemos em nome dos 40 deputados que compõem o Parlamento catarinense", disse o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (PSD).

Ao receber a comenda, Lewandowski atribuiu o mérito da homenagem ao Poder Judiciário. "Eu me sinto profundamente honrado com a mais alta honraria deste Poder Legislativo", disse. Ele destacou que o Poder Judiciário atua em todo o país para garantir diariamente a paz social, "com um pequeno exército de 17 mil juízes". É um número insuficiente para dar conta de 70 milhões de processos existentes no Brasil, conforme reconheceu o presidente do STF, por isso o Judiciário tem investido em formas alternativas como conciliação, mediação e arbitragem.

Os deputados e seus homenageados:

- Aldo Schneider (Proaço Estruturas)
- Ana Paula Lima (Raul Cardozo)
- Antônio Aguiar (Associação de Pais e Amigos de Deficientes - Apadaf)
- Ada de Luca (Pedro Walicoski Carvalho)
- Carlos Chiodini (Alexandre Fernandes)
- Cesar Valduga (Paulo Roberto Ferronato)
- Cleiton Salvaro (Volmar Nazário)
- Dalmo Claro (Fernando Marques Pereira)
- Darci de Matos (João Joaquim Martinelli)
- Dirce Heiderscheidt (Francisco de Assis Peres da Silva)
- Dirceu Dresch (Associação Estadual das Casas Familiares Rurais e do Mar de Santa Catarina - Arcafar SC)
- Dr. Vicente Caropreso (Vicente Donini)
- Fernando Coruja (Paulo Ramos Derengoski)
- Gabriel Ribeiro (Marcos Antônio Costa)
- Gean Loureiro (José Carlos da Silva)
- Gelson Merisio (Walter Zigelli)
- Ismael dos Santos (Charles Luiz Pereira)
- Jean Kuhlmann (Associação Renal Vida)
- João Amim (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Indaial)
- José Milton Scheffer (Instituto Educacional Madre Elisa Savoldi - Iemes)
- Julio Ronconi (Universidade do Vale do Itajaí - Univali)
- José Nei A. Ascari (Tatiana Lessa Soares Solonca)
- Kennedy Nunes (Antônio Marcos Gavazzoni)
- Leonel Pavan (Cesino Bernardino)
- Luciane Carminatti (Paulo Roberto Eccel)
- Luiz Fernando Vampiro (Alexandro Willemann da Silva)
- Manoel Mota (Sebastião Salésio Herdt)
- Marcos Vieira (João Leonel Machado Pereira - in memoriam)
- Mário Marcondes (Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis - Aemflo/São José)
- Maurício Eskudlark (Wolmir Hubner)
- Mauro de Nadal (Orquestra Municipal de Violões de Itapiranga)
- Milton Hobbus (Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí - Fusavi)
- Moacir Sopelsa (Claudio Roberto Guaita Peralta)
- Narcizo Parisotto (Saul Brandalise Júnior)
- Natalino Lazare (Francisco Karam)
- Neodi Saretta (Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA)
- Padre Pedro Baldissera (João Neir Pontes da Rocha)
- Patricio Destro (Ronaldo Benkendorf)
- Ricardo Guidi (Gilson Pinheiro)
- Rodrigo Minotto (Alex Sandro Teixeira da Cruz)
- Romildo Titon (Henrique Packter)
- Serafim Venzon (Jairo Santos)
- Silvio Dreveck (Apae São Bento do Sul)
- Valdir Cobalchini (Leonir Tesser)
- Valmir Comin (José Pedro Mandelli)

06

Comissões

6.1 - A importância das comissões no trabalho do Legislativo

Antes de serem discutidas pelos deputados em plenário e se transformarem em lei, as proposições (projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias, entre outras) passam pelas comissões permanentes da Assembleia Legislativa. Elas podem ser consideradas uma espécie de "cérebro" de todo o processo legislativo, pois nelas as propostas são exaustivamente debatidas e aperfeiçoadas, na busca de consenso para ampliar o atendimento das necessidades da população.

Todo esse processo de debate e aperfeiçoamento é composto por vários mecanismos, como a apresentação de emendas parlamentares ao projeto, a realização de audiências públicas para consultar a população sobre a proposição em tramitação. Uma proposta pode passar por até cinco comissões permanentes.

Em 2015, a Alesc contou com 19 comissões permanentes (ou de mérito). Duas - a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a Comissão de Finanças e Tributação - são compostas por nove deputados, cada. As demais contam com sete integrantes, cada (leia mais no quadro na página 36).

Atribuições das comissões permanentes:

- discutir, emendar e votar pareceres sobre as proposições;
- realizar audiências públicas;
- constituir fóruns parlamentares;
- convocar secretários de Estado para prestar informações,
- fiscalizar atos e programas de governo que envolvam gastos públicos de quaisquer órgãos da administração direta ou entidades da administração indireta;
- receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades, entidades públicas ou prestadoras de serviços públicos;
- encaminhar, por meio da Mesa, pedidos escritos de informação ao governador, aos secretários de Estado e aos titulares de fundações, de autarquias e de empresas públicas;
- solicitar depoimentos de autoridades ou cidadãos;
- acompanhar e apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir pareceres;
- determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;
- acompanhar a aplicação das leis estaduais pelo Poder Executivo e a eficácia no cumprimento;
- estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade e promover conferências, exposições, palestras ou seminários;
- fazer diligência interna ou externa para instruir o processo legislativo;
- solicitar audiência ou a colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional e da sociedade civil, para elucidar matéria em tramitação, de acordo com campo temático; entre outras atribuições.

Além das comissões permanentes, a Assembleia conta com a(s):

- Comissões Mistas, que apreciam assuntos que compreendam os campos temáticos de mais de uma comissão permanente.
- Comissões Especiais, com caráter temporário e criadas com fim específico.
- Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), com caráter investigatório, criadas para apurar fatos determinados, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Números:

- 657 proposições passaram pelas
- comissões em 2015
- 224 foram aprovadas
- 55 arquivadas
- 372 seguem em tramitação em 2016

As comissões realizaram 57 audiências públicas, 28 seminários, três fóruns e 15 eventos diversos.

Passo-a-passo do processo legislativo

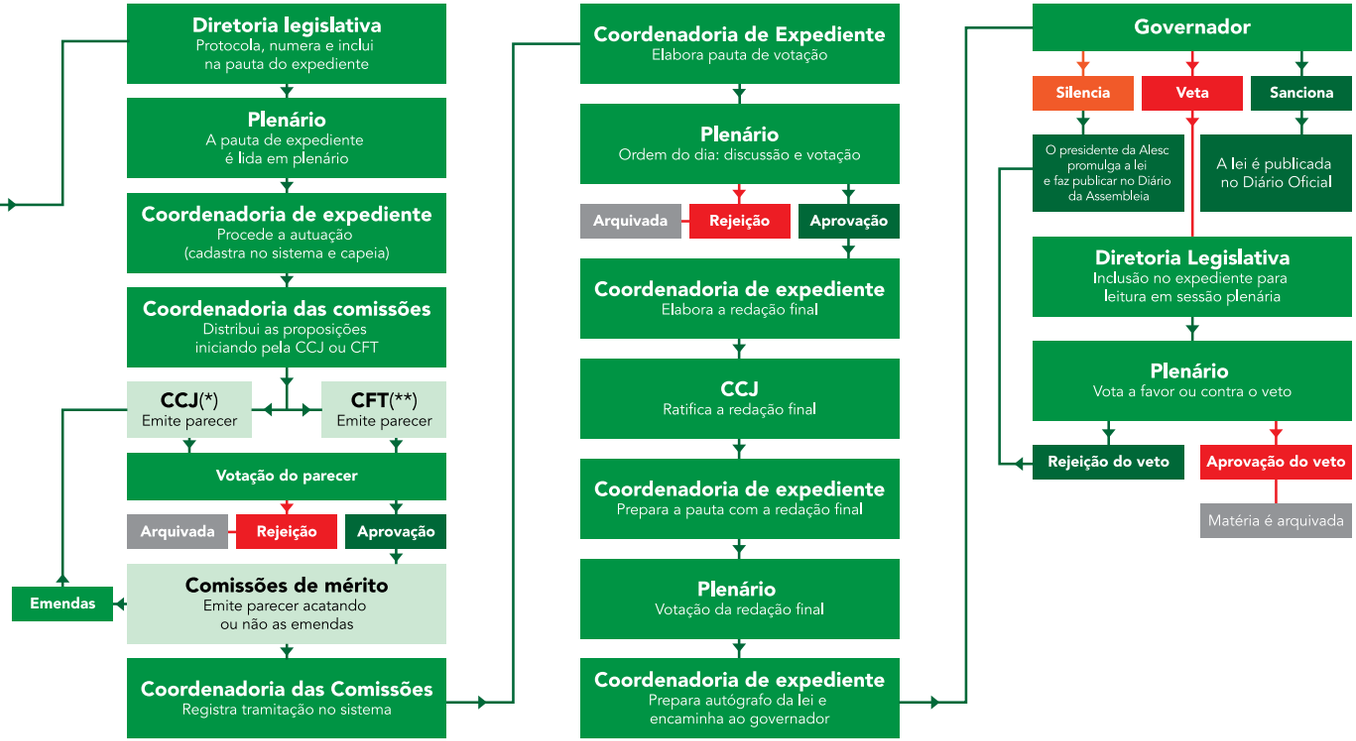
Quem pode propor uma lei?

O primeiro passo para que uma lei seja criada é apresentar uma proposição na Assembleia Legislativa.
Isso pode ser feito:

- pela **Mesa Diretora da Assembleia;**
- por **deputados** (individualmente ou em grupo);
- pelas **comissões técnicas permanentes;**
- pelo **governador** do Estado;

- pelo **cidadão;**
Por meio de abaixo-assinado, desde que obtenham a adesão de 1% do eleitorado catarinense. As assinaturas devem ser de moradores de pelo menos 20 cidades do estado, com o mínimo de 1% do eleitorado de cada uma delas.

- pelo **presidente do Tribunal de Justiça;**
- pelo **procurador-geral de Justiça.**
Nos casos expressos na Constituição estadual.



Comissões de mérito

(*)Comissão de Constituição e Justiça
Passam pela CCJ: Medidas Provisórias (MPs), Propostas de Emendas à Constituição Estadual (PECs) e todas as propostas de Leis . São analisados os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental ou de técnica legislativa de projetos ou emendas sujeitos à apreciação do Plenário da Assembleia.

(**)Comissão de Finanças e Tributação
Começam a tramitar pela CFT a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA). São analisados aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto
Cuida de assuntos atinentes à educação em geral, política e sistema educacional em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais, direito à educação, recursos humanos e financeiros para a educação.

Comissão de Segurança Pública
Trata dos temas que envolvem polícias estaduais, trânsito, segurança ou sistema prisional.

Comissão de Agricultura e Política Rural
Trata da política agrícola e condições de produção.

Comissão de Direitos Humanos
Cuida dos direitos, dignidade e integridade das pessoas, defesa do consumidor e família.

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Analisa programas de assistência à criança e ao adolescente com o objetivo de assegurar respeito aos direitos humanos.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Faz o acompanhamento e apoio das políticas e ações de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia
Analisa projetos que tratam da política e sistemas de gestão e desenvolvimento, seus aspectos institucionais e legais; do desenvolvimento industrial e comercial; das políticas de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar
Zela pelo funcionamento harmônico e pela imagem do Poder Legislativo, atuando no sentido da preservação, pelos deputados, da dignidade do mandato parlamentar.

Comissão de Pesca e Aquicultura
Cuida de assuntos relativos à política pesqueira e aquícola estadual.

Comissão de Legislação Participativa
Analisa sugestões de iniciativa legislativa apresentada por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos.

Comissão de Proteção Civil
Fiscaliza as ações da Secretaria de Estado da Defesa Civil no que concerne a seus órgãos de defesa e proteção civil. Colabora com a atuação de entidades privadas na defesa e proteção civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários ou comunitários, e o apoio técnico e financeiro prestado pelo Estado.

Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul
Trata dos programas de integração econômica, social e cultural com os estados brasileiros e outros países, especialmente os da América Latina e com prioridade os do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Age em assuntos referentes à ordem social catarinense, tendo como base o trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Comissão de Saúde
Analisa assuntos relativos à saúde e à organização institucional da saúde no Estado.

Comissão de Prevenção e Combate às Drogas
Acompanha e apoia políticas e ações de prevenção, combate e repressão ao consumo e ao comércio de entorpecentes.

Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano
Trata de assuntos que envolvem urbanismo e arquitetura; política de desenvolvimento urbano; uso e ocupação do solo urbano; transportes urbanos; infraestrutura urbana e saneamento básico; habitação e política habitacional.

Comissão de Turismo e Meio Ambiente
Cuida da política e do planejamento estadual para o turismo e dos temas que envolvem meio ambiente e recursos naturais.

6.2 Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

Membros: João Amin (presidente), Valdir Cobalchini (vice-presidente), Cesar Valduga, Cleiton Salvaro, Darci de Matos, Luciane Carminatti e Manoel Mota
Reuniões ordinárias - 16
Reuniões extraordinárias - 2
Reuniões especiais - 2
Audiências públicas - 11
Outras atividades - 2

Principais audiências públicas:
- Implantação da Região Metropolitana do Norte/Nordeste e a Mobilidade Urbana da Região de Joinville (Dia 30/04, em Joinville).

Encaminhamentos: aprofundar a sugestão para criar a segunda Região Metropolitana do Norte, Nordeste e Vale do Itapocu; acelerar a tramitação de projeto de lei sobre a criação da Região Metropolitana de Joinville; interação e compartilhamento entre as definições do Estatuto da Metrópole e Regiões Metropolitanas.

- Demarcação dos Terrenos de Marinha em Santa Catarina (Dia 05/05, na Alesc)

Encaminhamento: ação popular e moção à Superintendência de Patrimônio da União sobre os critérios adotados para demarcar os Terrenos de Marinha em Santa Catarina.

- Demarcação dos Terrenos de Marinha na região de Joinville (Dia 13/07, em Joinville).

Encaminhamento: mobilizar as autoridades responsáveis para cobrar da Superintendência do Patrimônio da União, em Brasília, mais transparência nas informações.

- Revitalização da rodovia Antonio Heil, que liga os municípios de Itajaí e Brusque (Dia 27/08, na Alesc).

Encaminhamento: audiência no Deinfra para tratar da adequação do projeto de revitalização da rodovia às necessidades da comunidade daquela região.

- Situação dos acostamentos e sinalização nas rodovias estaduais na região de Timbó (Dia 31/08, em Timbó).

Encaminhamentos: indicações ao Deinfra sobre alteração da SC-416 para SC-110 (Rodeio/Timbó/Pomerode) sem prévia comunicação aos moradores e aos Correios de Timbó/Jaraguá, causando transtornos nas entregas das correspondências; necessidade de recuperar a via na Curva Dona Clara na SC-477 e de reativar a lombada eletrônica, desligada há 12 anos; indicação à Polícia Militar sobre a necessidade de Posto da Polícia Militar Rodoviária na região de Timbó.

- Implantação da Ferrovia Litorânea Sul em Santa Catarina (Dia 17/09, na Alesc).

Encaminhamentos: a comissão mediou entendimento entre Funai e Dnit.

- Políticas para gestão de resíduos da construção civil na Grande Florianópolis (Dia 27/10, na Alesc).

Encaminhamentos: criação de grupo capaz de fazer pré-proposta de lei metropolitana/estadual para regulamentar a gestão dos resíduos da construção civil da Grande Florianópolis; criação de força-tarefa para acelerar o processo de licenciamento de áreas, em sintonia com as determinações legais e as normas do Plano Diretor de cada Município, para que as empresas que participam da coleta, os catadores e a indústria da construção civil não tenham atividades prejudicadas; incentivar as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e a criação de políticas que estimulem o uso de materiais produzidos a partir da reciclagem dos resíduos, como forma de assegurar a sustentabilidade.
- Situação de Calamidade Pública da Rodovia SC-108, Anitápolis/Santa Rosa de Lima (Dia 16/12, na Alesc).

Encaminhamentos: contemplar no BID a obra da Rodovia SC-108, Anitápolis/Santa Rosa de Lima; garantir a manutenção da rodovia através de parcerias entre prefeituras e governo do Estado.

- Bicicleta - Alternativa para a Mobilidade Urbana (Dia 30/11, na Alesc)

Encaminhamentos: viabilizar um canal de comunicação para denúncias de motoristas que não obedecem às leis de trânsito relacionadas aos ciclistas e estimular campanhas do governo para conscientizar a população, particularmente, os motoristas; trabalhar para incluir o tema nas autoescolas e no conteúdo escolar; trabalhar junto ao Executivo para construir ciclofaixas.

Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Membros: Gean Loureiro (presidente), Ricardo Guidi (vice-presidente), Cesar Valduga, Gabriel Ribeiro, João Amin, Maurício Eskudlark e Neodi Saretta.

Reuniões Ordinárias - 12
Reuniões Externas - 4
Audiências Públicas - 5
Seminários - 2
Fórum - 1

Audiências Públicas:
- Alterações na Lei 14.330/2008 sobre o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras, simultânea com a Comissão de Finanças e Tributação (Dia 30/04, na Alesc).
- Plano de Gerenciamento Costeiro de Jaguaruna (Dia 27/05, na Alesc).

Encaminhamento: os deputados da comissão foram a Jaguaruna debater com outros deputados da região sul, prefeito e vereadores do município sobre o estudo geológico, para que Estado e Município estabeleçam Termo de Ajuste de Conduta com Ministério Público Federal.

- Criação da Rota da Cerveja em Santa Catarina (Dia 22/09, na Alesc).
- Maricultura como Atividade de Interesse Social e Econômico, tema do PL 216.4/2015, do deputado Jean Kuhlmann (Dia 01/12, na Alesc)

- Gestão da Fauna Nativa e Exótica em Santa Catarina, tema do PL 487/2015, do deputado Darci de Matos (Dia 02/12, na Alesc)

Seminários:
- Educação Ambiental (Dia 03/06, na Alesc)
- Saneamento Ambiental (Dias 07 e 08/07, na Alesc)

Outras Atividades:
- Palestras, sobre Políticas Públicas de Turismo e sobre Dia da Árvore. As duas palestras aconteceram na Alesc, além das participações na abertura e no lançamento do Festival Internacional de Cinema Socioambiental.

- Fórum Estadual para Preservação da Água.

Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia

Membros: Silvio Dreveck (presidente), Cleiton Salvaro (vice-presidente), Darci de Matos, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, Luiz Fernando Vampiro e Rodrigo Minotto.
Reuniões ordinárias - 7
Audiência Pública - 1
Seminário - 1

Audiência pública sobre o Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte, do Microempreendedor Individual e da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Dia 30/09, na Alesc).

Encaminhamento: propor a revisão e o aperfeiçoamento da lei estadual.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Membros: José Nei Ascari (presidente), Gean Loureiro (vice-presidente), Cleiton Salvaro, Narcizo Parisotto, Serafim Venzon, Luiz Fernando Vampiro e Luciane Carminatti.

Reuniões Ordinárias - 10
Audiências Públicas - 5
Seminários - 20
Simpósios - 2
Fóruns - 2
Olimpíada das Apaes - 1

Audiências públicas sobre a situação do Idoso com Deficiência em Santa Catarina na Perspectiva da Saúde, Acessibilidade e Qualidade de Vida, em Penha, Laguna, São José, Brusque e Urubici.

Encaminhamento: colher informações e sugerir ao governo estadual políticas públicas voltadas aos Idosos.

A comissão também promoveu dezenas de eventos sobre diversos temas relacionados às pessoas com deficiência, tais como: Doenças Raras, Doenças Metabólicas, Prevenção das deficiências, Currículo Funcional, Preservação da Língua de Sinais, Avaliação das Deficiências, Autismo, Deficiência Visual/Deficiência Física, Conselhos de Direitos das Pessoas com deficiência, Moda Inclusiva, Esporte e Lazer para os Deficientes, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Comissão de Saúde

Membros: Ana Paula Lima (presidente), Dr. Vicente Caropreso (vice-presidente), Cesar Valduga, Cleiton Salvaro, Dalmo Claro, Fernando Coruja e José Milton Scheffer.
Reuniões Ordinárias - 16
Audiências Públicas - 7
Seminário - 1
Conferências - 2
Outros eventos - 2

Principais audiências públicas:
- Organização Hospitalar da Região Nordeste de Santa Catarina (Dia 07/08, em Joinville).

Encaminhamento: Aberto um canal de comunicação entre os envolvidos e a Comissão de Saúde.

- Impacto da Proposta de Centralização da Regulação do Samu (Dia 31/08, Alesc)

Encaminhamento: incluir a deliberação da CIB e o reestudo da Política Estadual de Atenção das Urgências em SC, na Câmara Técnica; a participação de um técnico especialista em gestão do Samu, um médico regulador, uma enfermeira, um técnico em enfermagem e um socorrista, além do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal e de um representante da Comissão de Saúde da Alesc.

- Construção do Centro de Referência da Saúde da Mulher (Dia 19/11, na Alesc).
Encaminhamento: Proposta a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Construção da Nova Maternidade Carmela Dutra.

Outras atividades:
- Seminário sobre Fosfoetanolamina
- Conferências sobre Perfil da Enfermagem no Brasil e sobre Violência Obstétrica no Estado
- Congressos nacionais sobre Parto Humanizado e sobre Medicina Natural e Práticas Integrativas da Saúde.

Comissão de Direitos Humanos

Membros: Dirceu Dresch (presidente), Narcizo Parisotto (vice-presidente), Ismael dos Santos, Natalino Lázare, Marcos Vieira, Dalmo Claro e Luiz Fernando Vampiro.

Reuniões Ordinárias - 10
Audiências Públicas - 4
Seminários - 2
Outros eventos - 2

Audiências públicas:
- Dois anos da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (Dia 28/5, na Alesc).

Encaminhamento: divulgar a Defensoria Pública nas audiências regionalizadas.

- Proposta de Emenda Constitucional PEC (171/93) que reduz a Maioridade Penal no Brasil
(Dia 01/06, na Alesc).

- A Situação Social dos Haitianos no Brasil
(Dia 24/06, na Alesc).

Encaminhamento: criar um grupo de trabalho para compilar sugestões, reflexões e fazer um plano de metas.

- Atuação das polícias junto a movimentos sociais, representações comunitárias e representantes de conselhos Municipais (Dia 02/09, na Alesc).

Encaminhamentos: criado grupo para discutir sobre tortura e atuar em parceria com equipe que trata dos problemas enfrentados por imigrantes haitianos; definida toda primeira sexta-feira do mês para reunião simultânea dos dois grupos.

Comissão de Pesca e Aquicultura

Membros: Neodi Saretta (presidente), Patrício Destro (vice-presidente), Maurício Eskudlark, José Milton Scheffer, Dalmo Claro, Luiz Fernando Vampiro e Rodrigo Minotto.

Reuniões Ordinárias - 7
Audiências Públicas - 3

Audiências públicas:
- Defesa do Complexo Lagunar (Dia 29/08, em Laguna).

Principais encaminhamentos:
documento dirigido aos responsáveis pela aprovação da Instrução Normativa proposta pelos pescadores em parceria com o Ceperg; solicitação de abertura de canais no atual aterro (continuidade da ponte) para facilitar a circulação e a movimentação de águas entre as lagoas Santo Antônio, Mirim e Imaruí; desassoreamento do Rio Carniça, localizado na comunidade Campo Verde; fiscalização em todo o Complexo Lagunar para organizar a exploração imobiliária.

- Futuro da Pesca e Terminal Pesqueiro de Laguna (Dia 29/8, em Laguna).

Encaminhamentos: encaminhar proposta de revitalização do Terminal Pesqueiro de Laguna ao Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias, órgão vinculado ao Ministério de Portos; encaminhar levantamento de custos e projeto executivo de Batimetria do canal de acesso dos molhes, da Barra até o terminal pesqueiro, nos Molhes da Barra de Laguna.

Resultados Concretos: em outubro, o ministro dos Portos, Helder Barbalho, autorizou estudo e execução de projetos de dragagem do canal que dá acesso ao Porto de Laguna, para melhorar o acesso das embarcações. Para melhorar a sinalização da entrada do canal foi autorizada, à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), a compra de três boias articuladas, para facilitar a entrada das embarcações.

- Problemas relacionados à pesca artesanal (Dia 17/08, na Alesc).

Encaminhamentos: criar grupo de trabalho e uma comissão com representantes dos pescadores e do Ministério Público para buscar soluções que minimizem as dificuldades dos pescadores artesanais.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Membros: Valdir Cobalchini (presidente), Luciane Carminatti (vice-presidente), Gabriel Ribeiro, Natalino Lázare, Rodrigo Minotto, Serafim Venzon e Gean Loureiro.

Reuniões Ordinárias - 18
Reuniões extraordinárias - 2
Audiências Públicas - 9

Principais atividades:
- Debates sobre o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, realizada em oito cidades do estado.

Encaminhamento: envio de sugestões das entidades ligadas à educação para o aperfeiçoamento do plano, aprovado no fim do ano pelos deputados.

- Audiência sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), proveniente de bolsas de estudos garantidas pelos artigos 170 e 171 da Constituição do Estado.

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Membros: Dr. Vicente Caropreso (presidente), Ricardo Guidi (vice-presidente), Ismael dos Santos, Luiz Fernando Vampiro, Romildo Titon, Neodi Saretta e Cesar Valduga.

Reuniões ordinárias - 9
Seminários - 2
Outros eventos - 14
Visitas técnicas - 5

Principais ações:
- Seminário sobre a Gestão Municipal do Fundo para Infância e Adolescência (FIA).
A comissão participou de reuniões periódicas de 3 grupos de discussão e articulação institucional voltados à Criança e ao Adolescente, orientou representantes de diversos municípios sobre garantia de direitos e o FIA.

Comissão de Agricultura e Política Rural

Membros: Natalino Lázare (presidente), José Milton Scheffer (vice-presidente), Gabriel Ribeiro, Cesar Valduga, Mauro de Nadal, Manoel Mota e Dirceu Dresch.

Reuniões Ordinárias - 12
Audiências Públicas - 5 (sendo 2 em conjunto com outras comissões)
Fórum - 1

Principais audiências públicas:
- Javalis na Serra Catarinense (Dia 07/05, em Lages). Em debate, controle e abate da espécie sob o argumento de provocar danos aos agropecuaristas.

Encaminhamento: grupo de trabalho com representantes de diversos segmentos da sociedade para adequar os trâmites da legalização de caçadores profissionais autorizados no estado.

- Sanidade equina e controle do mormo (Dia 09/06, em Chapecó, simultânea com a Comissão de Legislação Participativa).

Encaminhamentos: a comissão solicitou à Cidasc a implantação de um laboratório capacitado para examinar animais e mediou tratativas para garantir a continuidade de eventos com presença de cavalos, por meio da apresentação prévia e do cadastramento de exames para a emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA).
- Circulação de máquinas agrícolas em rodovias
(Dia 26/11, na Alesc).

Encaminhamentos: Assembleia Legislativa e entidades que representam os agricultores questionaram, em nível estadual e federal, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) sobre regulamentação específica de tráfego e transporte de máquinas agrícolas; pedido às polícias Rodoviárias Federal e Estadual e ao Detran publicação de documento que oriente sobre tráfego e transporte de máquinas agrícolas.

Outras ações:
Fórum Catarinense do Agronegócio.

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Membros: Serafim Venzon (presidente), Rodrigo Minotto (vice-presidente), Dirceu Dresch, Fernando Coruja, Jean Kuhlmann, Manoel Mota e Natalino Lázare

Reuniões ordinárias - 23
Reuniões extraordinárias - 6
Audiências públicas: - 3

Audiências públicas:
- Novo Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário de Santa Catarina - PLC 005.1/2015 (Dia 19/05, na Alesc).

- A segurança dos servidores e usuários nos órgãos públicos estaduais (Dia 24/8, na Alesc).

- Sistema prisional em Santa Catarina (Dia 27/08, na Alesc).

Comissão de Legislação Participativa

Membros: Cesar Valduga (presidente), Patrício Destro (vice-presidente), José Milton Scheffer, José Nei Ascari, Manoel Mota, Neodi Saretta e Romildo Titon.

Reuniões ordinárias - 4
Reunião extraordinária - 1
Reunião ampliada - 1
Audiências públicas - 3
(sendo 1 em conjunto com outra comissão)

Audiências públicas:
- Implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos em Santa Catarina (Dia 19/05, na Alesc).

Encaminhamento: constituída a Comissão de Acompanhamento da Implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos em Santa Catarina,

- Projeto, procedimentos e perspectivas da ampliação e modernização do Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso (Dia 10/06, em Chapecó).

Encaminhamentos: agilizar a homologação da pista e do pátio do aeroporto; apelar ao governo do Estado para viabilizar os recursos necessários à desapropriação das áreas, no entorno do aeroporto, atingidas pelo projeto; pleitear a destinação de emendas parlamentares dos deputados federais catarinenses para as indenizações necessárias à viabilização do aeroporto.

Comissão de Segurança Pública

Membros: Romildo Titon (presidente), Maurício Eskudlark (vice-presidente), Ricardo Guidi, João Amin, Antonio Aguiar, Ana Paula Lima e Rodrigo Minotto.

Reuniões ordinárias - 10
Audiências públicas - 2

Audiências públicas:
- Falta de efetivo, estrutura e insegurança em Caibi e região (Dia 27/04, em Caibi).

Encaminhamento: documento encaminhado ao secretário de Segurança Pública com reivindicações.

- Paralisação dos serviços de Expedição de Identidade Civil, na delegacia de Fraiburgo (01/10, em Fraiburgo).

Encaminhamento: o problema foi resolvido na própria audiência pública com a definição da volta dos serviços.

Comissão de Proteção Civil

Membros: Patrício Destro (presidente), Ana Paula Lima (vice-presidente), Jean Kuhlmann, Dr. Vicente Caropreso, Fernando Coruja, Romildo Titon e Narcizo Parisotto.

Reuniões Ordinárias - 4
Audiência Pública - 1 (sobre Meteorologia em Santa Catarina, dia 15/12, na Alesc)
Visitas Técnicas - 2
Seminário - 1

Principal Ação
Seminário sobre El Niño (Dia 19/08, na Alesc).
Definições: usar como modelo as iniciativas de sucesso dos estados de Paraná e Espírito Santo, nos quais há forte e produtiva cooperação da iniciativa pública e da iniciativa privada; salientar a precariedade da atual operação 7x24 feita pelo Epagri/CIRAM e manifestar preocupação com um eventual colapso deste com o provável aumento da carga de trabalho dos meteorologistas em fase do aumento da procura de previsões oficiais; promover cursos de treinamento aos coordenadores regionais e municipais de Defesa Civil de SC sobre interpretação de fenômenos meteorológicos, uso de radares, satélites e de outras redes de monitoramento, para melhorar as previsões.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

Membros: Mauro de Nadal (presidente), Silvio Dreveck (vice-presidente), José Nei Ascari, Ricardo Guidi, Narcizo Parisotto, João Amin, Marcos Vieira, Valdir Cobalchini e Luciane Carminatti.

Reuniões Ordinárias - 38
Reuniões Extraordinárias - 6
Audiência Pública - 1

A comissão debateu em audiência pública simultânea com as comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Finanças e Tributação o seguinte assunto:

- Situação da Udesc em Palmitos (Dia 14/05, em Palmitos).

Comissão de Finanças e Tributação

Membros: Marcos Viera (presidente), Darci de Matos (vice-presidente), Antonio Aguiar, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, José Milton Scheffer, Kennedy Nunes, Patrício Destro e Rodrigo Minotto.
Reuniões ordinárias - 28
Reuniões extraordinárias - 3
Reuniões simultâneas - 5
Audiências públicas do Orçamento Estadual Regionalizado - 32 (leia mais na página 45).

Comissão de Prevenção e Combate às Drogas

Membros: Ismael dos Santos (presidente), Narcizo Parisotto (vice-presidente), Natalino Lázare, Dr. Vicente Caropreso, Dalmo Claro e Fernando Coruja.

Reuniões Ordinárias - 5
Seminário - 1
(Seminário Estadual sobre Álcool e Drogas)

Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e Mercosul

Membros: Rodrigo Minotto (presidente), Neodi Saretta (vice-presidente), Kennedy Nunes, Ricardo Guidi, Silvio Dreveck, Antonio Aguiar e Valdir Cobalchini.

Reunião Ordinária - 1

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Membros: Kennedy Nunes (presidente), Marcos Vieira (vice-presidente), Jean Kuhlmann, Ricardo Guidi, João Amin, Antonio Aguiar e Fernando Coruja.

OBS: A comissão só se reúne quando há denúncia contra algum deputado estadual, o que não ocorreu em 2015.

6.3 - Orçamento Regionalizado reúne quase 4 mil pessoas

Aproximadamente 4 mil pessoas participaram as audiências públicas do Orçamento Regionalizado realizadas pela Assembleia Legislativa, por meio da Comissão de Finanças e Tributação e da Coordenadoria do Orçamento Estadual, em todo o estado, no decorrer de 2015. Os encontros serviram para que a população catarinense apresentasse suas sugestões e reivindicações de obras e investimentos do Estado para o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e para o orçamento de Santa Catarina em 2016.

Ao todo, foram 32 encontros regionais, que começam em Itapiranga, no Extremo Oeste, no dia 22 de junho, e terminaram em Laguna, no Sul de Santa Catarina, no dia 7 de agosto. O ciclo foi dividido em três etapas. A primeira, em junho, passou pelo Extremo Oeste, Oeste, Meio-Oeste e Serra Catarinense. A segunda, realizada em julho, atendeu os municípios da Foz do Rio Itajaí, Vale do Itajaí, Planalto Norte, Norte catarinense e Grande Florianópolis. A terceira e última foi realizada no Sul e Extremo Sul do estado.

As audiências levantaram 436 ações (12 em cada grupo de municípios ligado a uma Secretaria de Desenvolvimento Regional) que, a exemplo dos anos anteriores, foram distribuídas no PPA e na lei orçamentária para 2016, aprovadas pela Alesc no fim de 2015.

07

Frentes e Fóruns Parlamentares

Fóruns e frentes parlamentares intensificam trabalho dos deputados

Com o início da nova legislatura em fevereiro, os deputados estaduais criaram 10 fóruns e 25 frentes parlamentares. Conforme o Regimento Interno da Assembleia, os fóruns são instalados por iniciativa de dois décimos dos deputados "para tratar de matérias de grande e notório interesse para o povo catarinense e que não podem ser acompanhadas pelas comissões permanentes". Os fóruns devem apresentar relatório final de seus trabalhos e serão extintos ao final da legislatura.

Já as frentes parlamentares, regulamentadas pela Resolução nº 5/2005, são criadas com o objetivo de apoiar, incentivar e assistir a estudos relativos a temas de interesse social, econômico e político, pela adesão de um décimo dos deputados. As frentes também são extintas ao final da legislatura, mas podem encerrar suas atividades a qualquer tempo, por decisão unânime de seus componentes.

Pacto Federativo

Assim que tomou posse em fevereiro, na condição de suplente, o deputado Fernando Coruja (PMDB) apresentou a principal bandeira do mandato: mobilizar as assembleias legislativas para mudar a Constituição Federal e ampliar o poder dos estados. Na prática, o parlamentar propôs um novo Pacto Federativo, que desse aos estados uma maior parcela dos recursos tributários e mais autonomia para legislar.

O fórum foi implantado em 11 de março. Após pouco mais de dois meses de trabalho, o deputado Leonel Pavan (PSDB), relator do grupo, apresentou, em 20 de maio, o relatório final com as propostas de alteração na Constituição Federal que foram elaboradas pelo fórum. Ao todo, cinco propostas, nas áreas da educação, saúde, redistribuição de recursos federais,

competência legislativa das assembleias e participação popular.

No dia 27 de maio, as propostas, na forma de projeto de resolução, foram entregues à Presidência da Alesc. Quatro delas foram a Plenário e aprovadas pelos deputados no final do mês de junho:

Resolução nº 1, de 06/07/2015
Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar o inciso I, e suas alíneas "a" e "b", do art. 159 da Constituição Federal, para o fim de modificar a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

Resolução nº 2, de 06/07/2015
Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com os Estados e o Distrito Federal.

Resolução nº 3, de 06/07/2015
Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição, visando acrescentar inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição.

Resolução nº 4, de 06/07/2015
Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 166 e 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% da sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do cômputo deste percentual as emendas parlamentares ao orçamento federal.

Com as propostas aprovadas, o próximo desafio do fórum seria conseguir a adesão de pelo menos mais 13 assembleias legislativas para viabilizar a apresentação dos projetos para alteração na Constituição Federal no Congresso.

Os deputados Fernando Coruja (PMDB) e Kennedy Nunes (PSD) destacaram a boa recepção que a proposta de alteração do Pacto Federativo teve em diversos Parlamentos estaduais: Rio Grande do Sul, Amazonas, Rondônia, Roraima, Paraná, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Tocantins, Mato Grosso, entre outros.

Saúde

Com o objetivo de encaminhar projetos de interesse dos hospitais filantrópicos em Santa Catarina, em 2015, foi reinstalada a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde. De acordo com o deputado José Milton Scheffer (PP), coordenador da frente, a ideia é discutir a desoneração tributária sobre os 182 hospitais filantrópicos do estado que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS), assim como melhorar o financiamento dessas instituições.

O objetivo final do grupo é melhorar a qualidade do atendimento na saúde, em especial à população mais carente, uma vez que os hospitais filantrópicos estão entre os principais parceiros do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado, responsáveis por 80% dos atendimentos em território catarinense.

Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana de uma região metropolitana precisa ser planejada de maneira integrada. Para se somar ao governo nesse esforço, 32 parlamentares assinaram a lista de adesão à Frente Parlamentar da Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis, lançada em março. A iniciativa de formar a frente partiu do deputado Gean Loureiro (PMDB). Conforme o parlamentar, a frente parlamentar faz uma agenda permanente de acompanhamento do trabalho da Superintendência da Região Metropolitana de Florianópolis (SRMF) na execução do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (Plamus).

Atualmente, 48% dos deslocamentos na Grande Florianópolis são feitos por automóvel, contra uma média nacional de 31%. Além dos investimentos em transporte público, são necessários, também, planejamento do uso do solo e valorização de modais não motorizados, como as ciclovias e as áreas para pedestre.

Micro e Pequenas Empresas

Tendo os deputados Darci de Matos (PSD) na presidência e Cleiton Salvaro (PSB) na vice-presidência, foi instalada, em abril a Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas. O grupo estabeleceu como metas para este ano a regulamentação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que determina um tratamento diferenciado aos pequenos negócios, e a ampliação do programa de crédito Juro Zero, do governo do estado. Santa Catarina conta com mais de 130 mil pequenas e micro empresas, o que representa 88,4% dos empreendimentos sediados no estado.

Terrenos de Marinha

A Frente Parlamentar em Defesa dos Ocupantes de Terrenos de Marinha no Estado de Santa Catarina foi instalada em maio na Assembleia Legislativa tendo como presidente o deputado João Amin (PP).

A demarcação desses terrenos é realizada pela Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU-SC) desde 2005. O objetivo é localizar os imóveis com área constituída de faixa de 33 metros, a contar da linha preamar-média (LPM) de 1831 para dentro da terra, nas áreas banhadas por águas sujeitas à maré, que, conforme a mesma legislação, seriam de propriedade da União.

O objetivo da frente é unir o Parlamento estadual e mobilizar a sociedade catarinense entorno do assunto. Para isso, foram realizadas audiências públicas, além de outras ações.

Em Florianópolis, um dos bairros atingidos com a demarcação é Carianos, no Sul da Ilha de Santa Catarina. Só na localidade, 1.330 imóveis, conforme levantamento, seriam considerados terrenos de marinha. Muitos deles contam com escritura pública e foram financiados por bancos oficiais, como a Caixa Econômica Federal. Em Joinville, 6,5 mil famílias podem ser atingidas com a demarcação.

Transporte intermunicipal

Aprimorar a legislação estadual que rege o transporte intermunicipal em Santa Catarina, para aumentar a qualidade e a segurança do serviço oferecido e permitir que o setor seja mais competitivo é o principal objetivo da Frente Parlamentar do Transporte Intermunicipal da Assembleia Legislativa, instalada em março. Conforme o presidente da frente, deputado Luiz Fernando Vampiro (PMDB), as discussões em torno no assunto surgiram principalmente em virtude do elevado número de vítimas em acidentes com ônibus no estado. De janeiro de 2013 a abril de 2015, segundo o parlamentar, foram, 71 mortos e 288 feridos.

A frente detectou que a legislação que rege a fiscalização do setor no estado está desatualizada (é de 1980 e

nunca passou por alterações). Empresários do ramo, no entanto, demonstraram preocupação com novas regras implantadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e com a queda no número de passageiros no estado (redução de 35%, no comparativo entre 2008 e 2014).

Inovação

A Frente Parlamentar da Inovação Catarinense, coordenada pelo deputado Jean Kuhlmann (PSD), surgiu com o objetivo de trabalhar para que os 2% destinados à ciência e tecnologia, prevista no artigo 193 da Constituição Estadual, sejam efetivamente investidos em seu fim, além de lutar pela redução da burocracia, considerada um dos principais entraves para o setor.

"Aumentar o investimento na inovação e tecnologia pode parecer à primeira vista um problema para o governo, já que receberia recursos previstos para outras áreas. Mas a longo prazo, trará benefícios, aumentando a arrecadação do Estado e, por consequência, o orçamento estadual como um todo", analisou Jean Kuhlmann.

Suinocultura

Em maio, foi instalada a Frente Parlamentar em Defesa da Suinocultura, com o objetivo principal de discutir as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais, sob a presidência do deputado José Nei Ascari (PSD). A suinocultura é responsável por 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio catarinense. São 8 mil produtores, concentrados no Extremo Oeste, Meio Oeste e em Braço do Norte, no Sul do estado. Apesar dos bons resultados, com o aumento das exportações e a excelência em sanidade animal, o setor ainda enfrenta grandes desafios, como o incentivo à produção e a ampliação dos mercados.

Varejo

A Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, presidida pelo deputado Darci de Matos (PSD), retomou as atividades em 2015 de olho principalmente em uma reclamação de comerciantes de todo o estado: as feiras itinerantes, conhecidas como "feirinhas do Brás". O assunto foi discutido em várias ocasiões, na presença dos deputados e de entidades ligadas ao setor, como a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL-SC) e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) de Santa Catarina.

Os comerciantes se queixam que as feiras itinerantes têm trazido problemas para o comércio formal, pois cometeriam uma série de irregularidades, não recolhem impostos e vendem produtos de origem duvidosa, prejudicando os consumidores. O setor cobra mais fiscalização por parte do estado e pede que as feirinhas tenham o mesmo tratamento legal e tributário que é dispensado aos estabelecimentos comerciais formais.

Em junho, em uma grande reunião na Assembleia, as entidades e a frente parlamentar apresentaram uma pauta de reivindicações ao governo estadual com o objetivo de coibir a ação das feiras itinerantes. Entre as medidas sugeridas, criação de delegacias de combate à pirataria em todo o estado, cassação do registro de ICMS de estabelecimentos flagrados comercializando produtos pirateados e a mobilização, por parte da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), para a elaboração de leis que dificultem a atuação dessas feiras em todas as cidades catarinenses.

Portos e Aeroportos

Tendo o deputado Patrício Destro (PSB) como presidente, foi instalada em maio a Frente Parlamentar dos Portos e Aeroportos. O objetivo do novo colegiado é acompanhar as políticas públicas para o setor e as obras de infraestrutura que atendam às demandas para aumentar a competitividade dos portos.

O andamento das obras no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, localizado em Florianópolis e a situação dos acessos aos portos catarinenses estão entre os principais assuntos discutidos pela frente em 2015.

Cooperativismo

Com objetivo de apoiar um dos setores mais importantes da economia catarinense, foi reinstalada em maio a Frente Parlamentar Cooperativista (Frencoop) da Assembleia Legislativa. Presidida pelo deputado José Milton Scheffer (PP), a frente trabalha para criar um ambiente permanente de apoio a um setor, que representa 11% do PIB catarinense e terminou 2015 com previsão de crescimento, mesmo com a retração da economia nacional.

Uma das principais conquistas da frente no ano foi a aprovação do Projeto de Lei do Executivo que cria a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo (Peac). O objetivo principal é fomentar mecanismos para estimular o desenvolvimento do cooperativismo e incentivar parcerias e convênios entre órgãos públicos e privados. A

medida vai beneficiar os ramos agropecuário, de crédito, transporte, eletricidade, entre outros. A proposta foi elaborada com a participação da Frencoop.

De acordo com a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Osesc), são 253 cooperativas no estado, reunindo 1.755.585 famílias, com 52.157 colaboradores. Em 2014, o faturamento do setor chegou a R$ 23,301 bilhões. Ao todo, são 12 ramos de atividade, entre os quais se destacam a agropecuária (que responde por 65% do setor), saúde, crédito, consumo, infraestrutura e transporte, responsáveis pelos resultados mais expressivos.

Fontes renováveis de energia

A crise hídrica enfrentada pelo país recentemente, que ameaçou comprometer o fornecimento de energia elétrica, motivou a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por iniciativa do deputado Ismael dos Santos (PSD), a instalar em junho o Fórum Parlamentar para Incentivo do Desenvolvimento de Políticas Públicas para a Geração de Eletricidade por meio de Fontes Renováveis. A iniciativa visa ampliar o debate afim de criar um plano estadual que promova ferramentas para solucionar as questões que afetam a produção de eletricidade. A intenção é aglutinar os projetos existentes que tratam do tema, unificando a questão, e assim trazer para o Parlamento pessoas que possam pensar, juntamente com o fórum, em novas ações.

Defensoria Pública Estadual

Com o objetivo principal de garantir a quantidade mínima de defensores públicos exigida pela Constituição Federal, foi lançada em agosto a Frente Parlamentar em Defesa da Implantação e Consolidação da Defensoria Pública em Santa Catarina. O grupo, presidido pela deputada Luciane Carminatti (PT), quer trabalhar na elaboração de ações que permitam que até 2022 todas as comarcas catarinenses passam contar com núcleos da defensoria, como preconiza a Constituição Federal. Para isso, estima-se que Santa Catarina deverá contar com 300 defensores, no mínimo. Atualmente, o estado conta com 120 vagas.

Combate à violência contra as mulheres

A Assembleia Legislativa relançou em agosto a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. O evento também marcou o lançamento, em Santa Catarina, da campanha #ElesporElas (#HeForShe), promovida pela ONU Mulheres em todo mundo. O objetivo principal da frente parlamentar, criada pelo Parlamento em 2013, é o mesmo da campanha da ONU: envolver os homens, desde a infância, no combate à desigualdade, à discriminação e principalmente à violência contra a mulher. A frente é presidida pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT).

Assistência social

Em junho, foi instalada a Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas de Assistência Social da Assembleia Legislativa, proposta pela deputada Luciana Carminatti (PT) com o objetivo principal ao fazer a interlocução com as várias entidades ligadas ao setor. O grupo tem como meta aumentar o percentual de recursos do orçamento estadual para as ações da área, destinando pelo menos 1% de tudo o que o estado arrecada para o setor.

Reforma política

Com objetivo de trazer a população para o debate sobre o sistema político atual e a necessidade de mudanças em vários pontos, os deputados aprovaram a criação da Frente Parlamentar Catarinense pela Reforma Política, por iniciativa do deputado Padre Pedro Baldissera (PT). O grupo surgiu com a proposta de discutir iniciativas para a reforma política em todo o estado e, para isso, contar com o apoio de entidades representativas e dos movimentos sociais.

Planalto Norte

Em novembro, por iniciativa do suplente Julio Ronconi (PSB), que exerceu o mandato de deputado por 60 dias, a Alesc instalou a a Frente Parlamentar do Desenvolvimento do Planalto Norte. O objetivo é formar uma comissão suprapartidária para acompanhar e cobrar as políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança, tecnologia e inovação e, principalmente, em obras de infraestrutura para a região.

FÓRUNS PARLAMENTARES ATIVADOS EM 2015

FÓRUM PARLAMENTAR PARA PROPOR EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL VISANDO A ALTERAR O PACTO FEDERATIVO

Constituído em 10/03/2015

Integrantes: Fernando Coruja (PMDB) - (presidente), César Valduga (PCdoB), Kennedy Nunes (PSD), Leonel Pavan (PSDB), Luciane Carminatti (PT), Narcizo Parisotto (DEM), Natalino Lázare (PR), Rodrigo Minotto (PDT), Dr. Vicente Caropreso (PSDB).

FÓRUM PARLAMENTAR PARA ACOMPANHAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RODOVIAS SC-450 E BR-285

Constituído em 19/03/2015

Integrantes: Manoel Mota (PMDB) - (presidente), Cesar Valduga (PCdoB), Cleiton Salvaro (PSB), Dirceu Dresch (PT), José Milton Scheffer (PP), José Nei Ascari (PSD), Narcizo Parisotto (DEM), Rodrigo Minotto (PDT).

FÓRUM PARLAMENTAR EM DEFESA DA RODOVIA INTERPRAIAS

Constituído em 19/03/2015

Integrantes: Manoel Mota (PMDB) - (presidente), Cesar Valduga (PCdoB), Cleiton Salvaro (PSB), José Nei Ascari (PSD), Narcizo Parisotto (DEM), Neodi Saretta (PT), Rodrigo Minotto (PDT), Valmir Comin (PP).

FÓRUM PARLAMENTAR PARA AVALIAR E ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL

Constituído em 30/03/2015

Integrantes: Luís Fernando Vampiro (PMDB) - (presidente), Aldo Schneider (PMDB), Antonio Aguiar (PMDB), Dalmo Claro(PMDB), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Fernando Coruja (PMDB), Gean Loureiro (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Mauro de Nadal (PMDB), Romildo Titon (PMDB), Valdir Cobalchini (PMDB).

FÓRUM PARLAMENTAR DO OESTE DE SANTA CATARINA

Constituído em 30/03/2015

Integrantes: César Valduga (PCdoB) - (presidente), Dirceu Dresch (PT), Gelson Merísio (PSD), Luciane Carminatti (PT), Maurício Eskudlark (PSD), Mauro de Nadal (PMDB), Narcizo Parizotto (DEM), Natalino Lázare (PR), Neodi Saretta (PT), Pe. Pedro Baldissera (PT), Romildo Titon (PMDB), Valdir Cobalchini (PMDB).

FÓRUM PARLAMENTAR DO ESPORTE

Constituído em 16/04/2015

Integrantes: Neodi Saretta (PT) - (presidente), Ana Paula Lima (PT), Cesar Valduga (PCdo B), Ismael dos Santos (PSD), Mário Marcondes (PR), Maurício Eskudlark (PSDB), Natalino Lázare (PR), Neodi Saretta (PT).

FÓRUM PARLAMENTAR PARA INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE POR MEIO DE FONTES RENOVÁVEIS

Constituído em 15/05/2015

Integrantes: Ismael dos Santos (PSD) - (presidente), Cesar Valduga (PCdoB), Cleiton Salvaro (PSB), Dirceu Dresch (PT), Gean Loureiro (PMDB), Narcizo Parisotto (DEM), Natalino Lázare (PR), Rodrigo Minotto (PDT), Sílvio Dreveck (PP).

FÓRUM PARLAMENTAR EM DEFESA DA PESSOA IDOSA

Constituído em 11/06/2015

Integrantes: Dirce Heiderscheidt (PMDB) - (presidente), Antonio Aguiar (PMDB), Dalmo Claro (PMDB), Ismael dos Santos (PSD), Mário Marcondes (PR), Maurício Eskudlark (PSDB), Mauro de Nadal(PMDB), Neodi Saretta (PT).

FÓRUM PARLAMENTAR DA AGROECOLOGIA E DA PRODUÇÃO ORGÂNICA

Constituído em 11/06/2015

Integrantes: Pe. Padre Baldissera (PT) - (presidente), Cesar Valduga (PCdoB), Dr. Vicente Caropreso (PSDB), Luis Fernando Vampiro (PMDB), Gabriel Ribeiro (PSD), Natalino Lázare (PR).

RUM PARLAMENTAR DO AQUÍFERO GUARANI E DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

Constituído em 11/06/2015

Integrantes: Pe. Padre Baldissera (PT) - (presidente), Antonio Aguiar (PMDB), Cesar Valduga (PCdoB), Dr. Vicente Caropreso (PSDB), Mário Marcondes (PR), Maurício Eskudlark (PSDB), Rodrigo Minotto (PDT).

FRENTES PARLAMENTARES

FRENTE PARLAMENTAR REFERENTE AO PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL PARA A GRANDE FLORIANÓPOLIS

Constituída em 12/02/2015

Integrantes: Gean Loureiro (PMDB) - (presidente), Aldo Schneider (PMDB), Antonio Aguiar (PMDB), Cleiton Salvaro (PSB), Dalmo Claro (PMDB), Darci de Matos (PSD), Kennedy Nunes (PSD), Leonel Pavan (PSDB), Luís Fernando Vampiro (PMDB), Maurício Eskudlark (PSD), Mário Marcondes (PR), Mauro de Nadal (PMDB), Natalino Lázare (PR), Neodi Saretta (PT), Patrício Destro (PSB), Ricardo Guidi (PPS), Rodrigo Minotto (PDT), Romildo Titon (PMDB), Valdir Cobalchini (PMDB).

FRENTE PARLAMENTAR COOPERATIVISTA (FRENCOOP/SC)

Constituída em 26/02/2015

Integrantes: José Milton Scheffer (PP) - (presidente), Antonio Aguiar (PMDB), César Valduga (PCdoB), Cleiton Salvaro (PSB), Dalmo Claro (PMDB), Dirceu Dresch (PT), Doutor Vicente (PSDB), Gean Loureiro (PMDB), Ismael do Santos (PSD), Manoel Mota (PMDB), Mauro de Nadal (PMDB), Romildo Titon (PMDB).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

Constituída em 26/02/2015

Integrantes: Valmir Comin (PP) - (presidente), César Valduga (PCdoB), Cleiton Salvaro (PSB), José Milton Scheffer (PP), Luís Fernando Vampiro (PMDB), Romildo Titon (PMDB).

FRENTE PARLAMENTAR PELO DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO SUL CATARINENSE

Constituída em 26/02/2015

Integrantes: Cleiton Salvaro (PSB) - (presidente), José Milton Scheffer (PP), José Nei Ascari (PSD), Ricardo Guidi (PPS), Rodrigo Minotto (PDT).

FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO COMÉRCIO VAREJISTA

Constituída em 27/02/2015

Integrantes: Darci de Matos (PSD) - (presidente), César Valduga (PCdoB), Dalmo Claro (PMDB), Dirceu Dresch (PT), Dr. Vicente Caropreso (PSDB), Fernando Coruja (PMDB), José Nei Ascari (PSD), Kennedy Nunes (PSD), Leonel Pavan (PSDB), Luís Fernando Vampiro (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Pe. Pedro Baldissera (PT), Ricardo Guidi (PPS), Rodrigo Minotto (PMDB), Sílvio Dreveck (PP).

FRENTE PARLAMENTAR DO TRANSPORTE

Reconstituída em 27/02/2015

Integrantes: Darci de Matos (PSD) - (presidente), César Valduga (PCdoB), Dalmo Claro (PMDB), Fernando Coruja (PMDB), José Nei Ascari (PSD), Kennedy Nunes (PSD), Leonel Pavan (PSDB), Luís Fernando Vampiro (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Neodi Saretta (PT), Pe. Pedro Baldissera (PT), Romildo Titon (PMDB).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Constituída em 27/02/2015

Integrantes: Darci de Matos (PSD) - (presidente), César Valduga (PCdoB), Cleiton Salvaro (PSB), Dalmo Claro (PMDB), Dirceu Dresch (PT), Fernando Coruja (PMDB), José Nei Ascari (PSD), Kennedy Nunes (PSD), Leonel Pavan (PSDB), Luís Fernando Vampiro (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Pe. Pedro Baldissera (PT), Serafim Venzon (PSDB), Sílvio Dreveck (PP).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Reconstituída em 04/03/2015

Integrantes: Neodi Saretta (PT) - (presidente), Mauro de Nadal (PMDB), Narcizo Parisotto (DEM), Rodrigo Minotto (PDT).

FRENTE PARLAMENTAR PELA DUPLICAÇÃO DAS RODOVIAS BR-282 e BR-158

Reconstituída em 05/03/2015

Integrantes: Valdir Cobalchini (PMDB) - (presidente), Cesar Valguga (PCdoB), Dirceu Dresch (PT), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Gabriel Ribeiro (PSD), Gelson Merísio (PSD), João Amin (PP), Luciane Carminatti (PT), Mário Marcondes (PR), Natalino Lázare (PR), Neodi Saretta (PT), Rodrigo Minotto (PDT).

FRENTE PARLAMENTAR CATARINENSE DAS FERROVIAS

Constituída em 10/03/2015

Integrantes: Dirceu Dresch (PT) - (presidente), Ana Paula Lima (PT), César Valduga (PCdoB), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Dr. Vicente Caropreso (PSDB), Ismael dos Santos (PSD), Kennedy Nunes (PSD), José Milton Scheffer (PP), Natalino Lázare (PR), Patrício Destro (PSB), Ricardo Guidi (PPS), Rodrigo Minotto (PDT), Serafim Venzon (PSDB), Sílvio Dreveck (PP) e Valdir Cobalchini (PMDB).

FRENTE PARLAMENTAR SANTA CATARINA - ITÁLIA

Constituída em 20/03/2015

Integrantes: Valdir Cobalchini (PMDB) - (presidente), César Valduga (PCdoB), Cleiton Salvaro (PSB), Dalmo Claro (PMDB), Dr. Vicente Caropreso (PSDB), Fernando Coruja (PMDB), Ismael dos Santos (PSD), José Nei Ascari (PSD), Luciane Carminatti (PT), Mauro de Nadal (PMDB), Neodi Saretta (PT),

Pe. Pedro Baldissera (PT), Ricardo Guidi (PPS), Serafim Venzon (PSDB).

FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO SETOR TÊXTIL E CALÇADISTA

Reconstituída em 06/04/2015

Integrantes: Jean Kuhlmann (PSD) - (presidente), Dirce Heiderscheidt (PMDB), José Milton Scheffer (PP), Leonel Pavan (PSDB), Mário Marcondes (PR), Serafin Venzon (PSDB).

FRENTE PARLAMENTAR DA INOVAÇÃO CATARINENSE

Reconstituída em 06/04/2015

Integrantes: Jean Kuhlmann (PSD) - (presidente), Antonio Aguiar (PMDB), César Valduga (PCdoB), Cleiton Salvaro (PSB), Natalino Lázare (PR), Neodi Saretta (PT), Rodrigo Minotto (PDT).

FRENTE PARLAMENTAR DOS PORTOS E AEROPORTOS

Reconstituída em 08/04/2015

Integrantes: Patrício Destro (PSB) - (presidente), Cleiton Salvaro (PSB), Mário Marcondes (PR), Natalino Lázare (PR).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS OCUPANTES DE TERRENOS DE MARINHA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Constituída em 11/05/2015

Integrantes: João Amin (PP) - (presidente), Darci de Matos (PSD), Gelson Merísio (PSD), Leonel Pavan (PSDB), Natalino Lázare (PR), Pe. Padre Baldissera (PT), Sílvio Dreveck (PP), Valdir Cobalchini (PMDB).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA SUINOCULTURA

Constituída em 15/05/2015

Integrantes: José Nei Ascari (PSD) - (presidente), Darci de Matos (PSD), Gabriel Ribeiro (PSD), Ismael dos Santos (PSD), Jean Kuhlmann (PSD), José Milton Scheffer (PP), Marcos Vieira (PSDB), Maurício Eskudlark (PSD), Mauro de Nadal (PMDB), Luciane Carminatti (PT), Ricardo Guidi (PPS), Valdir Cobalchini (PMDB).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA FRUTICULTURA

Reconstituída em 13/08/2015

Integrantes: Natalino Lázare (PR) - (presidente), Aldo Schneider (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Antonio Aguiar (PMDB), Fernando Coruja (PMDB), Gabriel Ribeiro (PSD), Gean Loureiro (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Valdir Cobalchini (PMDB), Jean Leutprecht (PCdoB), Níkolas Reis (PDT).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA E SOLIDARIEDADE A CUBA

Constituída em 19/10/2015

Integrantes: Rodrigo Minotto (PDT) - (presidente), Ana Paula Lima (PT), César Valduga (PCdoB), Dirceu Dresch (PT), Luciane Carminatti (PT).

FRENTE PARLAMENTAR EM ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

Constituída em 20/10/2015

Integrantes: Dirce Heiderscheidt (PMDB) - (presidente), Aldo Schneider (PMDB), Dalmo Claro (PMDB), Maurício Eskudlark (PSD), Mauro de Nadal (PMDB)

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA PETROBRÁS

Constituída em 03/11/2015

Integrantes: Luciane Carminatti (PT) - (presidente), Ana Paula Lima (PT), Jean Kuhlmann (PSD), Padre Pedro Baldissera (PT).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

Constituída em 03/11/2015

Integrantes: Luciane Carminatti (PT) - (presidente), César Valduga (PCdoB), Gean Loureiro (PMDB), Ismael dos Santos (PSD), Natalino Lázare (PR), Rodrigo Minotto (PDT), Serafim Venzon (PSDB).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

Constituída em 09/11/2015

Integrantes: Dr. Vicente Caropreso (PSDB) - (presidente), Fernando Coruja (PMDB) Luciane Carminatti (PT), Rodrigo Minotto (PDT), Serafim Venzon (PSDB).

FRENTE PARLAMENTAR PARA ACOMPANHAR O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA PRODUTORA DE FERTILIZANTES NA REGIÃO DE ANITÁPOLIS

Constituída em 19/11/2015

Integrantes: José Nei Alberton Ascari (PSD) - (presidente), José Milton Scheffer (PP), Cleiton Salvaro (PSB), Darci de Matos (PSD), João Amin (PP), Leonel Pavan (PSDB), Mário Marcondes (PR), Marcos Vieira (PSDB), Mauro de Nadal (PMDB), Ricardo Guidi (PPS), Valdir Cobalchini (PMDB).

FRENTE PARLAMENTAR PELA DESBUROCRATIZAÇÃO

Constituída em 08/12/2015

Integrantes: Jean Kuhlmann (PSD) - (presidente), Cesar Valduga (PCdoB), Cleiton Salvaro (PSB), Narcizo Parisotto (DEM), Ricardo Guidi (PPS), Rodrigo Minotto (PDT), Serafim Venzon (PSDB).

FRENTE PARLAMENTAR DA FUNCEF - FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS

Constituída em 16/12/2015

Integrantes: Dr.Vicente Caropreso (PSDB) - (presidente), Dalmo Claro (PMDB), Gabriel Ribeiro (PSD), Ismael dos Santos (PSD).

08

Bancada Feminina

Trabalho intenso em 2015

Reconhecida e formalizada pela Resolução 6/2014 como órgão institucional do Parlamento catarinense, a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa intensificou sua atuação em 2015. Formada por quatro parlamentares - Ada Faraco de Luca (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Dirce Heiderscheidt (PMDB) e Luciane Carminatti (PT) - o grupo desenvolveu ações em prol da saúde feminina e pelo combate à violência contra a mulher, além de trabalhar no resgate das parlamentares que atuaram na Alesc.

Logo no início da atual legislatura, a bancada se reuniu com o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio (PSD), para apresentar a pauta de demandas de 2015. Durante a primeira reunião de trabalhos no ano, as deputadas defenderam a implantação de um projeto que visava à instalação do espaço mulher no Parlamento, com o objetivo de mostrar a história das mulheres que já passaram e estão presentes na Assembleia.

No dia 19 de agosto, a Alesc inaugurou a Galeria Lilás, um espaço instalado no Palácio Barriga Verde com as fotos das 12 mulheres que exerceram e exercem o cargo de deputada estadual em Santa Catarina. Na mesma cerimônia, a deputada Dirce Heiderscheidt transmitiu a coordenação da bancada para Ana Paula Lima, após permanecer 15 meses à frente do grupo. Entre as principais realizações do período, Dirce destacou a institucionalização da bancada. A parlamentar também ressaltou a criação da Revista do Voto Feminino, do projeto que propõe a criação da Casa da Mulher Brasileira em Santa Catarina, além da parceria com o Tribunal de Justiça (TJSC) na realização da campanha "Justiça pela Paz em Casa".

A Revista do Voto Feminino, que teve a sua segunda edição lançada em julho, foi distribuída gratuitamente a pesquisadores, prefeituras e câmaras municipais. Sua principal proposta é promover o empoderamento das mulheres brasileiras que na maioria das vezes trabalham nos bastidores, mas não ocupam cargos eletivos. A terceira edição será lançada em 2016.

Reunião com o governador

Em maio, a Bancada Feminina participou de audiência com o governador Raimundo Colombo. No encontro, as parlamentares apresentaram uma pauta de reivindicações ao chefe do Executivo. Entre os pedidos, a implementação de políticas públicas voltadas às mulheres e ao enfrentamento da violência doméstica no estado.

Ana Paula, Dirce e Luciane pediram a criação do Observatório da Violência contra a Mulher, tema do Projeto de Lei 122/2013, cujo veto do governador foi derrubado pelos deputados. O PL prevê a instituição de uma rede integrada de informações sobre os casos de violência contra a mulher. As parlamentares também debateram os encaminhamentos para a instalação da Casa da Mulher Brasileira em Florianópolis, com estrutura multidisciplinar para atendimento às mulheres em situação de violência e seus filhos. O fortalecimento da Coordenadoria Estadual da Mulher foi outro assunto discutido com Colombo.

Mobilização

Com uma posição contrária ao Projeto de Lei Complementar nº 25/15, de autoria do Poder Executivo, a Bancada Feminina, juntamente com entidades representativas das mulheres, articulou medidas para evitar a aprovação da matéria em Plenário. A matéria visa deslocar as coordenadorias estaduais da Mulher, de Igualdade Racial, do Idoso e da Juventude à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Vinculadas atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil, a Coordenadoria Estadual da Mulher, em especial, foi criada com a finalidade de propor políticas públicas voltada às mulheres, que possam ser implementadas em todas as secretarias do estado. Porém, de acordo com a coordenadora da bancada feminina , deputada Ana Paula Lima (PT), essa transição diminui a importância da coordenadoria e limita as ações pelos direitos femininos no estado.

Outubro Rosa

Outra ação da Bancada Feminina em 2015 foi a participação do Parlamento na campanha Outubro Rosa, realizada em prol da prevenção do câncer de mama e da importância do diagnóstico precoce na cura da doença. A convite da bancada, os voluntários da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC) apresentaram um balanço das ações da campanha, que teve atividades realizadas em várias cidades do estado. O Palácio Barriga Verde ficou com as cores da campanha, durante todo mês de outubro, para destacar a relevância da iniciativa.

Casa da Mulher Brasileira

A Bancada Feminina também se mobilizou pela agilidade na aprovação do Projeto de 265/2015, de autoria do Poder Executivo, que cedia imóvel do estado para o município de Florianópolis instalar a Casa da Mulher Brasileira, para atender o programa "Mulher: Viver sem Violências". A casa vai oferecer serviços considerados essenciais ao enfrentamento da violência contra a mulher, como delegacia especializada, promotoria e defensorias públicas específicas, atendimento psicossocial, abrigo para a mulher vítima de violência, entre outros. A proposta foi aprovada por unanimidade em setembro e transformada na Lei n° 16.707, de 22/09/2015.

09

Certificação de Responsabilidade Social

Certificação tem número recorde de inscritos em 2015

O Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina e Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC, entregues anualmente pela Comissão Mista de Responsabilidade Social, chegaram, em 2015, à sua 5ª edição, com grandes avanços. Além do recorde no número de inscrições, a premiação se consolidou como uma das principais do gênero no Sul do país, servindo de referência para iniciativas semelhantes adotadas em outros estados.

A certificação, lançada pela Assembleia Legislativa em 2010, tem como objetivo principal reconhecer empresas, instituições e entidades catarinenses que desenvolvam ações em prol do bem-estar social da comunidade e com respeito ao meio ambiente. Para isso, todos os inscritos na certificação devem apresentar seus balanços socioambientais, com detalhes das ações desenvolvidas.

Neste ano, o número de inscrições foi recorde: mais de 290 empresas privadas, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades com fins não econômicos de todo o estado. Cada inscrição foi submetida a consulta pública pela internet. Nesse procedimento, qualquer pessoa pôde tirar suas dúvidas, fazer críticas, reclamações e até mesmo denúncias relativas às empresas e entidades participantes.

Todo o trabalho de preparação, recebimento das inscrições e seleção dos certificados e dos premiados foi realizado pela Comissão Mista de Responsabilidade Social, formada por 16 instituições e entidades, entre elas a Assembleia Legislativa. Ao final do processo, 93 inscritos atenderam aos requisitos e foram selecionados para receber a certificação. Desses 93, sete foram premiados com o Troféu Destaque SC.

As entregas do certificado e dos troféus foi realizada em sessão especial no dia 9 de dezembro, na Assembleia Legislativa. Representando as empresas e entidades presentes no evento, Marlise Alves Silva Teixeira, diretora de uma das empresas premiadas, afirmou que cada ação praticada, por menor que seja, impacta positivamente na vida de uma pessoa ou coletividade. Tais atitudes, disse ainda, demonstram o comprometimento do setor privado e de organizações não governamentais com a melhoria de vida do povo catarinense.

"Se estamos aqui hoje, é por que sabemos que essa missão não é só do governo, mas de todos nós. Sabemos que somos corresponsáveis para tornar o mundo melhor e que cada decisão fundamentada nesta base lança sementes para um mundo melhor e mais sustentável."

A presidente da Comissão Mista de Responsabilidade Social, Adelita Adiers, ressaltou que a cada ano cresce o número de organizações interessadas em participar e a qualidade dos projetos inscritos. Para o próximo ano, disse, a proposta é que a certificação incorpore os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que leva em conta aspectos como crescimento econômico inclusivo, promoção da saúde, educação e igualdade de gênero.

"Estamos num momento ímpar em que bons exemplos certamente fazem toda diferença. Em 2016 o desafio é seguir a agenda da ONU em desenvolvimento sustentável, em projetos que podem ser desenvolvidos pelas pequenas e grandes empresas. Esperamos que no ano que vem possamos nos encontrar novamente nessa casa legislativa e trazer outros bons exemplos no caminho da sustentabilidade."

Empresas e entidades vencedoras do troféu de Responsabilidade Social

- Associação Pró Brejaru (categoria entidade)
- Serviço Social do Comércio (Sesc) (categoria entidade)
- M&M Assessora Contábil (categoria empresa privada – pequeno porte)
- Nord Electric S.A. Soluções em Engenharia Elétrica (categoria empresa privada – médio porte)
- Unimed Alto Vale – Cooperativa de Trabalho Médico (categoria empresa privada – médio porte)
- Celulose Irani S.A. (categoria empresa privada – grande porte)
- Itapoá Terminais Portuários S.A. (categoria empresa privada – grande porte)

Entidades com fins não econômicos e empresas certificadas Região da Grande Florianópolis

- Associação Catarinense de Supermercados (Acats)
- Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (Aebas)
- Associação Brasileira de Portadores de Câncer (Amucc)
- Associação Casa São José
- Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - (Acif)
- Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Apae Florianópolis
- Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina (Apar)
- Associação Floripamanhã
- Associação Pró Brejarú
- Banco do Empreendedor
- Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral Palhoça
- Centro de Educação e Evangelização Popular
- Comitê para a Democratização da Informática de Santa Catarina
- Conselho Comunitário da Ponte do Imaruim
- Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas (CVM)
- Escola de Gestão Pública Municipal (Egem)
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina
- Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito (Icetran)
- Instituto Guga Kuerten
- Instituto Padre Vilson Groh
- Instituto Voluntários em Ação
- Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade
- Serviço Social do Comércio (Sesc)
- Sociedade Espírita de Assistência e Promoção Social Tereza de Jesus – Lar dos Velhinhos de Zulma
- Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna (Seove)
- Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro)
- Liderança Limpeza e Conservação Ltda.
- M&M Assessoria Contábil
- Nexxera Tecnologia e Serviços S.A.
- Ondrepsb – Limpeza e Serviços Especiais Ltda.
- Prosul – Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda.
- Tractebel Energia S.A.
- Unimed Grande Florianópolis - Cooperativa de Trabalho Médico
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- Celesc Distribuição

Região Sul

- Associação Beneficente Abadeus
- Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Combemtu)
- Associação de Municípios da Região de Laguna (Amurel)
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae São Ludgero
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae Tubarão
- Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas
- Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)
- Cooperativa Pioneira de Eletrificação (Coopera)
- Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda.
- Librelato S.A. Implementos Rodoviários
- Rampinelli Alimentos Ltda.

Região Serrana

- Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família – Banco da Família
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae São Joaquim
- Associação dos Pais e Amigos dos Autistas - Ama Campos Novos
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae Curitibanos
- Associação Lageana de Assistência aos Menores
- Fundação Carlos Joffre do Amaral

Região Norte

- Associação das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual do Vale do Itapocu (Apevi)
- Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa
- Associação Empresarial de Rio do Sul (Acirs)
- Associação de Transportes do Norte Catarinense
- Cooperativa de Trabalho Médico de Jaraguá do Sul
- Cooperativa de Trabalho Médico do Vale do Iguaçu
- GR Soluções Ambientais Ltda.
- Itapoá Terminais Portuários S.A.
- Termotécnica Ltda.

Região Vale do Itajaí

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae Blumenau
- Associação Itajaiense de Kung Fu
- Centro de Recuperação Nova Esperança (Cerene)
- Fundação Universidade do Vale do Itajaí (Univali)
- Comissão do Bem Estar do Menor de Itajaí (Combemi)
- Cruz Azul no Brasil
- Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (Blusoft)
- Instituto Espaço Silvestre
- Instituição Comunitária de Crédito Blumenau Solidariedade (ICC-Blusol)
- Bontur S.A. Bondinhos Aéreos
- BRF S.A.
- Cooperativa dos Transportadores do Vale (Cootravale)
- Empresa Brasileira de Edificações (Embraed)
- Pamplona Alimentos S.A.
- Portonave S.A. Terminais Portuários de Navegantes
- Pré-Vale Pré-Moldados de Concreto Ltda.
- SMX International Ltda.
- Unimed Alto Vale – Cooperativa de Trabalho Médico

Região Oeste

- Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp)
- Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste)
- Verde Vida Programa Oficina Educativa
- Celulose Irani S.A.
- Cooperativa Central Aurora Alimentos
- Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de São Miguel do Oeste (Sicoob São Miguel)
- Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados
- Cooperativa de Transporte de Cargas do Estado de Santa Catarina (Coopercarga)
- Indústria de Portas Dois Tempos Ltda.
- Nord Electric S.A. Soluções em Engenharia Elétrica
- Unimed Chapecó – Cooperativa de Trabalho Médico da Região Oeste Catarinense
- Unimed Joaçaba – Cooperativa de Trabalho Médico
- Unimed Xanxerê - Cooperativa de Trabalho Médico de Xanxerê e Região

Entidades membros da Comissão Mista de Responsabilidade Social homenageadas pelo Legislativo

- Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), representada por Guido Schvartzman
- Associação Catarinense de Imprensa, representada por Rosa Gitane Machado
- Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência, representado por Laércio Ventura
- Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori-SC), representada por Rita de Cássia Lombardi
- Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC-SC), representado por Shirley Rosana Rego
- Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), representada por Adelita Adiers
- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), representada por Andressa Mongruel Martins Vicenzi
- Fundação do Meio Ambiente (Fatma), representada por Karla Straioto Spressato
- Federação Catarinense de Entidades de e para Cegos, representada por Leonir Bernardi
- Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (Fecomércio), representada por Renato Barcellos
- Instituto Comunitário Grande Florianópolis, representado por Aline Zeli Venturi
- Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), representada por Denilse Coelho do Rosário
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae), representado por Diego Wander Demé.

10

Institucional

10.1 - Medidas administrativas resultam em economia de R$ 100 milhões

O Brasil viveu em 2015 uma das piores crises econômicas das últimas décadas. O poder público, em especial o Executivo, foi impactado com a redução na arredação de impostos, o que levou muitos estados e municípios, além da própria União, a enfrentarem problemas fiscais sérios.

De olho nesse cenário adverso e, ao mesmo tempo, com o objetivo de tornar a estrutura do Parlamento mais enxuta e eficiente, a Presidência da Alesc tomou várias medidas no decorrer do ano com vistas à redução de despesas. Ao final de 2015, elas resultaram em uma economia de R$ 100 milhões.

Uma das principais medidas foi a extinção de 411 cargos efetivos de nível médio do quadro funcional da Assembleia, uma redução de quase 50% do quadro de pessoal concursado. O projeto de lei complementar que extinguiu os cargos foi aprovado por unanimidade pelos deputados em outubro. Ele foi elaborado em conjunto com o sindicato dos servidores da Alesc, de tal forma a preservar os direitos dos ocupantes dos cargos que serão extintos e ainda não se aposentaram. A previsão é que quase 350 funcionários que se enquadram nessa situação se aposentem nos próximos três anos.

A Presidência também estabeleceu medidas para a redução dos cargos terceirizados na Casa. Em maio, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Alesc e o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) em maio passado, que implicará a redução do número gradual de cargos terceirizados até a proporção de 20% na comparação com o quadro de efetivos. Os cargos serão extintos à medida que os seus ocupantes forem exonerados.

A Alesc reduziu, ainda, o número de policiais militares à disposição do Palácio Barriga Verde, sede do Parlamento. Além de 10 policiais que compõem a Casa Militar da Alesc, apenas oficiais inativos passaram a fazer parte da segurança. Dos 47 policiais da ativa, 20 retornaram imediatamente ao efetivo da PM. Outros 17 foram devolvidos ao comando da corporação ao longo do ano. Quando do início da devolução, em março, já atuavam no Palácio Barriga Verde, em funções auxiliares, 43 policiais inativos, que foram chamados para substituir os policiais da ativa.

Diárias

A Assembleia também promoveu mudanças significativas na concessão de diárias para viagens de servidores e deputados. No começo do ano, foram estabelecidas regras mais rígidas para a concessão de diárias. Antes, qualquer viagem superior a 12 horas de duração resultava no pagamento de uma diária inteira. Com a mudança, apenas as viagens que excedem 12 horas e têm comprovação de pernoite recebem uma diária. Quando não há pernoite, é paga meia diária.

A redução resultou numa redução de 40% nos gastos com diárias em 2015 na comparação com 2014.

Despesas com alimentação e gabinetes

A Presidência da Alesc também acabou com a verba de alimentação dos gabinetes, ainda em fevereiro. Com esses recursos, cada gabinete tinha possibilidade de realizar gastos no restaurante mantido na Alesc.

Em agosto, a Presidência também determinou o fechamento do restaurante que atendia servidores e deputados. O estabelecimento funcionava sem licitação. Uma concorrência pública foi aberta para escolher a empresa que explorará o espaço a partir de 2016.

Os gastos com os escritórios de representação dos deputados em suas bases também serão reduzidos. Até então, cada gabinete recebia cerca de R$ 8 mil por mês para os gastos com aluguel e manutenção dessas estruturas. Agora, a Assembleia faz diretamente a locação e a manutenção desses escritórios, com um custo máximo mensal de R$ 2,5 mil.

Debates sobre o duodécimo

A Presidência da Alesc também abriu o debate sobre os valores dos duodécimos (valor anual repassado pelo Executivo ao Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Udesc e Ministério Público). O presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, propôs emenda ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) congelando o valor dos repasses por quatro anos.

A medida, conforme Merisio, não acarretaria corte de recursos, pois os repasses seriam corrigidos pela inflação. O parlamentar argumentou que o duodécimo dos poderes cresceu acima da inflação nos últimos anos, em função do aumento da arrecadação (173% ante uma inflação de 63%).

A emenda foi retirada de tramitação a pedido do próprio Merisio, após interpretações equivocadas sobre os objetivos do congelamento. “Não poderíamos votar essa emenda se restasse uma única dúvida sobre o assunto. Jamais tivemos como objetivo minimizar, tirar prerrogativas ou causar problemas para o TJ ou o MP”, afirmou.

10.2 - Campanha mostra que Santa Catarina faz a diferença

Como estratégia para o enfrentamento do clima de pessimismo que tomou conta do país em 2015, em virtude das crises política e econômica, a Assembleia Legislativa desenvolveu a campanha "Santa Catarina: gente que faz a diferença". A iniciativa contou com apoio da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) de Santa Catarina.

A campanha consistiu em várias ações institucionais, de publicidade e na área legislativa. A divulgação de peças publicitárias nos veículos de comunicação catarinenses mostrou as qualidades e o potencial do estado na superação de crises. As peças publicitárias foram amplamente divulgadas nas redes sociais e veicularam depoimentos de pessoas reais que são exemplo de superação. Vários catarinenses gravaram e encaminharam suas contribuições para a campanha.

A iniciativa também contou com ações nas áreas de gestão e legislação. A Assembleia adotou medidas de otimização dos recursos públicos, com a devolução de policiais militares que prestavam serviço no Parlamento e mudanças nas regras para pagamento de diárias aos servidores da Casa.

Na área legislativa, foram iniciados estudos para elaboração de projetos que visem tornar o estado mais competitivo e com maior segurança jurídica para a atração de novos investimentos. Um desses projetos já foi praticamente concluído: a consolidação das leis estaduais.

Outro projeto, ainda em tramitação na Alesc, é a criação de uma súmula vinculante estadual, que dará mais agilidade à tramitação de processos judiciais nas varas estaduais. Outra proposta em estudo prevê a maior participação de entidades da sociedade civil organizada na discussão de projetos em tramitação na Assembleia.

Painel SC

O Parlamento catarinense desenvolveu ações que o aproximam mais do cidadão, em especial no interior do estado. Para isso, foram iniciadas em setembro as palestras do "Painel SC", com o objetivo de levar a várias cidades palestrantes de renome nacional com foco na área motivacional.

O ciclo começou em São José, como ex-jogador de vôlei Giovane Gávio, bicampeão olímpico e campeão mundial pela seleção brasileira. Com base em sua experiência de quase 30 anos como atleta, treinador e gestor no vôlei, Giovane mostrou ao público como o sucesso pode ser obtido por meio do trabalho e da dedicação.

Para ele, o esporte, em sua eterna dinâmica de vitórias e derrotas, pode servir de inspiração para o país superar seus desafios atuais. "A crise é uma oportunidade de reflexão, para vermos se o que estamos fazendo é certo, o que podemos melhorar, corrigir", disse. "O esporte tem essa capacidade de inspirar as pessoas, pois os atletas sempre estão superando desafios para

vencer, sempre tiram lições das derrotas. Se as pessoas entenderem isso, vamos sair dessa situação muito mais fortes, preparados e com um gosto maravilhoso de vitória."

Giovane também participou da palestra realizada em Criciúma, em outubro. Outro palestrante do "Painel SC" foi o professor Nuno Cobra Ribeiro. Respeitado mundialmente por suas realizações em mais de 50 anos de trabalho, o ex-treinador de Ayrton Senna contou aos moradores de Joinville sua trajetória e os trabalhos realizados com menores abandonados, excepcionais carentes e jovens infratores.
Ele também foi um dos primeiros a tratar de conceitos que a psicologia moderna coloca no centro dos seus estudos, como a inteligência emocional.

O método Nuno Cobra busca desenvolver as habilidades mentais, emocionais e espirituais através do corpo, numa visão do homem como um todo: integração corpo, mente, emoção e espírito. Ele vem aplicando sua técnica junto a grandes empresas, obtendo excelentes resultados, melhorando os níveis de saúde de funcionários, potencializando os para um melhor desempenho pessoal, familiar e profissional.

Lar Legal
Ainda dentro da campanha, a Assembleia discute, em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e com prefeituras, o desenvolvimento de um projeto de regularização fundiária nos municípios catarinenses. A medida beneficiaria até 400 mil famílias em todo o estado.

10.3 - Controladoria geral vai aprimorar transparência na Alesc

Outra medida adotada pelo Legislativo na promoção da transparência foi a criação da Controladoria Geral da Alesc. O órgão foi instituído por meio do Projeto de Lei Complementar (PLC) 36/2015, aprovado pelos deputados na sessão do dia 8 de dezembro. A matéria foi transformada na Lei Complementar 672/2016.

A controladoria consiste em uma estrutura funcional, composta por servidores efetivos, que se dedicarão exclusivamente à fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da Alesc, respeitando a legalidade e a economicidade na gestão dos recursos públicos. Ela também fará auditoria dos atos administrativos, como licitações, pagamentos de diárias, entre outros, além de apurar possíveis irregularidades cometidas por servidores públicos e a aplicação das devidas penas.

Conforme o presidente da Alesc, deputado Gelson Merisio (PSD), a controladoria não gerará custos para a Assembleia, pois aproveitará a estrutura já existente. Para isso, alguns cargos já existentes no quadro funcional foram transformados e adaptados para o órgão de controle interno.

"A controladoria terá plenos poderes para interferir em processos que tenham sido feitos de forma equivocada", explicou Merisio. "Ela será criada na forma da lei e terá autonomia para intervir e parar uma licitação, por exemplo, que estiver em desconformidade com a lei, ou não pagar uma diária, quando ela não se justificar."

Mais participação da sociedade civil

Em novembro, o presidente da Alesc apresentou

projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Casa para permitir a manifestação de representantes de entidades organizadas da sociedade civil em proposições nas quais tenham interesse. A proposta foi subscrita pelos deputados Mauro de Nadal (PMDB) e Marcos Vieira (PSDB).

O Projeto de Resolução assegura às entidades da sociedade civil, devidamente regularizadas, o direito de se manifestarem formalmente quanto a assuntos nos quais tenham interesse durante a tramitação de proposições na Alesc, demonstrada a pertinência temática.

De acordo com a proposta, a manifestação deve ser apresentada após a análise da Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de 15 dias. Cada colegiado deverá se pronunciar somente sobre matéria de sua competência. É facultado ao relator na comissão temática o aproveitamento da manifestação.

10.4 - Atividades culturais na Alesc

Ao longo de 2015, a Gerência Cultural da Assembleia Legislativa realizou inúmeras atividades culturais, artísticas e de apoio às atividades legislativas, como exposições, lançamentos literários, seminários e fóruns. O setor promoveu a apresentação dos trabalhos, tanto para o servidor do Legislativo como para os público em geral. Com visitação franca durante o horário de expediente da Assembleia Legislativa, o visitante pode conhecer o trabalho de diferentes artistas expostos.

Ao todo, 18 exposições de diferentes artistas contemplaram o espaço da Galeria Ernesto Meyer Filho . Com uma vasta variedade, a galeria recebeu em 2015 exposições de fotografias, pinturas, esculturas e outros.

Já o Espaço Didático Cultural (RDC) recebeu 12 exposições, com destaque para os lançamentos literários. Com o lançamento de 17 obras de diferentes gêneros, inúmeros artistas tiveram a oportunidade de apresentar seu trabalho na Assembleia.

Além das exposições e lançamento de livros, a gerência cultural promoveu outras 36 atividades, muitas realizadas no A uditório Jerônimo Coelho. Entre as ações fóruns, seminários, congresso, conferência, Audiências e reuniões foram realizadas a partir do setor.

11

Comunicação

Expansão no mundo virtual e no real

Sempre com foco na transparência e na máxima divulgação dos atos legislativos, a Diretoria de Comunicação Social (DCS) da Assembleia ampliou sua atuação em 2015. Também com o objetivo de aproximar cada vez mais o Parlamento do cidadão catarinense, a DCS intensificou sua presença nas redes sociais e estabeleceu convênios com câmaras municipais e entidades para levar a programação da TVAL e o material jornalístico produzido pela Rádio AL para mais cidades do estado.

Redes sociais

Os perfis da Alesc nas principais redes sociais registraram grande crescimento. O número de pessoas que curtem a página no Facebook saltou de 3.639 em fevereiro para quase 30 mil em dezembro, alcançando o posto de maior Assembleia Legislativa do país nas redes. Os principais pilares desses avanços foram a liberdade editorial e os novos formatos de conteúdo.

No mesmo período analisado registramos um acréscimo de aproximadamente 1.800 seguidores no Twitter e contamos hoje com 8.742 pessoas na ferramenta. A distribuição de informações em primeira mão sobre a greve dos professores foi essencial para o aumento e também o acompanhamento da tramitação de matérias como a reforma da previdência.

A Alesc alimenta também contas no Flickr, Youtube e Snapchat, todas com público-alvo delimitado. O Youtube já alcançou um total de 509.361 visualizações dos vídeos postados. O Snapchat é a criação mais recente e busca um público mais jovem que está migrando do Facebook e já consegue reunir um bom público. O Parlamento catarinense foi o primeiro do Brasil a criar um Snapchat próprio.

Novo "Fala Jovem"

Uma das novidades de 2015 foi o lançamento de um novo formato do "Fala Jovem", programa tradicional da TVAL voltado para o público jovem, em especial os estudantes. Mais dinâmico, com mais participações culturais, o programa, desde julho, passou a ter transmissão ao vivo, com edições realizadas em várias cidades do estado.

A proposta é discutir assuntos políticos e sociais pela voz dos jovens catarinenses. Diferente de outros programas da TVAL, o Fala Jovem não dá destaque aos parlamentares. Os protagonistas são os jovens com iniciativas positivas e que fazem a diferença na comunidade onde vivem.

O "Fala Jovem" também incorporou as redes sociais à sua produção. Durante o programa, o público pode interagir em tempo real com os apresentadores e com os convidados, por meio dos perfis da Alesc. O novo formato começou por Florianópolis e já passou por outras cidades, como Palhoça, Lages, Chapecó, Blumenau, Xanxerê e Caçador.

Rádio AL

Em junho, a Alesc e a Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert) acertaram uma parceria para veicular em 242 emissoras de rádio de todo o estado boletins produzidos pela equipe de jornalistas da Rádio AL. O programa "Notícias em um Minuto" informa os ouvintes sobre leis aprovadas pelos deputados, além de debates sobre diferentes questões, como saúde, educação e segurança que acontecem no Parlamento. Os boletins começaram a ser veiculados em outubro.

TVAL

Em 2015, mais duas câmaras municipais fecharam parceiras com a Alesc para compartilhar o sinal de suas emissoras legislativas com a TVAL, a TV da Assembleia Legislativa. Em junho, a Câmara de Vereadores de Criciúma colocou no ar a TV Cidadã, cuja programação conta com participação da TVAL. O mesmo convênio foi celebrado em outubro, em Rio do Sul. O acordo permite que o Legislativo municipal utilize o sinal do canal de televisão da Assembleia Legislativa para exibir as sessões plenárias e programas jornalísticos locais.

Atualmente, 11 cidades no estado têm parceria com a Alesc para transmitir a programação da Câmara Municipal pelo sinal da TVAL. Além de Criciúma e Rio do Sul, o convênio está em vigor nas cidades de Blumenau, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Florianópolis, São José, Balneário Camboriú, Palhoça e Lages.

Agência AL

A Agência de Notícias da Assembleia Legislativa iniciou o segmento de reportagens especiais, com matérias produzidas pela equipe de jornalismo que enfocam aspectos históricos, humanísticos e os diferenciais de Santa Catarina. A Agência AL também passou por transformação em seu layout, o que ampliou o espaço para o material produzido pelos gabinetes dos deputados, além de disponibilizar toda a produção de conteúdo da TVAL e da Rádio AL.

Prêmios

Mantendo a tradição, os veículos de comunicação da Alesc foram destaque em prêmios jornalísticos estaduais e nacionais. Em maio, a TVAL venceu a etapa estadual do 7° Prêmio Sebrae de Jornalismo, na categoria telejornalismo. A emissora veiculou a reportagem com o tema "Indústria da moda: na tendência do consumidor", dentro do programa "Mosaico". A equipe responsável pela produção é formada pelos cinegrafistas Hans Kayasima, Jair Corrêa, Jorge Araújo e Luiz Assis, com reportagem e edição de Jucinei Cardoso, apoio técnico de Mário Machado, produção de Juliana Jendiroba, arte de Lucas Giron, e edição e finalização de Gentil Junior. A mesma reportagem foi a vencedora na Região Sul na etapa nacional da premiação.

A TVAL ficou em terceiro lugar no 1° Prêmio Agricultura Familiar de Jornalismo, promovido pela Unidade de Coordenação de Projetos da ONU/FAO na Região Sul do Brasil. A reportagem, que documenta o cotidiano do projeto Acolhida na Colônia, foi realizada pelo jornalista Jucinei Cardoso, com produção de Juliana Warmling, imagens do cinegrafista Guilherme Sella e edição de Gentil Júnior. A premiação ocorreu em abril, em Curitiba. A emissora foi, ainda, finalista do Prêmio Estácio de Jornalismo - edição 2015, com a matéria "No Rastro dos Pterossauros" de autoria da equipe formada por Jucinei Cardoso, Juliana Jendiroba, Lucas Giron, Gentil Junior e Luiz Assis.

Já a Rádio AL foi a vencedora na categoria Áudio do Prêmio Fiesc de Jornalismo 2015, com a reportagem especial "Vinhos de Altitude: vocação catarinense", de autoria de Daniela Legas e Gicieli Dalpiaz. A premiação ocorreu em novembro.

Destaque Esportivo Padrão Excelência

Pelo terceiro ano, a Rádio AL promoveu a entrega do prêmio Destaque Esportivo Padrão Excelência para as personalidades que se evidenciaram no meio esportivo em 2015. Nessa edição, 16 pessoas, entre atletas, treinadores, dirigentes radialistas e jornalistas esportivos foram homenageados. Os nomes são selecionados pela equipe da Diretoria de Comunicação Social da Alesc responsável pela produção do programa #EsporteAL, que vai ao ar pela Rádio AL. Os critérios principais para a premiação são trajetória de vida e dedicação ao esporte.

12
Escola do
Legislativo

Escola finaliza censo sobre vereadores inédito no país

A finalização do Censo Legislativo Municipal Catarinense foi uma das principais ações da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, que completou, em 2015, 15 anos de atuação. O levantamento, inédito no Brasil, foi promovido pela Escola, juntamente com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para traçar o perfil das câmaras de vereadores do estado, de seus servidores e dos parlamentares municipais.

O censo foi realizado junto às câmaras de 292 das 295 cidades do estado e reúne informações capazes de traçar um perfil preciso da realidade dos parlamentos. Com um total de 99% de respostas das câmaras municipais, de 1.054 vereadores (37% do total) e de 1.881 servidores (54% do total), a análise, tanto por sua escala, quanto por seu escopo, é inédita no Estado e em pesquisas desse tipo no país.

Segundo o presidente da Escola do Legislativo, deputado Romildo Titon (PMDB), a importância do censo se dá não só para orientar a Assembleia Legislativa e a Escola do Legislativo na elaboração de cursos de formação voltados às câmaras, mas serve também à sociedade. "Tanto a sociedade quanto o poder público podem obter mais informações que esclareçam as possibilidades e deficiências do poder legislativo municipal."

Em relação às deficiências, o parlamentar aponta a questão técnica como a mais premente. Falta equipamento e acesso às tecnologias, orçamento para investir em materiais e mesmo limites referentes à legislação. "O vereador sente-se um pouco desprestigiado e amarrado às decisões do executivo. No relatório podemos perceber que 78% dos projetos apreciados são de origem do executivo porque a Constituição não permite que o legislador municipal avance em na proposição de projetos que venham a confrontar com questões orçamentárias."

Jacques Mick, professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC e um dos coordenadores do censo, apontou como uma das maiores deficiências estruturais das câmaras a dependência das prefeituras para ter seu espaço próprio de funcionamento. "Em geral as câmaras ou funcionam muito próximo às prefeituras ou mesmo em prédios contíguos. Em segundo lugar, um terço das câmaras municipais reclama de dificuldades técnicas, como a falta de computadores e conexão com internet."

Os espaços ocupados pelas câmaras são, segundo Mick, reduzidos e muitas vezes incompatíveis com o porte das cidades. Desse modo, não comportam um número significativo da população, dificultando a interação entre a sociedade e o poder legislativo.

Perfil dos vereadores e das Câmaras

A idade elevada em relação à população foi um dos dados que chamou a atenção do pesquisador, além de sua participação política estar atrelada a um histórico familiar. "O número de jovens no trabalho legislativo é muito pequeno. Outra coisa que me chamou atenção foi o fato de que 45% dos vereadores provêm de famílias de políticos, o que indica que a taxa de renovação na composição dos parlamentos é menor do que podemos imaginar."

O orçamento e a atuação parlamentar foi um dos pontos destacados pelo professor. Na avaliação de Jacques Mick, a pesquisa indica que, em cada município, o cidadão e seus representantes podem conversar sobre como melhorar o trabalho legislativo. "Se 88% das câmaras devolvem a receita, elas poderiam pensar em utilizar melhor o orçamento de que dispõem. Outro ponto-chave é entender se as expectativas dos eleitores estão sendo atendidas pelos legisladores e servidores."

A pesquisa realizada aferiu as percepções de vereadores e servidores e, segundo Mick, há pesquisas adicionais que precisam ser feitas para conhecer a satisfação da população em relação ao trabalho das câmaras.

"Um dado que também nos surpreendeu foi o fato de que 46% das câmaras municipais não promovem atividades regulares de trocas e de interação com os eleitores e são pautadas pela agenda do executivo. A metade restante tem uma série de atividades, mas a troca direta com a população ainda ocorre num número reduzido de municípios", pontuou Mick.

Sessão especial pelos 15 anos

A Escola do Legislativo recebeu homenagem do Legislativo catarinense em sessão especial na noite do dia 1° de dezembro pelos 15 anos de atuação. Na solenidade, ex-presidentes e servidores da escola foram homenageados.

O ex-deputado Gilmar Knaesel que presidia a Alesc quando da criação da escola, relembrou que havia uma demanda grande por educação entre os servidores "A Escola do Legislativo ampliou o quadro de servidores, seu fazer pedagógico e foi exemplo para a criação de muitas outras Escolas Legislativas no Brasil." Knaesel relatou as parcerias com a Secretaria de Educação, convênios com diversas instituições e universidades e lembrou que muitos servidores conseguiram concluir seus cursos de ensino fundamental e médio, graduação e pós-graduação por meio da Escola do Legislativo.

O Programa Antonieta de Barros de estágios especiais (PAB), voltado a jovens de comunidades em situação de risco social, o curso de pós-graduação, os programas de Educação para a Cidadania e de Formação Política foram destacados pelo ex-deputado. Ele ressaltou, ainda, o apoio institucional da Assembleia Legislativa para que a Escola do Legislativo cumprisse seu papel pedagógico e de integração do parlamento com a sociedade.

O coordenador da Escola do Legislativo, Antoninho Tibúrcio Gonçalves, apontou que mais de 150 mil participantes dos cursos da Escola do Legislativo já foram certificados. Antoninho informou que, a partir do ano de 2016, novos projetos ligados à defesa dos direitos das pessoas com deficiência serão postos em prática.

Parlamento Jovem chega à 20ª edição e completa 10 anos

Em novembro, a Escola do Legislativo realizou a 20ª edição do Programa Parlamento Jovem, que em 2015 completou 10 anos. A iniciativa já contou com a participação de aproximadamente 800 estudantes de escolas públicas e particulares de todo o estado e seu objetivo é a vivência, pelos jovens, das principais atividades da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Os jovens deputados participaram durante uma semana de diversas atividades legislativas, que culminaram com a realização da sessão ordinária do Parlamento Jovem no dia 26 de novembro. Na sessão, eles aprovaram 21 itens. Entre os projetos aprovados, destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2015, que reduz em 1/5 a aposentadoria recebida pelos ex-governadores de Santa Catarina.

Durante a abertura da 20ª edição do Parlamento Jovem, foi lançado o Compêndio das Leis do Programa Parlamento Jovem Catarinense de 2005 a 2015. O documento traz as 20 primeiras proposições apresentadas pelos jovens parlamentares durante as edições do Parlamento Jovem e transformadas em leis.

Seminário discute combate ao desaparecimento e tráfico de pessoas

Santa Catarina registra 3 mil desaparecimentos ao ano, sendo que cerca de 40% dos casos envolvem crianças e adolescentes. Com o objetivo de dar visibilidade ao problema e sensibilizar a sociedade para a causa, a Escola do Legislativo promoveu em outubro o Seminário Nacional de Combate ao Desaparecimento e Tráfico de Pessoas.

O titular da Delegacia de Polícia de Pessoas Desaparecidas, Wanderley Redondo, ressaltou a necessidade de articulação entre poder público e entidades civis organizadas em ações para reduzir os casos de desaparecimentos no Brasil e em Santa Catarina. Mais de 200 mil pessoas somem anualmente no país. Do total, 40 mil são crianças e adolescentes. Segundo dados oficiais, há 5,5 mil pessoas desaparecidas no estado.

A resolução dos casos depende de um sistema integrado de abrangência nacional, conforme a avaliação do major Marcus Roberto Claudino, responsável pela Coordenadoria de Pessoas Desaparecidas da PMSC. Segundo Claudino, para um resultado mais eficaz e rápido, é preciso promover a integração de bancos de dados de órgãos de Segurança Pública, além de envolver hospitais, casas de tratamento para dependentes químicos e outras instituições.

A Coordenadoria de Pessoas Desaparecidas executa o programa SOS Desaparecidos, criado em outubro de 2012 pela PMSC. Em três anos de atividades, a equipe já conseguiu localizar diretamente 548 pessoas.

13
PAB
Programa
Antonieta
de Barros

11 anos na luta pela inclusão social

No ano em que completou 11 anos de atuação, o Programa Antonieta de Barros (PAB), desenvolvido por meio da Coordenadoria de Estágios Especiais da Assembleia Legislativa, reforçou seu principal compromisso: a inclusão de jovens negros em situação de vulnerabilidade social. Em 2015, mais de 100 candidatos entre 16 e 24 anos, indicados por entidades da sociedade civil parceiras do programa, candidataram-se para uma das 22 vagas de estágios na Alesc oferecidas por meio da ação.

No dia 26 de agosto, para marcar os 11 anos de criação, o PAB foi homenageado pela Assembleia Legislativa com a realização de uma sessão especial no Palácio Barriga Verde. Mais de 150 pessoas participaram da solenidade, que contou com a presença dos jovens estagiários, seus familiares, entidades, apoiadores do programa e deputados.

Durante a sessão, a coordenadora de Estágios Especiais da Alesc, Marilu Lima de Oliveira, pediu aos deputados estaduais que o PAB se torne uma política de Estado, abrangendo outros poderes, em outros estados do país. "A Assembleia faz a diferença no compromisso e no comprometimento em estabelecer uma política de ação afirmativa e de juventude deste gabarito."

Na solenidade, foram homenageadas as pessoas e entidades da sociedade civis que são parceiras do PAB, como as professoras Neli Góes Ribeiro e Uda Gonzaga, pioneiras nas lutas das mulheres negras na Grande Florianópolis e hoje à frente da Associação das Mulheres Negras Antonieta de Barros (Amab).

Exemplo para o Judiciário

Um dos parceiros do PAB, o juiz corregedor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Alexandre Takashima, visitou o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio (PSD), com o objetivo de levar a iniciativa do Parlamento para o Judiciário catarinense. O magistrado considerou que o PAB tem uma política que extrapola a missão de um estágio, agrega valores e promove o debate de questões de gênero, raça, sociedade e cidadania.

Atividades diversas

Os estágios não são a única ação desenvolvida pelo Programa Antonieta de Barros em prol da inclusão social. Em julho, organizaram a Semana Cultural, evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino -Americana e Caribenha.

O PAB promoveu atividades com a realização de oficinas de turbante, tranças, design de sobrancelhas e maquiagem, destacando o trabalho de Rita dos Santos, a Feijão, designer de cabelos conhecida na Capital por trabalhar ao ar livre. O Dia internacional da Mulher Negra Latino-Americana foi instituído em 1992, no Encontro de mulheres afro-latino-americanas e afro-caribenhas, em Santo Domingo. Este evento é considerado o marco inicial de luta e de resistência da mulher negra contra a opressão de gênero, o racismo e a exploração de classe.

O PAB também teve participação na audiência pública realizada pela Alesc para discutir a situação dos imigrantes haitianos e africanos que chegaram a Santa Catarina nos últimos anos, realizada no mês de junha. Audiência foi convocada pela Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Catarinense para discutir questões referentes à necessidade de políticas públicas que possam atender os imigrantes, regularizar sua permanência no país, devido à falta de documentação e dificuldades com o idioma, além da revisão do Estatuto do Estrangeiro.

14
Deputados
e Suplentes

Índice

Ada Faraco de Luca 78
Aldo Schneider 79
Ana Paula Lima 80
Antonio Aguiar 81
Antônio Serafim Venzon 82
Carlos Alberto Chiodini 83
Carlos Fernando Coruja Augustini 84
Cesar Antonio Valduga 85
Cleiton Salvaro 86
Dalmo Claro de Oliveira 87
Darci de Matos 88
Dirce Heiderscheidt 89
Dirceu Dresch 90
Dr. Vicente Augusto Caropreso 91
Gabriel Ribeiro 92
Gean Loureiro 93
Gelson Luiz Merisio 94
Ismael dos Santos 95
Jean Kuhlmann 96
João Amin 97
José Milton Scheffer 98
José Nei Alberton Ascari 99
Kennedy Nunes 100
Leonel Pavan 101
Luciane Maria Carminatti 102
Luiz Fernando Vampiro 103
Manoel Mota 104
Marcos Luiz Vieira 105
Mário Marcondes Nascimento 106
Maurício José Eskudlark 107
Mauro de Nadal 108
Milton Hobus 109
Moacir Sopelsa 110
Narcizo Parisotto 111
Natalino Lázare 112
Neodi Saretta 113
Padre Pedro Baldissera 114
Patrício Destro 115
Ricardo Zanatta Guidi 116
Rodrigo Minotto 117
Romildo Titon 118
Silvio Dreveck 119
Valdir Vital Cobalchini 120
Valmir Comin 121
Jean Leutprecht 122
Julio Cesar Ronconi 123
Níkolas Reis Moraes dos Santos 124

Ada Faraco de Luca

PMDB

Idade: 66 anos
Formação/Profissão: advogada
Base eleitoral: Região Sul
Mandatos: 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019

INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA, MODERNIZAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO

SISTEMAS PENITENCIÁRIO E SOCIOEDUCATIVO APRESENTAM NOVA REALIDADE EM SANTA CATARINA

No dia 9 de fevereiro de 2015, a deputada Ada Faraco De Luca estava à frente de uma nobre e importante missão quando tomou posse, em Florianópolis, como secretária de Estado da Justiça e Cidadania, após receber o honroso convite do governador Raimundo Colombo e do vice Eduardo Pinho Moreira. "Deixei minhas atividades na Assembleia Legislativa e voltei à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC/SC) para dar continuidade ao notório trabalho de humanização prestado na pasta até hoje", ressaltou.

Já em junho, coordenou a modernização do sistema de Justiça e Segurança com a ativação da primeira sala de videoaudiência do estado. A unidade passou a fazer a interligação entre o Presídio do Complexo Penitenciário de Itajaí e a 1ª Vara Criminal da Comarca de Itajaí. Logo em seguida, foram instaladas em Florianópolis e São Pedro de Alcântara.

A SJC/SC tem investido na melhoria dos sistemas penitenciário e socioeducativo catarinense. Foram 4.751 vagas geradas (entre 2011 e 2015), mais 2 mil vagas em construção e outras 956 programadas para 2016. Além disso, houve considerável melhoria na saúde, educação, redução do número de fugas e condições gerais das unidades. "O treinamento e a capacitação dos agentes penitenciários e socioeducativos também têm sido fortes ingredientes para o aperfeiçoamento do sistema. A Academia de Justiça e Cidadania (Acadejuc) contabiliza mais de 2 mil servidores capacitados. É um orgulho esse nosso trabalho", sublinha.

Uma grande unidade socioeducativa considerada modelo e dentro dos padrões exigidos pela Secretaria de Direitos Humanos está sendo construída em Chapecó. No Sul, o processo para a construção do Case em Criciúma também já foi iniciado.

SANTA CATARINA É REFERÊNCIA NACIONAL NO NÚMERO DE PRESOS QUE TRABALHAM

A Mostra Laboral do Sistema Prisional Brasileiro, organizada pelo Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e SJC/SC, reuniu em setembro pela primeira vez 27 estados da Federação em Florianópolis. Santa Catarina foi escolhida para sediar o evento porque é referência nacional em número de presos que trabalham.

"Com muita dedicação alcançamos o melhor desempenho do Brasil no trato dos apenados, o que faz Santa Catarina ter a maior média do país. Em 2011, havia pouco mais de mil presos trabalhando, cerca de 8%. Hoje, são mais de 9,3 mil, ou seja, 57% dos apenados exercem atividades laborais", salientou a secretária.

A mostra permitiu que o público conhecesse os produtos fabricados por apenados catarinenses, resultado da parceria com empresas que oferecem oportunidade de trabalho e renda no sistema prisional. Santa Catarina também é destaque na área da educação, com mais de 2 mil reeducandos em salas de aula. "Nossa missão é dar oportunidade para que o apenado volte para a sociedade com vontade de viver."

PROCON É DESTAQUE COM 96% DE RESOLUTIVIDADE

O Departamento Estadual de Defesa do Consumidor (Procon/SC) atendeu 19.783 consumidores de janeiro a outubro de 2015, com 96% de resolutividade, o que representa quase 2 mil atendimentos ao mês. "Priorizamos um relacionamento harmonioso com as instituições governamentais e empresariais, sempre tendo em vista o melhor para os consumidores", destacou Ada.

Hoje o Procon estadual lidera 91 Procons municipais. Ainda é destaque com a Escola Estadual de Defesa do Consumidor, inédita no Brasil, que esteve presente em 19 municípios educando cerca de 13 mil alunos.

Aldo Schneider

PMDB

Idade: 54 anos
Formação/Profissão: analista da Receita Estadual
Base eleitoral: Vale e Alto Vale do Itajaí
Mandatos: 2011-2015, 2015-2019

ENTREGUE PRIMEIRA ETAPA DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE SANTA CATARINA

O vice-presidente da Alesc, deputado Aldo Schneider, entregou ao presidente da Casa, Gelson Merisio, a primeira parte do trabalho realizado pela Comissão de Consolidação da Legislação Estadual. Das 18 mil leis catarinenses, 7 mil já foram consolidadas.

A comissão é formada pelos deputados Aldo, Fernando Coruja (PMDB) e Marcos Vieira (PSDB), além de servidores da Assembleia Legislativa, representantes do núcleo jurídico da Universidade Federal de Santa Catarina e de todas as secretarias de Estado.

Resultados da primeira etapa:

- Revogadas 60 leis por terem sido declaradas inconstitucionais
- Extintas 699 leis inexistentes
- Consolidadas 713 leis que denominam bens públicos
- Consolidadas 84 leis que concedem título de cidadão catarinense
- Consolidadas 134 leis que adjetivam municípios
- Consolidadas 303 leis que definem datas comemorativas e festivas
- Consolidadas 6.416 leis de utilidade pública

Na fase atual, o trabalho será mais minucioso. "O trabalho agora envolve leis como a questão tributária de Santa Catarina. Vamos fazer um estudo junto com o governo do Estado e as secretarias que tratam de cada assunto da lei a ser consolidada," explicou o parlamentar. "A lei não vai perder a sua finalidade, simplesmente está sendo compilada em um capítulo que reunirá leis semelhantes. O cidadão vai acessar as leis no site da Assembleia Legislativa, digitar uma palavra referente à lei que deseja consultar e o resultado será resumido e de fácil acesso," comentou. Até o dia 30 de julho de 2016 vão tramitar nas comissões permanentes da Casa o restante dos projetos de consolidação das leis estaduais. Esse trabalho vai facilitar a consulta para qualquer cidadão que tem a necessidade de ter informações sobre alguma lei estadual.

LEIS APROVADAS EM SANTA CATARINA

O ano de 2015 foi de muita discussão no Parlamento catarinense. A Assembleia debateu uma série de questões importantes para o futuro do Estado, como a previdência complementar dos servidores estaduais, o aumento das alíquotas de contribuição previdenciária, o Plano Estadual de Educação e a descompactação do plano de carreira do funcionalismo público estadual. "São inúmeras leis importantes para Santa Catarina, já que estamos prevendo um 2016 mais retraído na questão econômica. Assim, vamos minimizar os impactos econômicos no estado," disse o parlamentar.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER FOI ELEITO 1° VICE-PRESIDENTE DA ALESC

Para o deputado Aldo, o atendimento na base eleitoral continua sendo um diferencial, como fez no seu primeiro mandato na Alesc. "Utilizei o cargo de vice para abrir portas para a obtenção de recursos para a minha região. É um cargo de muita responsabilidade. Na prática, o que muda, principalmente com lideranças como vereadores e prefeitos, é a representação política e administrativa que exerci," destacou. O atendimento é feito no gabinete 101, no primeiro andar da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis.

Em seu primeiro mandato, Aldo foi presidente da Comissão de Agricultura, líder do PMDB e líder do governo na Assembleia. Hoje é o 1° vice-presidente.

Ana Paula Lima

PT

Idade: 51 anos
Formação/Profissão: enfermeira
Base eleitoral: Blumenau e Vale do Itajaí
Mandatos: 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019

ANO DE CONQUISTAS

A LUTA PELA AMPLIAÇÃO DE DIREITOS

O ano de 2015 foi marcado por grandes lutas e conquistas. A deputada estadual Ana Paula Lima tem atuação comprometida com os direitos das mulheres, o fim das desigualdades e preconceitos de gênero, raça e classe social, a humanização do parto, a saúde e a proteção animal. Um dos pontos marcantes do ano foi a realização do 1º Congresso Nacional do Parto Humanizado. O evento, proposto pela deputada Ana Paula e realizado pela Comissão de Saúde, a qual preside, reuniu mais de 500 pessoas, entre elas enfermeiras, doulas, parteiras, obstetras e pais.

Ainda sobre a humanização do parto, a parlamentar comemorou a aprovação do Projeto de Lei 208/2015, de autoria do deputado estadual Darci de Matos e da atual deputada federal Angela Albino. O PL, relatado por Ana Paula na Comissão de Saúde, dispõe sobre a presença de doulas no acompanhamento do trabalho de parto, parto e pós-parto imediato em hospitais e maternidades catarinenses. Além de presidir a Comissão de Saúde, a deputada é vice-presidenta da Comissão de Proteção Civil e membro das Comissões de Segurança Pública, de Prevenção e Combate às Drogas e de Ética e Decoro Parlamentar.

SAÚDE

Na presidência da Comissão de Saúde, a deputada Ana Paula trouxe o debate da proposta do governo do Estado de unificação das centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Profissionais da área e comunidade participaram da audiência pública. A proposta de mudança gerou incertezas, já que as peculiaridades geográficas do estado poderiam causar demora no atendimento, demissões e piora geral no serviço. A parlamentar também propôs, por meio da Comissão de Saúde, a realização do Seminário "Fosfoetanolamina: Tratamento para o câncer", com especialistas de todo o país e que debateu as pesquisas e uso da droga para o tratamento do câncer.

BANCADA FEMININA

Em agosto, a deputada Ana Paula assumiu a coordenadoria da Bancada Feminina. A parlamentar é autora da Lei 16.620, de 7 de maio de 2015, que institui o Observatório da Violência contra a Mulher. Com isto, Santa Catarina conta com um sistema integrado de informações. Por meio desta lei, todos os dados referentes à violência contra a mulher no estado passarão a ser mapeados e integrados, contribuindo para ações de combate e proteção mais efetivas, com um diagnóstico completo dessa realidade. A deputada Ana Paula também está empenhada na concretização da Casa da Mulher Brasileira em Florianópolis, espaço voltado para atender mulheres vítimas de violência e que será instalado na Capital. O empreendedorismo das catarinenses também foi reconhecido. Em 2015, o Dia Estadual da Mulher Empresária foi comemorado pela primeira vez em Santa Catarina. O 1º Empreende Mulher Catarinense reuniu casos inspiradores de empresárias do estado, além de palestras. O evento foi uma iniciativa do mandato da deputada estadual Ana Paula Lima e do Conselho Estadual da Mulher Empresária (Ceme).

PROTEÇÃO ANIMAL

Uma das grandes causas do mandato da deputada Ana Paula, a proteção animal, teve em 2015 uma importante conquista. O Projeto de Lei 117/2011, de autoria da parlamentar, que proíbe a puxada de cavalos no estado, agora é lei. A prática, comum em várias cidades catarinenses, consiste em forçar os animais a carregarem sacos de areia que somam mais de duas toneladas em uma carroça sem rodas por um terreno lamacento, o que ocasiona evidentes maus-tratos e representa crueldade. Será cobrada multa de R$ 50 mil pelo descumprimento da lei. O valor é dobrado em caso de reincidência e assim sucessivamente.

Antonio Aguiar

PMDB

Idade: 63 anos
Formação/Profissão: médico, com especializações em ortopedia, fisiatria e medicina do esporte
Base eleitoral: Planalto Norte
Mandatos: 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019

UM ANO MAIS COLORIDO EM FAVOR DA SAÚDE

PARLAMENTAR APOSTA EM CAMPANHAS PARA ESTIMULAR CATARINENSES A TER ACOMPANHAMENTO MÉDICO

O médico Antonio Aguiar sempre dedicou ações do mandato à saúde. Em 2015, três iniciativas pessoais foram transformadas em leis que valorizam as atitudes dos catarinenses. Resultaram de projetos legislativos que atribuem cores a meses do ano para lembrar campanhas importantes, como a do Junho Vermelho, em favor da doação de sangue, pois justamente no início do inverno é que ocorre redução significativa do número de doadores. Também a do Novembro Dourado, pela prevenção contra o câncer na infância e juventude, e a do Dezembro Laranja, referente à prevenção ao câncer da pele – essa no início do verão, período em que as pessoas correm mais risco com a exposição ao sol. "São leis que visam estimular campanhas práticas em benefício da saúde dos catarinenses, inspiradas no Outubro Rosa, de êxito reconhecido em favor da saúde da mulher," explica o parlamentar, que pretende ver suas ideias ampliadas em ações de políticas públicas estaduais de saúde.

Outro projeto apresentado pelo deputado em 2015 propõe a criação do Cadastro Estadual de Pessoas com Deficiências. O objetivo é permitir ao Estado um censo dos problemas de saúde de pessoas com necessidades especiais, e a essas o reconhecimento de suas deficiências, para reduzir a burocracia quando necessitam requerer um benefício social ou atendimento especializado no setor público. Uma outra proposição garante a deficientes visuais acesso a todos os editais de concursos públicos por meio de versão em anagliptografia, popularmente conhecida como linguagem em Braille.

São propostas legislativas sempre acompanhadas de ações práticas diárias em favor da representação parlamentar do Planalto Norte e de municípios onde o trabalho do deputado Aguiar é reconhecido.

PROPAGANDA DE MEDICAMENTO ESTÁ PROIBIDA

A promulgação da Lei 16.751/2015, que determina a proibição da propaganda de medicamentos e similares em meios de comunicação, é considerada pelo deputado Aguiar como um grande avanço na defesa da saúde. Ele é o autor do projeto que propôs a iniciativa, vetado pelo Executivo. O veto foi derrubado pelo Plenário, provocando a promulgação da legislação. Aguiar considera uma atitude corajosa dos deputados e afirma que a lei salvará vidas.

O parlamentar sempre foi contra a propaganda de remédios, especialmente no rádio e na televisão, em razão do risco do cidadão utilizar de forma equivocada informações que possam induzir a automedicação. Cita o exemplo da dengue, que pode ser mascarada se o doente fizer uso do ácido acetilsalicílico, presente em vários remédios recomendados para gripe ou para combater a febre. Se o doente retardar o atendimento, acometido pela dengue, poderá ir a óbito, exemplifica.

SOBRAS DOS PODERES PARA HOSPITAIS

A saúde está entre as prioridades da população e os hospitais enfrentam dificuldades financeiras. Com o objetivo de amenizar a escassez de recursos, o deputado Aguiar apresentou um Projeto de Emenda Constitucional destinando aos hospitais filantrópicos as sobras orçamentárias, devolvidas ao Executivo a cada ano pelos poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público. Em 2013 e 2014 essas sobras alcançaram R$ 184,1 milhões. Aguiar quer que tais verbas cheguem às 182 instituições filantrópicas por meio do Fundo Estadual de Saúde. "É lá que todos batem quando precisam de apoio", resume.

Antônio Serafim Venzon

PSDB

Idade: 62 anos
Formação/Profissão: médico urologista
Base eleitoral: Brusque, Vale do Rio Tijucas e Vale do Itajaí
Mandatos: 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019

ATUAÇÃO DIVERSIFICADA

POLÍTICA COM VISÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA EM PROL DO CIDADÃO

O deputado estadual Serafim Venzon atuou em diversas frentes em 2015, com destaque na saúde, educação, assistência social e serviço público. O parlamentar é autor de importantes projetos de lei e foi relator de diversos outros com temas variados de interesse público.
Participou ativamente de quatro comissões da Assembleia Legislativa, com ênfase na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Na presidência do colegiado, a meta foi contribuir para o desenvolvimento econômico e social do estado, procurando dar celeridade à análise dos projetos sem, contudo, deixar de ampliar o debate e garantir conquistas ao servidor público. Atuou ainda nas Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Além disso, liderou a bancada do PSDB na Casa.
O deputado prosseguiu estimulando a destinação de parte do imposto de renda para o Fundo da Infância e Adolescência (FIA), que permite custear projetos de apoio ao setor, mas ainda restrito no estado.

SAÚDE

Médico e conhecedor dos problemas da saúde pública, Venzon retomou projetos como o que isenta hospitais, serviços públicos estaduais e instituições de educação e assistência social da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
O parlamentar usou com frequência a tribuna da Alesc para defender a correção da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), em benefício dos hospitais públicos. Também participou ativamente de audiências para manter os hospitais filantrópicos do estado, além de integrar comitivas para buscar recursos. Outro projeto retomado dispõe sobre novas regras para a comercialização de produtos hortigranjeiros no estado, melhorando a renda para o produtor. É autor, ainda, de projeto de lei que propõe a instituição de número único para emergências em Santa Catarina, centralizando as chamadas com o objetivo de agilizar o atendimento ao cidadão.

AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Por entender que a educação superior também é fundamental para o desenvolvimento individual e do estado, o deputado Venzon tem procurado alternativas em parceria para ampliar o acesso dos jovens à universidade.
Em razão dos problemas enfrentados com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) por parte dos alunos das universidades comunitárias de Santa Catarina, Venzon e integrantes da diretoria do sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) começaram a planejar um modelo alternativo próprio para as universidades que integram a organização.
O objetivo é contornar as incertezas do programa do governo federal e atender ainda uma faixa intermediária de estudantes que não estão abrangidos nem pelo Fies e nem pelo artigo 170 da Constituição estadual, que prevê bolsas de estudos para alunos carentes.

LUTA PELA AMPLIAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO

Serafim Venzon apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com o intuito de aumentar o número de defensores públicos do estado. A proposta estabelece o prazo de oito anos para que se tenha um defensor em cada unidade jurisdicional. Atualmente existem 111 comarcas no estado, sendo que em apenas 24 delas atuam defensores.
Venzon justifica que o quadro atual é de 120 defensores públicos, praticamente um profissional por comarca, número considerado insuficiente para as demandas nas quais a instituição atua, principalmente nas causas criminais e de família.

Carlos Alberto Chiodini

PMDB

Idade: 33 anos
Formação/Profissão: empresário
Base eleitoral: Jaraguá do Sul e região
Mandatos: 2011-2015, 2015-2019

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GOVERNO DO ESTADO LANÇA PROGRAMA SC+ENERGIA

Em junho de 2015, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável lançou o SC+Energia - Programa Catarinense de Energias Limpas. Desde o lançamento, a Fundação do Meio Ambiente (Fatma) liberou 11 Licenças Ambientais de Instalação (LAI), o que representa R$ 511 milhões em investimentos no estado. São Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) e Fotovoltaicas que começam a se instalar em solo catarinense. Quando estiverem ativas, vão gerar 114,7 megawatts (MW), o suficiente para abastecer 157 mil residências.

"A questão da energia é essencial para o crescimento e apostamos nas fontes limpas para aliar o desenvolvimento à sustentabilidade. Nossa meta era gerar mais mil MW e, com estes resultados, sabemos que vamos superar os números iniciais", comemora o secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável e coordenador do projeto, Carlos Chiodini. Além dos empreendimentos liberados, 64 novos projetos estão tramitando no programa e, quando implantados, irão dobrar a meta inicial, alcançando 2 mil megawatts (MW).

Foram cadastrados empreendimentos para geração de energia eólica que somam 868 MW, o restante para produção energética proveniente de PCHs, CGHs e Fotovoltaicas. "Isso significa um investimento superior a R$ 12 bilhões em geração de energia limpa para o estado", explica Chiodini.

O SC+Energia é formado por representantes da Secretaria da Fazenda (SEF), Fatma, Junta Comercial de Santa Catarina (Jucesc), Agência de Fomento de Santa Catarina (Badesc), Companhia de Gás de Santa Catarina (SC Gás), Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Associação de Produtores de Energia de Santa Catarina (Apesc), Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação (Fapesc) e Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc).

INVESTE SC TEM A MISSÃO DE ATRAIR EMPREENDIMENTOS PARA O ESTADO

Para fortalecer a economia catarinense com investimentos de qualidade que supram as necessidades das empresas, foi lançada a Investe SC - Agência de Atração de Investimentos, parceria entre governo do Estado e Federação das Indústrias de Santa Catarina. "Nossa meta é tornar Santa Catarina um dos principais estados receptores de investimentos, trazendo empresas estratégicas que contribuam para o crescimento econômico, melhorando a qualidade de vida principalmente em regiões com menores índices de desenvolvimento humano", disse o secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Carlos Chiodini.

A Investe SC atuará para que o estado tenha reconhecimento internacional, fortalecendo as cadeias produtivas. A agência conta com o Customer Relationship Management (CRM), ou seja, uma ferramenta de Gestão do Relacionamento com o Cliente utilizada pelas maiores agências mundiais, e com o portal www.investe.sc.com.br.

APROVADO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE EM SANTA CATARINA

O deputado estadual licenciado comemorou a aprovação do projeto de lei que prevê a criação do Estatuto da Juventude em Santa Catarina (PL 286/2013). O texto estabelece diretrizes para políticas públicas direcionadas aos catarinenses com idade entre 15 e 29 anos. "A proposta garante aos jovens o direito à educação, à participação social e política e ao trabalho, entre outras medidas, seguindo os princípios do Estatuto Nacional da Juventude de 2013, " explicou Chiodini.

Carlos Fernando Coruja Agustini

PMDB

Idade: 61 anos
Formação/Profissão: mestre e doutor em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), médico endocrinologista, professor universitário
Base eleitoral: região da Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures)
Mandato: 2015

MUDAR O PACTO FEDERATIVO A PARTIR DAS ASSEMBLEIAS ESTADUAIS

COM ISSO, ESTADOS E MUNICÍPIOS CONTARÃO COM MAIS RECURSOS PARA INVESTIR EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E OUTRAS DEMANDAS DA POPULAÇÃO

O deputado Fernando Coruja assumiu seu mandato na Assembleia Legislativa com um propósito: implantar as reformas constitucionais a partir das Assembleias estaduais, seguindo o que dita a própria Constituição em seu artigo 60. Nesse sentido, já no início do mandato, articulou a instalação do Fórum Parlamentar Catarinense do Pacto Federativo, que conta com representantes das bancadas do PSDB, PCdoB, PSD, PT, DEM, PR, PDT e PMDB.

Instalado em 11 de março de 2015, o Fórum elaborou as propostas que foram aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. No início do segundo semestre, elas foram encaminhadas às Assembleias estaduais para aprovação de, no mínimo, 14 das 27 instaladas no país. Na sequência, serão encaminhadas ao Congresso Nacional como Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

PROPOSTAS DO FÓRUM PARLAMENTAR CATARINENSE DO PACTO FEDERATIVO:

1 - Dar autonomia para os estados legislarem sobre descriminalização, propaganda comercial (artigos 22 e 24 da Constituição Federal)

Sub-relator Fernando Coruja (PMDB): "Altera os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com Estados e Distrito Federal."

2 - Incluir o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o Imposto sobre Importação (IPI) e o imposto sobre grandes fortunas (que poderá ser criado) na repartição de recursos com estados e municípios; aumentar a parcela dos estados (FPE) de 21,5% para 31,5% e dos municípios (FPM) de 22,5% para 32,5% (artigo 159 da Constituição Federal)

Sub-relator: Natalino Lázare (PR)

3 - Permitir que eleitores apresentem emendas à Constituição Federal. Para isso, será necessária a adesão de 3% do eleitorado brasileiro, em 14 estados, com no mínimo 1% de seus eleitores (artigo 60 da Constituição Federal)

Sub-relator: Cesar Valduga (PCdoB)

4 - Tornar obrigatória a destinação de 10% da receita corrente bruta da União para investimentos em saúde pública (artigo 166 da Constituição Federal) Autor: Dr. Vicente (PSDB)

AÇÃO INÉDITA: CÂMARAS DE VEREADORES ENCAMINHAM PEC DA SAÚDE À ASSEMBLEIA ESTADUAL

O deputado Fernando Coruja e os deputados Ana Paula Lima, Antonio Aguiar, Dalmo Oliveira, Serafim Venzon e Vicente Caropreso mobilizaram a União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc) para apresentar Proposta de Emenda à Constituição do Estado (PEC), visando alterar o inciso I do §2° e o §3° do artigo 155, para o fim de modificar o percentual mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde em Santa Catarina, que passa de 12% para 15%, gradativamente, em um percentual de 0,5% ao ano.

A proposta, entregue ao presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no início de dezembro, obteve a adesão de 159 Câmaras de Vereadores. Foi a primeira vez que as Câmaras municipais encaminharam ao Legislativo estadual uma PEC, conforme prevê a Constituição Estadual em seu artigo 49. O texto assegura que a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Cesar Antonio Valduga

PCdoB

Idade: 54 anos
Formação/Profissão: bancário
Base eleitoral: Chapecó
Mandato: 2015-2019

VALDUGA APRESENTA À COMUNIDADE

PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO DE CHAPECÓ

A Comissão de Legislação Participativa da Alesc realizou em 10 de dezembro de 2015 uma audiência pública em Chapecó, proposta pelo deputado Cesar Valduga, para discutir a situação do projeto de ampliação e modernização do Aeroporto Serafim Enoss Bertaso.

Comunidade, representantes de entidades e autoridades lotaram o Centro de Eventos Plínio Arlindo de Nes. "O objetivo foi esclarecer a população sobre quem serão os afetados e como está esse processo. Ainda estamos em fase de estudo de viabilidade técnica, ou seja, mais atrasados que Joaçaba. Precisamos unir forças para que o projeto ande e consigamos modernizar nosso aeroporto para que logo se torne internacional e de cargas", comentou Valduga.

O deputado expôs que o aeroporto bateu o recorde em 2014, com mais de 420 mil passageiros, mais que o dobro da população de Chapecó. O parlamentar lembrou ainda que o governo federal havia anunciado em 2012 a liberação de R$ 35 milhões, por meio do Programa de Auxílio a Aeroportos, para o projeto de um novo terminal de passageiros. Conforme o deputado, o recurso ainda não foi liberado por conta dos entraves na elaboração do projeto.

Em duas audiências com a Secretaria de Aviação Civil (SAC), Valduga teve a informação que o Estado e o município precisam firmar compromisso com as desapropriações e com a construção de um novo acesso para que a SAC possa elaborar o projeto.

As medidas mais urgentes definidas na audiência para contribuir com a celeridade do projeto são articular a homologação de um trecho de 500 metros de pista que ainda está em desuso; dialogar com o governo estadual e a prefeitura para que se comprometam com as desapropriações e a construção de um novo acesso; e gestionar junto aos parlamentares federais uma emenda coletiva para garantir a execução das próximas etapas do projeto.

PROJETO DE VALDUGA PREVÊ ALTERNÂNCIA POSTURAL NO TRABALHO DE VIGILANTE

Tramita na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (PL) 452/2015, que assegura a alternância postural para trabalhadores do setor de vigilância em todo o estado.

A proposta é garantir aos vigilantes que, a cada duas horas trabalhadas continuamente em pé, possam permanecer sentados por 15 minutos, não prejudicando o intervalo intrajornada previsto no artigo 71 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O problema de saúde mais comum da categoria é a ocorrência de varizes. Na maioria dos casos, os vigilantes cumprem jornadas de oito horas diárias ou mais, como ocorre nas escalas de 12x36.

O projeto segue em análise na Comissão de Constituição e Justiça. Deve tramitar ainda pelas comissões de Trabalho e Saúde antes de ser votado em plenário.

VALDUGA PROTOCOLA PROJETOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Três projetos de enfrentamento à violência contra a mulher de autoria do deputado Valduga tramitam na Assembleia. O PL 526/2015 propõe o impedimento de condenados, civil ou criminalmente, por crimes de violência contra mulher, criança, adolescente ou idoso, de assumir cargos em comissão nos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.

Já o Projeto de Lei Complementar 8/2015 visa tornar agravante a ofensa moral ou agressão física praticada contra as mulheres no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado.

Além disso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 8/2015 pretende assegurar a representação proporcional entre mulheres e homens na composição da Mesa Diretora e das comissões do Legislativo catarinense.

Cleiton Salvaro

PSB

Idade: 40 anos
Formação/Profissão: administrador
Base eleitoral: Criciúma
Mandato: 2015-2019

TRABALHO CONJUNTO

CLEITON SALVARO PROPÕE UNIÃO PARA ACELERAR OBRAS NO SUL

Em seu primeiro mandato como deputado estadual, Cleiton Salvaro (PSB) tem dedicado seu tempo em um esforço para unir agentes públicos e sociedade civil a fim de acelerar ações e obras na região Sul do estado. "O Sul tem sido historicamente esquecido pelos governantes. Temos de nos unir para garantir que nossa região receba a devida atenção", afirma o deputado. Uma de suas primeiras ações foi ajudar a criar a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Mesorregião Sul. Ao longo do ano, a frente - formada por oito deputados - tem atuado em áreas como saúde, segurança e infraestrutura.

Nessa última, Cleiton tem dado atenção especial à fiscalização das obras viárias. Como membro da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, percorreu as principais rodovias e obras da região, propondo ações de melhoria.

Na Via Rápida, que ligará Criciúma à BR-101, Cleiton conversou com trabalhadores e moradores de seu entorno. O deputado também fiscalizou as obras do anel viário, da SC-446 (entre Treviso e Lauro Müller) e fez um relatório sobre as más condições da SC-390, no trecho entre Lauro Müller e Orleans.

Para evitar transtornos e riscos à população, Cleiton protocolou um projeto de lei para impedir o início de obras públicas sem que estejam concluídas as desapropriações. O objetivo é evitar posteriores paralisações da obra em razão de litígios judiciais. "Temos exemplos de obras interrompidas em função de ações na Justiça, gerando transtorno e risco para as pessoas", explica o deputado.

Na Assembleia, Cleiton é vice-presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia. Também é membro das comissões de Saúde e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

AÇÕES PARA SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA

Estreante no Legislativo, Cleiton Salvaro teve forte atuação em 2015 em três áreas que devem ser prioritárias para ocupantes de cargo eletivo: saúde, educação e segurança. Membro da Comissão de Saúde, organizou debates importantes ao longo do ano. Um deles discutiu o projeto de lei que regulamenta a atuação das doulas em hospitais das redes pública e privada. Cleiton reuniu em seu gabinete representantes das doulas e dos hospitais antes que o projeto fosse debatido (e aprovado) na comissão.

Em relação à segurança, o parlamentar esteve com o comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Paulo Henrique Hemm, para solicitar reforço em Criciúma, após repetidos episódios de violência.

Na educação, desde o início do mandato, Cleiton colocou-se ao lado dos professores em seus pleitos mais importantes. Na opinião do deputado, só será possível melhorar a educação com a valorização do professor.

MENSAGEM DE OTIMISMO AOS JOVENS

Em dois grandes eventos realizados em Criciúma, Cleiton Salvaro teve a oportunidade de compartilhar com jovens sua experiência política e falar de desafios e oportunidades.

No primeiro, representando a Alesc durante o Fórum Santa Catarina, Cleiton projetou um novo ciclo de desenvolvimento para o estado e o país, assim que a crise política estiver superada.

O deputado também propôs o 1° Seminário de Eficiência Industrial, realizado pela Escola do Legislativo. Na ocasião, resumiu: "Sou um otimista. Agora é a hora de enxergar as oportunidades. Não tenho dúvidas de que o futuro é promissor".

Dalmo Claro de Oliveira

PMDB

Idade: 60 anos
Formação/Profissão: médico
Base eleitoral: Joinville e região Norte
Mandato: 2015

FALTA DE LEITOS PREOCUPA DALMO CLARO

DEPUTADO PRESIDIU AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A FALTA DE LEITOS E INFRAESTRUTURA HOSPITALAR DA REGIÃO NORTE

Mais de 170 pessoas assinaram a lista de presença na audiência pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina que discutiu a organização hospitalar de Joinville e região. O deputado Dalmo Claro, que propôs o evento, justificou a necessidade do debate sobre o assunto. "Temos uma carência muito grande de capacidade de atendimento hospitalar na região, que tende a se acentuar no futuro com o acelerado crescimento econômico e populacional de Joinville e cidades vizinhas."

Segundo o parlamentar, a região precisa de hospitais modernos, que atendam a contento a população. Dalmo sugere medidas para otimizar o aproveitamento dos hospitais existentes, como, por exemplo, a especialização e o vocacionamento do Hospital Municipal São José, de Joinville, em hospital de emergências. "Queremos levantar sugestões para definir as diretrizes e orientar os investimentos", argumenta Dalmo Claro.

A falta de leitos de internação, de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e de salas de cirurgia é uma realidade no estado. Na região Norte, são seis hospitais públicos que juntos somam 844 leitos de internação e 71 de UTI. Estima-se uma necessidade de 50% a 100% a mais do que a oferta atual.

A audiência ocorreu durante toda a tarde de sexta-feira, 7 de agosto, no Salão Nobre da Associação Empresarial de Joinville. Participou o secretário de Estado da Saúde, João Paulo Kleinübing, a secretária Municipal da Saúde de Joinville, Francieli Cristini Schultz, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, outras autoridades e representantes de diversos setores da sociedade.

HOMENAGENS A LUIZ HENRIQUE E RENATO CASTRO

O deputado Dalmo Claro é autor do projeto de lei que denomina Luiz Henrique da Silveira a Escola de Ensino Médio localizada no Bairro Parque Guarani, em Joinville. A homenagem é justa, entre outros motivos, pelos relevantes e memoráveis serviços prestados por aquele homem público em Joinville e Santa Catarina. Dalmo Claro também apresentou o projeto de lei que denomina Dr. Renato Castro o setor de internações clínicas do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville, inaugurado no dia 15 de outubro de 2015. O emérito médico, baiano de nascimento, adotou Joinville como sua cidade e por ela muito fez, notadamente na área da saúde.

INSULINA SINTÉTICA GRATUITA

O deputado Dalmo Claro é coautor do Projeto de Lei 109/2015, que dispõe sobre a distribuição gratuita de análogos de insulina aos portadores de diabetes inseridos em programas de educação para diabéticos. Trata-se de uma insulina mais cara, sintética, que não é distribuída pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os futuros beneficiados serão os portadores de diabetes tipo 1 e 2, em uso de insulina do SUS de Santa Catarina para o tratamento da sua condição.

Darci de Matos

PSD

Idade: 54 anos
Formação/Profissão: técnico agrícola, economista e pós-graduado em Administração e Marketing
Base eleitoral: Joinville e região Norte
Mandatos: 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019

EM DEFESA DO VAREJO

DECRETO REGULA FEIRAS ITINERANTES NO ESTADO

Como presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, Darci de Matos contribuiu para dar agilidade à criação do decreto que torna mais rigorosas as regras para a realização de feiras itinerantes em Santa Catarina. O documento foi assinado pelo governador Raimundo Colombo em setembro e entrou em vigor em novembro. As novas regras vão dos prazos das licenças aos critérios para a cobrança de impostos.

Segundo Darci, essas feiras eram concorrentes desleais, pois não cumpriam as determinações de leis que as lojas estabelecidas cumprem, além de não emitirem nota fiscal. "Os preços praticados eram abaixo do mercado e muitas vezes os produtos comercializados eram contrabandeados. Tudo isso significava evasão de impostos.

A regulamentação da atividade era um anseio da classe lojista catarinense", diz o parlamentar.

A mobilização em prol dessa regulamentação começou em julho, na Assembleia Legislativa, quando lideranças do comércio de todo o estado se reuniram em Florianópolis pedindo para combater as feiras de fim de semana. Uma das decisões aprovadas naquele encontro foi propor mudança na legislação para barrar a ação de feirantes que vendem produtos contrabandeados, prejudicando toda a sociedade. Após a reunião com o setor produtivo, Darci de Matos discutiu o assunto com a Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda. "Quando a sociedade se mobiliza, as coisas acontecem. O Brasil deixa de arrecadar R$ 40 bilhões em impostos com a pirataria. Nosso estado deu o exemplo. Não estamos impedindo a participação de comerciantes de fora nas nossas feiras, mas impondo regras para valorizar quem trabalha aqui os doze meses do ano."

PL GARANTE PRESENÇA DE DOULAS EM HOSPITAIS E MATERNIDADES

A Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei 208/2013, de autoria de Darci de Matos e Angela Albino, que garante a presença de doulas durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato em maternidades e estabelecimentos hospitalares da rede pública e privada de Santa Catarina.

A função da doula é prestar suporte físico e emocional a mulheres antes, durante e após o parto. Segundo Darci, a presença dessa profissional traz vantagens tanto para as gestantes como para o Sistema de Saúde. "Estudos mostram que os partos de mulheres acompanhadas por doula evoluem com maior tranquilidade, rapidez e com menos dor e complicações, reduzindo em 50% os índices de cesárea e o uso de medicamentos. Portanto, além do bem-estar da mulher, os custos com os procedimentos diminuem, visto que são reduzidas as intervenções médicas e o tempo de internação de mães e bebês", diz o parlamentar.

PROJETO VISA REGULAMENTAR GESTÃO DA FAUNA NATIVA E EXÓTICA

Tramita na Casa um projeto de lei protocolado por Darci que dispõe sobre a gestão da fauna brasileira e exótica em Santa Catarina (PL 487/2015). "A proposta é que o Estado licencie os registros de manejo e criadouros de animais da fauna brasileira e exótica, aumentando sua arrecadação com as taxas de licença, que hoje deixa de receber por não ter a competência regulamentada", afirma o parlamentar. Além desse caráter econômico, Darci ressalta que a proposição também tem um viés conservacionista. "Pesquisas apontam a contribuição dos criadores particulares na recuperação de espécies ameaçadas de extinção."

Dirce Heiderscheidt

PMDB

Idade: 58 anos
Formação/Profissão: assistente social
Base eleitoral: Grande Florianópolis, Palhoça
Mandatos: 2011-2015, 2015-2019

DEPUTADA DIRCE FAZ A DIFERENÇA POR DEFENDER A INCLUSÃO SOCIAL

SUA PRINCIPAL BANDEIRA É O SOCIAL. É UMA MULHER QUE FAZ A DIFERENÇA POR DEFENDER A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TODOS.

Deputada reeleita pelo PMDB, Dirce Heiderscheidt, é uma mulher que faz a diferença e, com coragem e determinação, defende a adoção de políticas públicas voltadas para a área social, em especial na defesa dos idosos, das mulheres, das crianças, dos adolescentes e da pessoa com deficiência. Admite que sua paixão pelo social é vivida intensamente e, por isso, faz e pensa de coração.

Casada há 38 anos com o ex-prefeito e atual diretor presidente da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab-SC), Ronério Heiderscheidt, é mãe de Anna Paula e Marianna e avó de Helena, o xodó da família Heiderscheidt.

Em 2004, junto ao prefeito Ronério, não atuou apenas como primeira-dama. Na Secretaria da Assistência Social, iniciou uma significativa mudança em Palhoça. Dirce fez parte do projeto que resgatou a autoestima dos palhocenses, por meio da criação da Escola Profissional, da Inclusão Digital, do Centro de Convivência do Idoso e do Natal Reluz, um dos eventos natalinos de maior expressão do estado. Foi também idealizadora do projeto Faculdade da Maturidade. Criou, ainda, a Associação Palhocense de Voluntários.

Como parlamentar, é autora das leis que instituem o Outubro Rosa e o Novembro Azul. Também aprovou a lei que regulamentou o Disque 180, essencial para as

denúncias de violência contra a mulher.

Já no primeiro mandato, criou o Fórum Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa e, por duas vezes, representou o estado em eventos internacionais. Como membro da Federação Internacional do Envelhecimento (IFA), busca orçamento mais justo para a política de envelhecimento.

Participou ativamente da Campanha Laços de Amor, levando a importância da adoção por toda Santa Catarina. Dirce tem paixão pelo que faz e quer fazer mais. Como coordenadora da Bancada Feminina, deixou dois grandes legados: a criação da Galeria Lilás, que presta uma homenagem às 12 mulheres eleitas em mais de 180 anos de história do Parlamento, e a institucionalização da Bancada Feminina, um passo importante para empoderamento feminino para as mulheres deputadas.

Outra iniciativa foi a solicitação ao governador Raimundo Colombo para a criação da "Medalha Arte Humanitária Catarinense Senador Luiz Henrique da Silveira," um prêmio simbólico a ser conferido aos catarinenses que usam a arte em projetos de benefícios sociais.

Dirceu Dresch

PT

Idade: 51 anos
Formação/Profissão: agricultor
Região: Oeste catarinense
Mandatos: 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019

DEDICAÇÃO

PRESENÇA NA COMUNIDADE, ATUAÇÃO E POSIÇÃO FIRME NO LEGISLATIVO

Fazer política para melhorar a vida das pessoas é o espírito do mandato do deputado Dirceu Dresch, que está na terceira legislatura. Para isso, além do trabalho firme e propositivo no Legislativo, ele mantém uma agenda intensa de atividades externas. Durante o ano de 2015, Dresch percorreu o estado para ouvir a sociedade, levantar demandas locais e debater políticas públicas de desenvolvimento que diminuam as desigualdades regionais de Santa Catarina e proporcionem um crescimento inclusivo.

"Iniciamos esse primeiro ano do nosso terceiro mandato debatendo com a sociedade. Nosso mandato tem essa característica consolidada que é ouvir a base, discutir as ações com os trabalhadores do campo e da cidade. O resultado são projetos de lei, lutas políticas e desenvolvimento de ações que trazem resultados concretos para a população", diz.

Fruto desse processo foram os projetos de lei apresentados pelo deputado durante o ano. Entre eles, o que determina que pelo menos 20% dos alimentos fornecidos aos alunos de rede pública de ensino sejam orgânicos, cultivados sem o uso de agrotóxicos.

Também com viés de sustentabilidade, Dresch assina o PL 198/2015, que tem o objetivo de estimular a microgeração de energia elétrica a partir de fontes limpas, como a energia solar ou eólica, e o PL 71/2015, que determina que o plantio de árvores exóticas (pínus e eucaliptos) respeite uma distância mínima de 20 metros em relação às linhas de distribuição, como forma de evitar apagões.

A cobrança da sociedade por fiscalização, transparência e bom uso do dinheiro público motivou a elaboração do PL 369/2012, que obriga o Governo do Estado a informar o preço pago pela propaganda institucional na peça publicitária.

CONTRA O ESTADO MÍNIMO DO GOVERNO COLOMBO

O ano de 2015 foi marcado no Parlamento pela luta contra o desmonte das estruturas públicas e pelo ataque aos direitos dos trabalhadores do serviço público. Para o deputado Dirceu Dresch, a publicidade do Governo Colombo tenta esconder uma realidade bem diferente.

No quesito rodovias estaduais, 97,2% das estradas de competência do governo estadual estão em condição "péssima" e "ruim", conforme a Pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) de 2015. Na segurança pública, o estado tem a metade dos policiais necessários (é o quarto entre os piores do Brasil em número de policiais), com reflexo no aumento da criminalidade, e um sistema penitenciário com presídios superlotados e número reduzido de trabalhadores.

A Epagri e a Cidasc estão sofrendo um profundo esvaziamento do corpo técnico. O não cumprimento do Plano de Cargos e Salários da Cidasc e a terceirização dos serviços pode comprometer o status sanitário de Santa Catarina. Na educação, o Governo Colombo não aplica o piso nacional na carreira do magistério, desvaloriza os profissionais e precariza condições de trabalho. Metade dos professores são contratados em regime temporário (ACTs). Na saúde, obras intermináveis, desvalorização dos servidores e terceirização de serviços fundamentais são marcas da gestão Colombo.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Santa Catarina foi destaque nacional por se tornar destino de imigrantes vindos principalmente do Haiti e do Senegal. A Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida pelo deputado Dirceu Dresch, foi referência de entidades que reivindicam políticas de acolhimento e realizou audiência pública sobre o tema no mês de julho. A pressão deu resultado: o governo catarinense enviou ao Legislativo o projeto que resultou na criação do Conselho Estadual do Imigrante e do Refugiado.

Dr. Vicente Augusto Caropreso

PSDB

Idade: 59 anos
Formação/Profissão: médico neurologista
Base eleitoral: Jaraguá do Sul e região
Mandato: 2015-2019

1º ANO DE MANDATO

A PALAVRA DE ORDEM É TRABALHO COM FOCO NA EFICIÊNCIA PÚBLICA

Dr. Vicente acredita que o Estado deve ser eficiente e fechou o primeiro ano do mandato com propostas concretas para a população. O parlamentar, que já foi deputado federal, mostrou-se atuante nas comissões, nos debates em plenário e durante as reuniões em defesa dos interesses regionais, sempre com o objetivo de honrar os 41.089 votos de confiança.

UM MÉDICO TRABALHANDO POR UMA SAÚDE DE QUALIDADE

Os hospitais filantrópicos de Santa Catarina enfrentam um grande déficit devido à tabela desatualizada do SUS. O deputado vem denunciando o problema. Dr. Vicente defende a regionalização da saúde para melhorar a grande falha do sistema público que são os procedimentos de média complexidade.

Na Frente Parlamentar pelo Pacto Federativo, foi o autor da proposta de alteração na Constituição Federal que prevê 10% da receita corrente bruta aplicada na área da saúde. Com isso, até 2020 o investimento em saúde pode crescer em até R$ 40 bilhões.

Ainda na área da saúde, Dr. Vicente teve aprovado o projeto de lei de sua autoria que institui 27 de março como o Dia de Conscientização sobre a Epilepsia. A intenção é chamar a atenção do governo para dispor mais recursos para a assistência das 134 mil pessoas em Santa Catarina que convivem com a doença. O deputado tenta reativar as cirurgias de epilepsia no estado.

POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Uma das preocupações do parlamentar é a preparação mais eficiente dos jovens para o mercado de trabalho. O deputado acredita que a educação em tempo integral é o melhor mecanismo de proteção social para crianças e adolescentes. "Tenho certeza que essa frente parlamentar dará os caminhos para que o governo comece a apostar de uma maneira mais incisiva na imediata instalação do contraturno escolar, com ou sem parcerias de entidades não governamentais", ressalta.

O ensino de informática e as condições das bibliotecas são outras preocupações. Dr. Vicente também fiscalizou o sistema socioeducativo, denunciando a falta de estrutura e uma demanda reprimida de 353 vagas para adolescentes infratores no estado.

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O deputado percorreu o estado para divulgar e incentivar a destinação de recursos para o Fundo da Infância e Adolescência (FIA). Foram realizados quatro seminários regionais com o objetivo de qualificar profissionais de prefeituras e entidades para que o FIA seja utilizado da melhor maneira possível no estado. Além disso, obteve importantes parcerias com entidades não governamentais.

Dr. Vicente também apoia as Apaes. O parlamentar, que há mais de 30 anos é médico voluntário da Apae de Jaraguá do Sul, conhece e defende essa realidade.

TRANSPORTES

O deputado promoveu audiência pública para tratar da Ferrovia Litorânea, obra fundamental ao desenvolvimento do estado. Dr. Vicente teme que os cerca de R$ 19 milhões já investidos sejam jogados no lixo, pois o projeto está parado em função da área indígena do Morro dos Cavalos. "A sociedade está amargando prejuízos. A posição da Funai é antirrepublicana e contra Santa Catarina", completa.

A manutenção das estradas que cortam a região Norte foi tema de audiências, ofícios, indicações e pronunciamentos. Por emenda, o deputado destinou R$ 5 milhões do Plano Plurianual para a regional de Jaraguá do Sul visando à melhoria nas rodovias. Junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit), cobrou a conclusão do viaduto da entrada de Schroeder e a aceleração nas obras de duplicação da BR-280. Em Brasília, apoiou o processo de estadualização do trecho urbano da rodovia.

Gabriel Ribeiro

PSD

Idade: 36 anos
Formação/Profissão: advogado
Base eleitoral: Serra catarinense
Mandato: 2015-2019

REPRESENTANTE DA SERRA NA ALESC

PROPOSTAS DE CUNHO SOCIOECONÔMICO

A chegada do deputado Gabriel Ribeiro à Assembleia Legislativa representa a retomada da representatividade da Serra no Parlamento. Jovem de 36 anos e único eleito pela região, ele traz a experiência de ter sido secretário de Estado de Desenvolvimento Regional.

O primeiro projeto de lei apresentado por Gabriel Ribeiro é fruto das andanças pelos belos campos serranos. Mais de 2 mil famílias produzem o queijo artesanal serrano. Apesar de gostoso e diferenciado, a venda ocorre à margem da lei. A proposta de regulamentação feita pelo parlamentar está baseada em estudo realizado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), com especificações técnicas que garantem a qualidade do produto. "O queijo serrano representa mais que um alimento. É história, cultura, amor transmitido de geração a geração, é a essência do povo serrano."

Outro projeto relevante e de cunho social apresentado pelo deputado refere-se às sobras de alimentos. A proposta trata daquilo que não chegou a ser servido ao consumidor e especifica as condições de armazenamento para serem doadas a entidades assistenciais que trabalham com pessoas carentes.

No Brasil, 26 milhões de toneladas de alimentos são desperdiçadas por ano, segundo cálculo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A proposta exclui os restos que ficam nos pratos. Refere-se às sobras de alimentos prontos de balcões térmicos ou refrigerados. O projeto prevê que as entidades doadoras e receptoras que participarem de programa de reutilização de gêneros alimentícios sigam parâmetros e critérios nacionais e internacionais reconhecidos que garantam a segurança do alimento em todas as etapas: produção, transporte, distribuição e consumo.

EM DEFESA DO PRODUTOR CATARINENSE

O deputado Gabriel Ribeiro tem atuação marcante na Alesc. Liderou audiência pública com produtores que perdem lavouras com o ataque de javalis. Como a caça do javali é cara, o parlamentar manteve contatos com grupos de caçadores e órgãos ambientais para agilizar a captura dos animais. Além disso, o governo apresentou um plano de ação para resolver o problema.

Outra ação foi apoiar os produtores de maçã na articulação contra a importação da fruta pelo Brasil. Não se trata de reserva de mercado, mas de evitar que o país importasse da China maçãs subsidiadas e sem o controle fitossanitário exigido aqui. Gabriel Ribeiro elaborou uma moção à presidente Dilma Rousseff para a importação ser revista, o que ocorreu.

Na área social, o deputado conseguiu viabilizar um ônibus adaptado para a Apae de Otacílio Costa. Para usar o atual veículo, cadeirantes são embarcados em rampa improvisada feita de madeira.

GABINETE ITINERANTE OUVE COMUNIDADES

Ao assumir na Alesc, Gabriel Ribeiro estabeleceu a meta de ouvir comunidades sem intermediários. Em agosto, implantou o Gabinete Itinerante, forma simples de escutar a população. Foram realizadas reuniões em três bairros lageanos e em Capão Alto, Correia Pinto e São Joaquim. Olho no olho, as pessoas expõem os problemas comunitários.

De posse dos pedidos, o parlamentar percorre órgãos do governo para encaminhar as solicitações. Muitas questões são respondidas durante os encontros do Gabinete Itinerante. "O Brasil precisa não apenas de jovens políticos, mas de uma nova política, com atitude e ação feita olho no olho com a sociedade. Por isso, inovamos com o Gabinete Itinerante."

Gean Loureiro

PMDB

Idade: 43 anos
Formação/Profissão: advogado e administrador, com pós-graduação em Engenharia do Conhecimento
Base eleitoral: Grande Florianópolis
Mandato: 2015-2019

GEAN LOUREIRO BUSCA MAIOR RESPEITO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PROJETOS QUE REGULAMENTAM A RELAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS SÃO BANDEIRAS DE LUTA DO DEPUTADO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

A busca pelo respeito ao direito do consumidor foi uma das principais bandeiras do deputado Gean Loureiro durante seu primeiro ano de mandato. Destaque como um dos parlamentares mais atuantes, Gean apresentou projetos de lei que regulamentam e criam regras justas na relação entre consumidor e prestadores de serviços. Um exemplo disso é o projeto que proíbe uma velha prática que tem sido usada por alguns estacionamentos para se eximirem de suas responsabilidades em caso de furtos de veículos. É comum, em alguns estabelecimentos, placas do tipo: "não nos responsabilizamos pelos objetos deixados dentro dos veículos". De acordo com o deputado, esse tipo de informação, além de inverídica, induz o consumidor a não procurar seus direitos em caso de furtos e danos ao veículo. Outra relação conturbada entre consumidor e prestadores de serviço é na área da telefonia. Atento às maiores reclamações da população, o deputado Gean Loureiro apresentou projeto que pretende tornar mais rígidas as multas e sanções para operadoras de telefonia em caso de interrupções dos serviços sem aviso prévio. "Dependemos cada vez mais da tecnologia para o trabalho e dia a dia em geral e, por isso, é inconcebível ficar sem comunicação e nem qualquer aviso prévio", justifica Gean. Já na área de vendas, o deputado busca uma regulamentação adequada para a entrega de produtos e serviços. Por isso, um projeto de lei pretende exigir que os vendedores estipulem o dia e o horário da entrega, facilitando a vida do consumidor. "Não é certo que alguém tenha que perder um dia inteiro esperando por um produto ou serviço. Estipular o horário e a data é o mínimo para uma relação saudável de compra e venda", destaca Gean.

MOBILIDADE URBANA: FRENTE PARLAMENTAR BUSCA SOLUÇÕES PARA O TRÂNSITO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Pensando em dar força política às soluções rápidas para melhorar o trânsito da região, Gean criou a Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis. Com a adesão de quase todos os deputados, a frente parlamentar trabalha em conjunto com os órgãos de trânsito para resolver questões de curto e médio prazo.
Gean tem buscado em Brasília soluções para amenizar as filas a que milhares de famílias são submetidas diariamente. Junto ao ministro dos Transportes, ele recebeu um sinal positivo para o início do projeto da terceira pista da Via-Expressa (BR-282). Já na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o deputado também solicitou uma terceira faixa para a BR-101, na Grande Florianópolis. De acordo com o órgão, a concessionária da via também já foi autorizada a iniciar o estudo para implantação.

MEIO AMBIENTE E TURISMO

Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, Gean tem defendido a importância do turismo caminhar em conjunto com o meio ambiente, um fortalecendo o outro. Por isso, tem feito da comissão um grande espaço de discussão entre ambientalistas, profissionais de turismo e sociedade. "O turismo é uma das áreas de desenvolvimento mais democráticas quando falamos de distribuição de renda. E em tempos de crise, então, pode se transformar em uma grande mola propulsora para a retomada do crescimento econômico", explica Gean.

Gelson Luiz Merisio

PSD

Idade: 50 anos
Formação/Profissão: administrador
Base eleitoral: Oeste e Extremo-Oeste
Mandatos: 2005/2006, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2018

FOCO NA GESTÃO MAIS EFICAZ E ALINHADA ÀS EXPECTATIVAS DA SOCIEDADE

Pela terceira vez à frente da Presidência da Assembleia Legislativa, o deputado Gelson Merisio adotou medidas de gestão com o objetivo de reduzir despesas, enxugar a máquina administrativa e racionalizar o serviço público. Muitas ações foram repensadas para resultar em um modelo de administração mais moderno e eficaz. Entre elas, estão a adoção de regras mais rígidas para a concessão de diárias de viagem, o que gerou uma economia de 30% sobre os valores gastos em 2014.

No início de 2015, o deputado também extinguiu a verba de alimentação destinada aos gabinetes. Outra medida de contenção de gastos está relacionada aos escritórios de representação dos parlamentares em suas bases eleitorais. Cada um recebia R$ 8 mil para custear essas estruturas. Agora, a Assembleia banca o custo de locação e manutenção de no máximo R$ 2,5 mil mensais.

Ainda como forma de aperfeiçoar a administração da Casa e qualificar o quadro de pessoal, o Parlamento fará a extinção gradual de cargos efetivos e terceirizados. A redução de pessoal, segundo o parlamentar, não prejudicará o andamento dos serviços, porque virá acompanhada de investimentos em tecnologia.

O conjunto de medidas adotadas neste ano possibilitou ao Parlamento uma economia de R$ 100 milhões, recurso que, de acordo com Merisio, será aplicado no Banco do Brasil, com prazo definido, com a renda definida e que ficará como reserva ao Estado para enfrentar as prováveis dificuldades que virão em 2016. "Tenho plena consciência que será um ano de transição. O Estado terá que estar preparado para enfrentar esse momento e nós vamos fazer a nossa parte construindo uma reserva de R$ 100 milhões, que ficarão à disposição de Santa Catarina, e não para fechamento de caixa e de custeio de 2015.

CONTROLE PERMANENTE COM CRIAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL INTERNA

No final de 2015, mais um passo relevante para aperfeiçoamento dos processos da Assembleia foi alicerçado pelo deputado Gelson Merisio, com apoio da Mesa Diretora da Casa, a criação da Controladoria-Geral da Alesc.

Segundo justificou o presidente da Casa, a criação da Controladoria-Geral fortalecerá e institucionalizará o controle interno através de um sistema integrado, nos moldes preconizados pela Constituição do Estado, atendendo assim os reclames da sociedade, que exige cada vez mais transparência e qualidade no uso dos recursos públicos.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

Outro grande avanço do Parlamento catarinense que contou com total apoio do presidente Gelson Merisio foi a consolidação das leis estaduais. Para facilitar o acesso da população às leis e garantir maior segurança jurídica ao Estado - diferencial essencial para atrair novos investimentos em momentos de crise como a que passa o país, a Assembleia está realizando um trabalho de consolidação das leis estaduais. Essa é outra ação pioneira do Legislativo catarinense, que iniciou ainda na gestão passada do presidente Merisio frente à Casa.

Em 2015, foram aprovados em Plenário cinco projetos de leis e dois projetos de leis complementares consolidando as leis estaduais do período de 1947 a 2014. Com isso, 49% da legislação catarinense, ou 8.409 leis estaduais de um total de 18.393, estão efetivamente consolidados. A previsão é que até julho de 2016, 100% das leis terão passado pela depuração.

PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES NA CRIAÇÃO DAS LEIS

No primeiro dia de dezembro, o deputado Gelson Merisio, com apoio dos deputados Marcos Vieira (PSDB) e Mauro de Nadal (PMDB), apresentou projeto de resolução alterando o Regimento Interno da Casa e propondo a ampliação da participação de entidades da sociedade civil organizada nas discussões de propostas em tramitação nas comissões. O texto foi aprovado em Plenário em 16 de dezembro, após receber o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e apoio das entidades.

O projeto assegura às entidades da sociedade civil, devidamente regularizadas, o direito de se manifestarem formalmente quanto a assuntos nos quais tenham interesse durante a tramitação de proposições na Alesc, demonstrada a pertinência temática. O objetivo, segundo Merisio, é garantir a atuação direta da sociedade civil organizada no processo legislativo.

Ismael dos Santos

PSD

Idade: 50 anos
Formação/Profissão: administração de empresas, Letras, especialista em Comunicação, mestre e doutor em Literatura.
Base eleitoral: Vale do Itajaí (Blumenau)
Mandatos: 2008-2011; 2011-2015 e 2015-2019.

MAIS DIREITOS

LEI APROVADA FACILITA PAGAMENTO DE CONTAS DE CONSUMO VENCIDAS

A Assembleia Legislativa aprovou, em 2015, proposta do deputado Ismael dos Santos (PSD) que determina que as concessionárias de serviços públicos de água e energia disponibilizem aos consumidores maior facilidade para o pagamento de faturas em atraso. A medida permitirá evitar cortes no fornecimento desses serviços essenciais e registro em cadastros de proteção de crédito (SPC, Serasa).

Segundo o projeto de lei apresentado pelo deputado Ismael e aprovado pelo Plenário, as concessionárias deverão emitir junto à fatura atual de consumo os débitos pendentes, inclusive com código de barras para o pagamento da fatura atrasada, sem a necessidade do consumidor emitir uma segunda via. "Muitos catarinenses tiveram o fornecimento de energia ou água suspenso sem ter conhecimento de débitos, foram incluídos em cadastros de maus pagadores e ainda precisaram arcar com taxas altíssimas de religação," declarou o parlamentar.

CONTATO COM A POPULAÇÃO

O deputado Ismael comemora recorde de interatividade com o cidadão catarinense. Foram milhares de contatos com o cidadão. O respeito aos anseios de cada um dos catarinenses é o principal compromisso do mandato na Assembleia Legislativa. O parlamentar considera imprescindível ouvir as pessoas, seja pessoalmente em cada uma das cidades visitadas ou por meio do contato instantâneo e direto possibilitado pelas ferramentas da internet. "Poder servir os catarinenses e conhecer a opinião daqueles que me escolheram como representante é muito gratificante", ressalta Ismael, que atualmente possui mais de 22 mil amigos nas principais redes sociais.

ISMAEL LIDERA A DEFESA DAS FAMÍLIAS NO LEGISLATIVO

Na qualidade de presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Alesc, o deputado Ismael dos Santos afirma que "o Programa Reviver de atenção ao dependente químico traduz a maior ação de enfrentamento às drogas em nosso estado."

Em 2014, foram credenciadas 70 comunidades terapêuticas em todas as regiões de Santa Catarina. Mais de 7 mil dependentes químicos foram atendidos, em forma de acolhimento, num investimento de R$ 12 milhões. Em 2015, já foram devidamente orçados outros R$ 10 milhões. Cada comunidade terapêutica pode acolher até dez dependentes químicos financiados pelo governo estadual. A expectativa era de, ainda em 2015, implementar o serviço de biometria em cada uma das 82 comunidades terapêuticas credenciadas junto ao Programa Reviver. "Isso é uma novidade no país e dará maior transparência ao dinheiro público que está sendo investindo na reabilitação desses dependentes de substâncias psicoativas", lembra Ismael.

A luta contra a ideologia de gênero foi outra frente de batalha no Legislativo catarinense. A defesa da família é a marca de Ismael no Parlamento. Assim que chegou ao Legislativo, o Plano Estadual de Educação recebeu atenção especial do deputado. O parlamentar trabalhou para a retirada das metas que pretendiam disseminar para as crianças catarinenses valores contrários aos valores familiares.

Ismael ressalta que, em síntese, a ideologia de gênero consiste no esvaziamento jurídico do conceito de homem e mulher. Foram meses de audiências públicas em todas as regiões do estado, apresentando para famílias, alunos e professores os riscos de tornar obrigatória, como sustentavam os defensores de tais conceitos, a inclusão de kits de doutrinação ideológica que desvirtuam os referenciais sociais estabelecidos.

Jean Kuhlmann

PSD

Idade: 40 anos
Formação/Profissão: administrador, com especialização em Administração Pública
Base eleitoral: Vale do Itajaí
Mandatos: 2007–2011,2011–2015 e 2015–2019

MANDATO

LEIS PARA MELHORAR O DIA A DIA DO CATARINENSE

Não é mais obrigatório autenticar em cartório cópia de documentos a serem entregues em repartições do Governo do Estado de Santa Catarina. É o que determina a Lei estadual 16.741, sancionada no dia 21 de outubro de 2015.

De autoria de Jean Kuhlmann, o projeto que criou a lei torna dispensável a apresentação de cópia autenticada em cartório dos documentos exigidos nos atos praticados junto à administração pública estadual, seja ela direta, indireta e suas fundações.

Jean sempre defendeu que uma das tarefas do legislador é facilitar a vida do cidadão, diminuindo ao máximo possível a burocracia que torna a vida do catarinense mais cara e complicada. Já iniciou mobilização junto aos órgãos estaduais, entidades da sociedade civil, prefeituras e Câmaras municipais para que a Lei 16.741 seja efetivamente cumprida.

Matéria apresentada por Jean que está em tramitação na Assembleia altera a Lei 7.541, de 1988, tornando entidades de utilidade pública isentas do pagamento da taxa de segurança contra incêndios e taxa de fiscalização de projetos de construção e vistoria.

O projeto que estabelece a gratuidade na travessia por ferryboats e balsas para ambulâncias do Samu, dos bombeiros e outros veículos das unidades de saúde pública destinados ao transporte de pacientes virou lei estadual em novembro.

Outros assuntos de grande importância estão se tornando política de Estado por conta da atuação de Jean. Projeto apresentado em 2015 torna a maricultura atividade de interesse social e econômico, estabelecendo as condições para seu desenvolvimento sustentável em Santa Catarina.

Por fim, já é lei estadual o projeto de Kuhlmann que instituiu o Maio Amarelo no calendário oficial do Estado. O Executivo catarinense foi o primeiro a instituir a mobilização mundial pela paz no trânsito na forma de lei.

HELICÓPTERO ARCANJO PERMANECE EM BLUMENAU

Por proposição de Jean Kuhlmann, a Assembleia Legislativa aprovou indicação que pediu ao governador Raimundo Colombo, ao Corpo de Bombeiros e aos secretários estaduais de Segurança Pública, Cesar Grubba, e de Saúde, João Paulo Kleinübing, a permanência do helicóptero de busca e salvamento Arcanjo em Blumenau.

A princípio, a aeronave ficaria na cidade apenas por quatro semanas, até o início de novembro. Dia 22 de outubro, no entanto, o governador anunciou que a base permanente do equipamento ficaria no município. "Foi uma grande conquista, e obtida com a efetiva participação do Parlamento catarinense, atento aos anseios da comunidade."

Até o dia 12 de novembro, o Arcanjo realizou 87 ocorrências em Blumenau e diversas cidades do Vale do Itajaí. Foram mais de dois atendimentos por dia, comprovando sua importância. "Ao trabalhar pela permanência operacional do helicóptero na região, o Parlamento trabalhou pela vida!"

HOMENAGENS PARA QUEM LUTA PELA VIDA

Os 30 anos do CVV Blumenau e de atividades do Centro de Valorização da Vida no estado foram comemorados na sessão especial promovida pela Assembleia Legislativa no dia 30 de setembro de 2015.

A homenagem proposta por Jean Kuhlmann trouxe ao plenário do Legislativo catarinense o relato do professor e médico legista Lorival Saade, idealizador do CVV blumenauense - o primeiro a iniciar seu trabalho em Santa Catarina, em 10 de outubro de 1985.

Outra entidade homenageada por Kuhlmann foi a Associação Renal Vida de Blumenau, que recebeu a Comenda do Legislativo Catarinense pelo trabalho com os pacientes renais de 45 municípios do Vale do Itajaí.

João Amin

PP

Idade: 35 anos
Formação/Profissão: administração
Base eleitoral: Grande Florianópolis
Mandatos: 2015-2018

POR UMA SANTA CATARINA PLANEJADA E SUSTENTAVELMENTE DESENVOLVIDA

Após ser vereador e vice-prefeito de Florianópolis, João Antônio Heinzen Amin Helou, filho de Esperidião Amin e Angela Amin, foi eleito em 2014 para seu primeiro mandato como deputado estadual, alcançando votos em todas as regiões de Santa Catarina, em especial na Grande Florianópolis e no Médio Vale do Itajaí. Seu mandato tem se caracterizado pelo trabalho em favor de projetos que defendam a inclusão social, o meio ambiente e a qualidade de vida, de forma a planejar o futuro e o desenvolvimento do estado de maneira sustentável, eficiente e transparente.

No Parlamento catarinense, é membro das comissões de Constituição e Justiça; de Turismo e Meio Ambiente; de Segurança Pública e de Ética e Decoro Parlamentar. Na presidência da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, pautou sua atuação na melhoria da infraestrutura e encabeçou o movimento pela extinção da cobrança de tributos relativos ao Terrenos de Marinha.

INFRAESTRUTURA

Como presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, o deputado estadual João Amin realizou audiências e reuniões cobrando a melhoria de diversas rodovias catarinenses, como SC-405, SC-401, SC-403, SC-407, SC-477, SC-417, SC-110 e SC-108. Também se engajou na fiscalização dos trabalhos de recuperação da Ponte Hercílio Luz, na cobrança junto ao governo federal em relação ao início das obras da alça de contorno da Grande Florianópolis e na implantação da Ferrovia Litorânea Sul. Outra ação importante foi a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Ocupantes de Terrenos de Marinha, presidida pelo deputado, que provocou uma das maiores audiências públicas já realizadas pela Alesc, com ampla participação popular e a presença de especialistas no assunto. A iniciativa gerou a instituição da Comissão Especial da Câmara Federal para tratar das matérias referentes ao tema, até então paradas no Congresso Nacional e hoje com debate retomado em virtude destas ações.

ALGUMAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS PELO DEPUTADO JOÃO AMIN EM 2015:

Projeto ampara deficiente assistido por servidor estadual dispõe sobre a flexibilização do horário de trabalho de servidores responsáveis por pessoas com deficiência.

Programa Famílias Acolhedoras - pretende possibilitar a crianças e adolescentes, sob medida de proteção por impossibilidade de permanência com sua rede familiar - uma vez que existe violação de direitos - o amparo em famílias acolhedoras, a fim de assegurar uma convivência saudável e preservar o vínculo comunitário.

Plano Estadual de Esporte e Lazer visa estabelecer políticas, diretrizes, programas, metas e estratégias por meio de princípios de fomento que assegurem o processo de gestão contínua, democrática e participativa, além do pleno desenvolvimento do esporte e lazer no estado.

Sistema Cicloviário de Santa Catarina a ideia tem ampla abrangência, mas basicamente impõe a integração aos sistemas viários e de transporte dos municípios catarinenses, de modo a incentivar e alcançar a utilização segura da bicicleta como meio de transporte.

Armazenamento e reuso de água obriga os postos de serviço e lava-rápidos a instalarem sistema para reuso da água utilizada em suas atividades, bem como sistema de captação de água da chuva.

PEC que dispões sobre as operações com cartões de crédito define que o Imposto Sobre Serviços (ISS) seja faturado para o município em que o gasto foi realizado, tendo em vista que na regra atual o imposto é revertido para o município que sedia a operadora da bandeira de cartão de crédito. João Amin também foi o proponente de homenagens aos 250 anos da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, aos 116 anos da Morte do Poeta Cruz e Sousa e aos 50 anos do Rancho de Amor à Ilha, além da Comenda do Legislativo à Apae de Indaial.

José Milton Scheffer

PP

Idade: 56 anos
Profissão/Formação: engenheiro agrônomo
Base eleitoral: Sul
Mandatos: 2011-2015 e 2015-2019

MOBILIZAÇÃO

FORÇA PARA O COOPERATIVISMO

Um dos setores que mais tem crescido no estado, o cooperativismo há muito tempo tem reivindicado uma política estadual de regulamentação e apoio ao segmento. Tal pleito teve a primeira etapa vencida com a aprovação por unanimidade na Assembleia Legislativa do Projeto de Lei de Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Elaborada por meio do estudo e debate dos deputados que compõem a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop/SC), presidida pelo deputado Zé Milton, em parceria com o governo do Estado e lideranças cooperativistas, a proposta tem como finalidade instituir a política estadual de apoio ao cooperativismo. Refere-se a um conjunto de diretrizes e regras voltadas ao incentivo a todos os ramos do cooperativismo, estimulando o desenvolvimento e crescimento do segmento, assim como a criação do Conselho Estadual do Cooperativismo. "Estamos dando um grande passo. Há muito o setor reivindica uma regulamentação estadual para garantir a idoneidade e o fortalecimento do cooperativismo", defendeu Zé Milton, destacando o exemplo e os resultados positivos do setor na geração de emprego, aquecimento econômico e do ganho social.

HUMANIZAÇÃO E GARANTIA DO ATENDIMENTO

Em 2015 foi sancionada pelo governador Raimundo Colombo a Lei 16.769, que obriga as agências bancárias no território catarinense a dispor no interior de suas unidades guichê de caixa com atendimento presencial.

De autoria do deputado Zé Milton, a proposição atende a um antigo pedido feito por populares durante reuniões promovidas nas comunidades, que informavam sobre a falta de caixas nas agências totalmente informatizadas.

Para o deputado, embora a evolução tecnológica facilite e agilize os procedimentos bancários, há ainda uma parcela da população que não tem acesso ou não é receptiva à tecnologia. "Não há de nossa parte oposição em relação à adoção dos avanços tecnológicos. O que não podemos conceber é deixar de garantir aos cidadãos, em especial aos idosos e aos mais carentes, o atendimento presencial de pelo menos um caixa nas agências bancárias", defendeu o parlamentar, ressaltando que há também a redução do emprego bancário e o aumento do volume de trabalho.

SAÚDE

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, Zé Milton, com o apoio de seus pares na Assembleia Legislativa, teve muitas vitórias para a saúde na obtenção de recursos e investimentos aos hospitais catarinenses. Porém, na percepção do parlamentar, há muito o que se fazer para evitar um colapso na saúde, em especial no que se refere às instituições filantrópicas, responsáveis por 80% dos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) . "Nossos hospitais filantrópicos têm prestado um grande serviço ao Estado, porém a baixa remuneração e o atraso por parte dos governos tem ocasionado uma crise na saúde. Tivemos algumas vitórias para amenizarmos o déficit financeiro, mas temos que elaborar e implantar políticas de apoio à área", afirmou o deputado.

Zé Milton destacou o projeto de sua autoria que isenta os hospitais filantrópicos do ICMS nas contas de serviços públicos estaduais. "Há muito estamos pleiteando com os governos estadual e federal ações que possam minimizar os débitos com a saúde. Esta é mais uma proposta que estamos buscando para aliviar o caixa desses hospitais, que com seu trabalho têm mantido a saúde em funcionamento", finalizou.

José Nei Alberton Ascari

PSD

Idade: 48 anos
Formação/Profissão: advogado
Base eleitoral: Sul, Grande Florianópolis e Planalto Serrano
Mandatos: 2011-2015 e 2015-2019

BANDEIRAS

LEGISLADOR E DEFENSOR DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No momento em que encerra o primeiro ano do seu segundo mandato na Assembleia Legislativa, o deputado estadual José Nei Ascari marca esse período reforçando seu trabalho de apoio aos municípios, às entidades organizadas, mas também atuando dedicadamente ao trabalho legislativo.

Trabalhando como elo entre as administrações municipal e estadual, participa da defesa dos interesses dos municípios, buscando reforço nos investimentos para a melhoria da infraestrutura e dos serviços essenciais. Da mesma maneira, dedica-se às atividades de apoio ao desenvolvimento das entidades organizadas, colaborando seja na articulação para a liberação de recursos públicos, seja na realização de atividades de capacitação e de troca de conhecimentos.

Mas é no ambiente do Parlamento que o deputado José Nei Ascari concentra a maior parte de suas ações. Membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desde que chegou ao Legislativo estadual em 2011, no primeiro mandato, o deputado atuou como relator em importantes projetos de lei. Também foi proponente de outros com alcance social e para a implantação de dias destinados à divulgação de campanhas educativas ou para combater o preconceito contra pessoas com deficiência. Além da CCJ, o parlamentar também integra a Comissão de Legislação Participativa.

Em 2015, Ascari assumiu a presidência da Frente Parlamentar em Defesa da Suinocultura Catarinense e representou a Assembleia Legislativa em evento internacional realizado na França, quando Santa Catarina recebeu o título de zona livre de peste suína clássica, um marco para o mercado exportador do estado e que confirma a excelência do trabalho realizado pelos produtores, empresas do segmento e poder público.

ATUAÇÃO EM PROL DA INCLUSÃO

Mantido na presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o deputado José Nei Ascari orientou o trabalho no sentido de priorizar a parceria e valorização das entidades de apoio e atendimento à pessoa com deficiência. Neste sentido, incluiu a comissão como apoiadora de inúmeras ações de capacitação nos mais diversos segmentos.

Ao final de 2015, relacionadas todas as atividades promovidas ou apoiadas pela comissão, incluindo fóruns de debate ou seminários técnicos e de capacitação, somam aproximadamente 16 mil participantes. Uma dessas atividades foi o Seminário Descentralizado sobre Autismo, que iniciou em 2014 e encerrou em 2015, chegando a todas as regiões catarinenses, levando informação a profissionais e apoio para famílias que tiveram diagnóstico confirmado de autismo. Além disso, foram realizadas parcerias com associações de cegos, de surdos, de deficientes físicos e com a Federação das Apaes de Santa Catarina.

BENEFÍCIO PARA FAMÍLIAS É AMPLIADO

Em 2015, as famílias catarinenses com o registro de trigêmeos ou mais que recebem auxílio financeiro do Estado obtiveram uma conquista importante com a ação do deputado José Nei Ascari. Em projeto de lei apresentado pelo parlamentar, foi aprovada alteração na lei vigente para ampliar a idade limite de recebimento de seis para 12 anos.

Além disso, o valor foi reajustado e também passou a ter um indexador para um reajuste anual. Com a nova lei, centenas de famílias já beneficiadas ganharam apoio importante para garantir o atendimento básico das crianças, principalmente porque em muitos casos a ocorrência da gestação múltipla retira a mãe do mercado de trabalho e reduz a renda familiar.

Kennedy Nunes

PSD

Idade: 45 anos
Formação/Profissão: jornalista
Base eleitoral: Joinville
Mandatos: 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019

NOVOS DESAFIOS

PACTO COM A EVOLUÇÃO

A vida de Kennedy Nunes sempre foi assim: cheia de desafios, desde os tempos de menino. Já naquela época, ele sonhava em se tornar um político para ajudar pessoas. E o sonho do garoto tornou-se realidade. Hoje, deputado estadual, prometeu a si mesmo um objetivo e cumpriu.

No início do mês de agosto, Kennedy afirmou que até outubro teria em mãos o apoio de 14 Assembleias do país para promover mudanças no Pacto Federativo. Ele conseguiu mais. Incluindo Santa Catarina, 17 Assembleias apoiaram o sonho idealizado pelo deputado Fernando Coruja (PMDB): Roraima, Amazonas, Rondônia, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Amapá.

Veja as quatro propostas:

1) Dar autonomia para os estados legislarem sobre energia, transporte e trânsito, propaganda comercial, minas, jazidas e sistema agrário.

2) Incluir novos tributos e aumentar a parcela de participação dos estados e municípios em 10%.

3) Permitir que eleitores apresentem emendas à Constituição Federal. Será necessária a adesão de 3% do eleitorado brasileiro, em 14 estados, com no mínimo 1% de seus eleitores.

4) Tornar obrigatória a destinação de 10% da receita bruta da União para investimentos em saúde pública. Isso significaria um acréscimo de 30% investido no Sistema Único de Saúde (SUS).

As propostas são protocoladas como emenda constitucional. Se aprovadas, os estados e municípios terão um incremento de 40% de recursos por meio dos repasses do governo federal. Um fato inédito que muda a relação do governo federal com os estados e municípios e garante a Kennedy que o sonho do garoto se realiza pelos caminhos da ética e da vocação política!

KENNEDY NUNES HOMENAGEIA ANTÔNIO GAVAZZONI COM COMENDA DO LEGISLATIVO

Kennedy Nunes, assim como todos os deputados, deveria escolher entre os cidadãos de Santa Catarina aquele a quem concederia a Comenda do Legislativo Catarinense. A honraria é oferecida anualmente aos que promovem o engrandecimento social, cultural, político e econômico do estado.

Kennedy não teve dúvidas. Concedeu a comenda a Antônio Gavazzoni, secretário estadual da Fazenda. Gavazzoni mostrou-se incansável na luta para fazer de Santa Catarina um estado modelo para o país.

Num momento de crise, em que os estados estão com imensas dificuldades financeiras, Santa Catarina está com as finanças em dia e ainda concede 20% de aumento para a segurança pública.

Por isso, e por tantas qualidades mais, Kennedy Nunes ofereceu a Gavazzoni uma das maiores conquistas de sua vida: a Comenda do Legislativo Catarinense. Mérito para mostrar aos filhos e à sociedade catarinense.

FISCALIZAÇÃO

O deputado Kennedy Nunes visitou a 2ª Companhia de Aviação de Joinville. Lá, o parlamentar viu um helicóptero que custa 2,5 milhões de dólares, exposta às chuvas e ao sol forte. Kennedy se comprometeu a encaminhar ao governo do Estado o pedido para a construção de um hangar para a aeronave.

Kennedy Nunes cumpriu a promessa e levou ao governador Raimundo Colombo o processo para construir o hangar. O chefe do Poder Executivo autorizou na hora R$ 630 mil para a construção. No início de 2016, nova solicitação de R$ 200 mil será feita para a construção do muro que protege toda a área destinada ao helicóptero.

Leonel Pavan

PSDB

Idade: 61 anos
Formação/Profissão: empresário
Base eleitoral: Balneário Camboriú e Vale do Itajaí Mandato: 2015-2019

A FORÇA DE QUEM FAZ

LEONEL PAVAN ESTÁ EM SEU OITAVO MANDATO ELETIVO

O ex-governador Leonel Pavan está em seu primeiro mandato de deputado estadual. Em mais de 30 anos de vida pública, disputou oito eleições e venceu em todas elas. A carreira política começou com a eleição de vereador em Balneário Camboriú. Pavan se elegeu prefeito da cidade por três vezes e foi também deputado federal, senador, vice-governador e governador de Santa Catarina.

Leonel Pavan tem seu nome ligado à evolução do turismo catarinense e brasileiro. Além disso, sua capacidade de articulação e sua intensa e crescente participação na história política de Santa Catarina e do país o colocam como uma das grandes personalidades e lideranças políticas do estado. Eleito deputado estadual pelo PSDB em 2014, ocupa a 2ª Vice-Presidência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

TURISMO, SEGURANÇA E INFRAESTRUTURA: AS PRINCIPAIS BANDEIRAS DO 1° ANO DE MANDATO

Leonel Pavan foi o único deputado eleito na região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri) e tem lutado para atender as demandas essenciais para o desenvolvimento das cidades. O parlamentar visita frequentemente os municípios para ouvir os pleitos dos cidadãos e da sociedade a fim de identificar as reais necessidades e prioridades de cada comunidade.

Apesar de ter obtido uma maior votação na sua região, Leonel Pavan tem uma imagem estadualizada e tem mantido compromisso com todas as regiões e municípios de Santa Catarina.

Neste primeiro ano de mandato, Pavan usou a tribuna da Casa em praticamente todas as sessões buscando soluções para as demandas da região da Amfri. Cobrou veementemente a construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, projeto que foi iniciado quando governador. O parlamentar também cobrou agilidade na realização de dragagem emergencial para os portos e as obras necessárias às adequações na bacia de evolução do Complexo Portuário.

Pavan defendeu o aumento de efetivo policial, a realização de novos concursos públicos, a nomeação dos aprovados dos concursos já realizados e a conclusão das obras do quartel da polícia militar em Camboriú. O deputado posicionou-se favorável à permanência da Unidade de Exploração e Produção Sul da Petrobras em Itajaí. A manutenção e revitalização das rodovias estaduais e federais do estado também foram pleitos constantes do mandato do deputado, com destaque para a cobrança da conclusão da duplicação da rodovia BR-470.

INICIATIVAS EM FAVOR DE TODOS OS CATARINENSES

Pavan propôs mais de 20 projetos em 2015, com destaque para o que proíbe o repasse da cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais das Apaes. Além disso, apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para que a escolha do delegado-geral da polícia civil seja feita por meio de uma lista tríplice eleita pela categoria, alterando a forma atual de livre nomeação.

Também é de autoria de Pavan a proposta que dá preferência aos portadores de diabetes no atendimento nos órgãos de saúde estadual. O parlamentar apresentou várias propostas na área do direito do consumidor. Uma obriga a presença de guias de turismo nas excursões no estado. Outra proposição obriga as operadoras de planos de saúde privados a fornecerem resposta por escrito e em prazo determinado às solicitações de autorização de procedimentos. Há ainda o projeto que obriga as operadoras de telefonia a disponibilizarem conta detalhada nos planos pré-pagos.

Luciane Maria Carminatti

PT

Idade: 45 anos
Formação/Profissão: professora
Base eleitoral: Oeste
Mandatos: 2011-2015 e 2015-2019

ATUAÇÃO

DIREITOS DOS TRABALHADORES E PROJETOS VOLTADOS À EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADES DO MANDATO

A Assembleia Legislativa promoveu grandes debates em 2015, e a deputada Luciane liderou as pautas da classe trabalhadora. Defendeu os profissionais da segurança pública, que tiveram direitos reduzidos por meio de medidas provisórias enviadas à Alesc pelo governo do Estado e aprovadas pela maioria dos parlamentares. Questionou ainda o aumento da alíquota aos servidores estaduais e a fusão dos fundos previdenciários, que causa instabilidade ao futuro dos trabalhadores.

Segundo a deputada, o problema está na má gestão do Estado, que não assume a responsabilidade pelos rombos como o da previdência, que chega a R$ 3 bilhões em 2015. "O governo não mexe nos altos salários, nas aposentadorias de ex-governadores e em gastos administrativos, como é o caso das Secretarias de Desenvolvimento Regionais, transformadas em Agências. Serão prédios e cargos sem autonomia e sem papel estratégico como impulsionadores do desenvolvimento das nossas regiões", avalia.

Como professora, Luciane atuou fortemente na construção do Plano Estadual de Educação (PEE), que traz as metas de Santa Catarina para a próxima década. A deputada apresentou 25 das 40 emendas à proposta original enviada pelo governo, por entender que o PEE estava tímido e poderia avançar frente à capacidade de crescimento do Estado. Também defendeu a valorização do magistério catarinense e a rejeição do plano de carreira proposto pelo Executivo, que congelava salários e retirava direitos já conquistados pelos professores.

Luciane é autora de vários projetos de lei voltados à educação, como o que destina os recursos do pré-sal de Santa Catarina para o salário dos professores, concede bolsas aos estudantes do ensino médio, garante autonomia e gestão democrática e pedagógica às escolas, entre outros.

LEI DE COMBATE À CORRUPÇÃO EM SC

A deputada Luciane apresentou o Projeto de Lei (PL) 63/2015, que concede ao Tribunal de Contas do Estado a fiscalização das declarações de bem e o controle da variação patrimonial, com foco no enriquecimento de agentes públicos estaduais eleitos, indicados ou concursados e também de familiares. A proposta visa coibir benefícios ilícitos, troca de favores e vantagens financeiras a quem tem o dever de atuar a serviço do Estado.

RAIO-X DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A deputada Luciane conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça o PL 91/2013, que obriga as delegacias especializadas em atendimento e proteção à mulher a apresentarem dados mais completos dos casos registrados. "Queremos conhecer a vítima, o agressor, se os casos de denúncias recebem atenção, se há acompanhamento dos órgãos de proteção e em que regiões ocorrem com mais frequência. É um raio-x da violência na tentativa de agilizar a resposta do poder público a esse problema que afeta milhares de catarinenses", justifica.

MAIS RECURSOS PARA CAPTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA NO INTERIOR

O projeto de lei 196/2013, de autoria da deputada Luciane, que cria política estadual de incentivo à captação e ao armazenamento de água nas propriedades rurais, foi aprovado na CCJ. "O PL proporciona formação, preparo técnico para preservação ambiental e também fornece equipamentos, materiais e produtos destinados à construção de cisternas e poços artesianos, por meio de parcerias entre governo do Estado, prefeituras, entidades e agricultores", explica a parlamentar.

Luciane também criou a Frente Parlamentar em Defesa da Defensoria Pública, com o objetivo de fortalecer o órgão que garante o acesso gratuito à Justiça para as famílias de baixa renda, além de ser presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária.

Luiz Fernando Vampiro

PMDB

Idade: 42 anos
Formação/Profissão: advogado
Base eleitoral: Sul do Estado
Mandato: 2015

ATENTO ÀS DEMANDAS DO ESTADO

DEPUTADO VAMPIRO LUTA POR MELHORIAS NA VIDA DOS CATARINENSES

Pela primeira vez exercendo mandato na Assembleia Legislativa, o deputado Luiz Fernando Vampiro tem surpreendido pela agilidade nas cobranças aos setores responsáveis para atender às demandas elencadas como prioridade pelos catarinenses.

O ex-secretário de Desenvolvimento Regional e ex-vereador de Criciúma recebeu mais de 35 mil votos e ficou na primeira suplência de deputado estadual pelo PMDB, na coligação com demais partidos. Desde fevereiro ele ocupa a vaga de um dos deputados licenciados e tem focado o seu trabalho por melhorias na vida das pessoas.

O deputado Vampiro é membro das comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; de Direitos Humanos; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; de Pesca e Aquicultura. Além disso, é presidente da Frente Parlamentar de Transporte Coletivo Intermunicipal.

LUTA POR MAIS SEGURANÇA

Preocupado com os elevados índices de criminalidade que assolaram Criciúma e região, o deputado Vampiro encaminhou uma moção ao governo estadual apelando por mais segurança aos moradores no Sul do estado. Somente em Criciúma foram mais de 60 homicídios registrados em 2015. O documento recebeu o apoio de mais de 20 parlamentares.

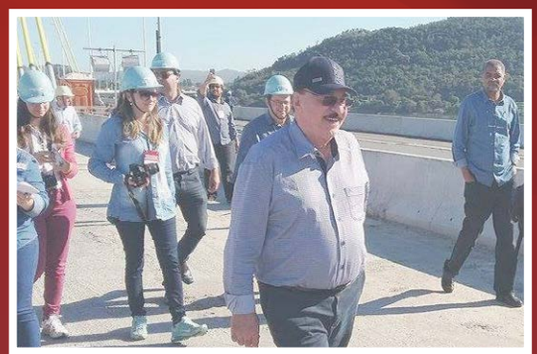
PROJETOS DE LEI

O deputado Vampiro protocolou na Alesc diversos projetos de lei que visam trazer benefícios em diferentes áreas. Dentre eles, o que institui o banco de remédios doados em Santa Catarina, o que cria o "Selo Empresa Amiga da Terceira Idade", o que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos adaptados à pessoa com deficiência nos eventos públicos realizados no estado e o que dispõe sobre a proteção para quem adquire imóvel na planta. Os projetos seguem em tramitação no Legislativo catarinense.

Manoel Mota

PMDB

Idade: 74 anos
Profissão: caminhoneiro
Base eleitoral: região Sul (Vale do Araranguá)
mandatos: 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019



NO SÉTIMO MANDATO, MOTA CONTINUA A LUTA PELA INFRAESTRUTURA DO SUL E VÊ SONHOS CONCRETIZADOS

PARLAMENTAR COMEMOROU FINALIZAÇÃO DAS OBRAS NA PONTE ANITA GARIBALDI E AEROPORTO DE JAGUARUNA

Recordista no número de mandatos na atual legislatura, o deputado Manoel Mota volta à Assembleia Legislativa com a missão de defender o Extremo Sul do estado. Há anos, suas bandeiras de trabalho englobam a infraestrutura da região, bem como os interesses dos agricultores, caminhoneiros e aposentados.

Em 2015, o parlamentar viu algumas de suas lutas se tornarem realidade: a conclusão da Ponte Anita Garibaldi, em Laguna; a abertura do Aeroporto de Jaguaruna para voos comerciais e a concessão da licença ambiental da Serra do Faxinal.

"Desde que entrei na vida pública, há 35 anos, batalho pela duplicação da BR-101, modernização do Porto de Imbituba e também pelo Aeroporto de Jaguaruna, os quais considero o tripé do desenvolvimento do Sul de Santa Catarina", ressalta Mota.

O deputado ainda ressalta outras importantes lutas, como a conclusão das obras nas Serras da Rocinha e do Faxinal, além da barragem do Rio do Salto.

MOTA ABRAÇOU AS CAUSAS DO ESPORTE E DO COMBATE ÀS DROGAS

O deputado Manoel Mota destacou o desafio dos catarinenses nos Jogos Pan-Americanos de Toronto. Em sessão especial, o parlamentar concedeu a honraria a 38 desportistas de dez modalidades.

Ainda no âmbito esportivo, Mota protocolou projeto de lei que visa à liberação da venda de cerveja nos estádios de futebol em Santa Catarina, o que já ocorre em outras unidades da Federação como Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais. "O PL busca devolver o público às praças esportivas catarinenses, pois este contingente trocou os estádios por bares onde é possível consumir cerveja e assistir aos jogos sem problemas", enfatiza.

Mota também apresentou no Plenário Deputado Osni Régis o "drogômetro", aparelho capaz de flagrar nove tipos de substâncias químicas por meio da saliva, possibilitando maior segurança no trânsito.

Marcos Luiz Vieira

PSDB

Idade: 62
Formação/Profissão: advogado
Base eleitoral: Grande Florianópolis e Grande Oeste
Mandatos: 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019

ATUAÇÃO

MANDATO VOLTADO AOS PEQUENOS E MÉDIOS MUNICÍPIOS

Em 2015, no início do seu terceiro mandato, o deputado estadual Marcos Vieira presidiu a Comissão de Finanças e Tributação e foi o responsável por quatro das maiores responsabilidades da Assembleia Legislativa - a relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a condução das audiências do Orçamento Regionalizado.
Profundo conhecedor da realidade dos municípios, Marcos Vieira defende o que chama do fim da ditadura financeira no Brasil. Desde a Constituição Federal de 1988, criou-se uma pirâmide perversa. "Na base temos os municípios que ficam com 13% de tudo o que se arrecada. No meio da pirâmide temos os estados que ficam com 17% e, no topo, a União com 70%. É muito pouco para os prefeitos resolverem os problemas dos municípios", afirmou o deputado, que tenta reverter esse quadro repassando recursos para que as prefeituras possam realizar investimentos.
A situação das estradas federais e o descaso do governo federal com a manutenção e ampliação das principais rodovias do estado motivaram diversos discursos em plenário, especialmente sobre a BR-282, considerada pelo parlamentar como a verdadeira rodovia de integração catarinense.

MAIS RECURSOS

O deputado também acompanha de perto as demandas dos municípios, como no caso de Maravilha, Saudades e Coronel Freitas, que em julho de 2015 sofreram uma forte enchente que alagou parte das cidades.
Chamado de Justiça Tributária, o projeto que beneficia quase a totalidade dos municípios catarinenses foi promulgado pelo Governo do Estado em janeiro de 2015. De autoria do deputado Marcos Vieira, a nova lei altera os critérios para a apuração do valor adicionado na determinação do Índice de Participação dos Municípios (IPM), que faz parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

PRIORIDADES DEFINIDAS EM CONJUNTO COM AS COMUNIDADES

As 32 audiências públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, realizadas no período de 22 de junho a 7 de agosto de 2015, reuniram mais de 4 mil lideranças em Santa Catarina. As comunidades de cada região apresentaram as reivindicações e escolheram as prioridades em obras e ações a serem implantadas pelo governo estadual.
Considerada uma das principais atribuições da Assembleia Legislativa, a apreciação da LDO, do PPA e da LOA teve como relator o deputado Marcos Vieira.

A LOA estima a receita e fixa a despesa do Estado para 2016. A previsão, tanto de receita quanto de despesa, é de R$ 25,75 bilhões, quantia que representa um incremento de 3,77% em relação a 2015. Vieira destacou ainda que o projeto contempla as sub ações apresentadas durante as audiências públicas do Orçamento Regionalizado promovidas pela Assembleia Legislativa em 2015. "Isto demonstra o esforço do governo em atender as demandas regionais", disse.

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA PARA SANTA CATARINA

Chamada de Justiça Tributária, a Lei 16.597, de 19 de janeiro de 2015, vai amenizar a falta de dinheiro nos municípios. "Isso estava provocando reflexos negativos nos municípios que produzem e industrializam produtos para exportação, como, por exemplo, frigoríficos e agroindústrias, especialmente do Grande Oeste catarinense. Agora isso será diferente", destacou Marcos Vieira.
Para o deputado, a questão principal é fazer justiça, pois os municípios onde estão instaladas as empresas é que arcam com os prejuízos, como manutenção de estradas, viabilização de creches para os funcionários, atendimento de saúde. "É uma vitória para Santa Catarina", declarou o deputado, autor do projeto.

Mário Marcondes Nascimento

PR

Idade: 48 anos
Formação/Profissão: advogado
Base eleitoral: São José
Mandatos: 1999 - 2000 / 2015 - 2018

CONTRA O AUMENTO DE IMPOSTOS, SEM CPMF

No dia 26 de outubro, no Plenário Osni Régis da Assembleia Legislativa, foi realizada audiência pública da Comissão de Finanças e Tributação proposta pelo deputado estadual Mário Marcondes, 4° secretário da Mesa Diretora da Casa.

Com presença significativa de setores comerciais, industriais, parlamentares do Legislativo estadual e vereadores, além da sociedade civil organizada, foi amplamente refutada qualquer possibilidade de aumento de impostos e retorno da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) e os demais aumentos de tributos propostos pelo governo para ajustar as contas públicas em 2016. Representantes da FCDL, Facisc, Fecomércio, Fiesc, Aemflo, OAB, sindicatos patronais e de trabalhadores participaram ativamente do debate.

As várias entidades presentes fizeram coro explicitando a insatisfação com a disposição do governo federal em ampliar a já demasiada gama de tributos que castiga o setor produtivo, o cidadão e engessa o crescimento do país.

Para o deputado, "a audiência foi um momento fundamental para que possamos dar largada a um amplo movimento, que envolva o setor público e a sociedade civil organizada, para impedir que nossa já pesada carga de tributos castigue ainda mais a população, gerando em muitos casos desemprego pela quebradeira das empresas. Santa Catarina está cansada de sempre estar entre o sétimo ou oitavo estado pagador de impostos e o vigésimo primeiro ou vigésimo segundo no retorno de investimentos pela União."

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES FAZ INSPEÇÃO NA ETE POTECAS EM SÃO JOSÉ

Depois de receber várias reclamações sobre as condições operacionais e de tratamento da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) em Potecas, no município de São José, o deputado estadual Mário Marcondes, fez uma inspeção no local no dia 2 de julho, de 2015 acompanhado do engenheiro Henrique da Cunha Sant'Ana, presidente da Associação Catarinense de Engenheiros Sanitaristas e Ambientais (Acesa), e do engenheiro Júlio César Souza Cardoso, responsável da Casan pela ETE.

"As reclamações são antigas e a tecnologia adotada não acompanhou o crescimento do bairro. Por isso, resolvi conhecer de perto a real situação, e com embasamento técnico, para fazer os devidos encaminhamentos de uma possível solução", enfatizou Marcondes. Um relatório técnico foi elaborado e encaminhado aos órgãos responsáveis para uma possível solução, principalmente, em relação ao mau cheiro provocado no local.

MANDATO PELA SEGURANÇA DO CIDADÃO

O aumento da criminalidade tornou a segurança pública o grande desafio para o deputado Mário Marcondes. Buscar a parceria entre a sociedade civil e o poder público é fundamental para enfrentar o problema. O deputado apresentou projeto de lei que garante a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes penitenciários e de segurança socioeducativos. Defende a ampliação do efetivo das polícias militar e civil e o chamamento urgente dos aprovados nos concursos. Para Marcondes, "somente com educação combinada com o fortalecimento das políticas de segurança poderemos assegurar ao cidadão uma vida mais digna".

Maurício José Eskudlark

PSD

Idade: 57 anos
Formação/Profissão: delegado aposentado advogado
Base eleitoral: Oeste e Vale do Itajaí
Mandatos: 2003-2007, 2011-2015 e 2015-2019

DIÁLOGO INTENSO COM A SOCIEDADE É A MARCA DE MAURÍCIO ESKUDLARK

Reeleito com 36.280 votos em 289 municípios, 2.187 a mais do que nas eleições de 2010, o deputado estadual Maurício Eskudlark manteve o foco de sua atuação parlamentar no diálogo e no fortalecimento das bases. Assumindo pela terceira vez o cargo de deputado estadual, Eskudlark foi vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e membro das Comissões de Pesca e Aquicultura e de Turismo e Meio Ambiente. No primeiro ano do novo mandato, o parlamentar continuou com sua principal marca de atuação, que é o foco na defesa dos municípios. Na área da saúde, agiu na cobrança de recursos públicos para ampliar as especialidades no interior e o fortalecimento dos hospitais de médio, pequeno porte e comunitários. Também lutou pelo aumento dos repasses de recursos do Estado para investimentos na agricultura, na segurança pública e em obras de infraestrutura. A criação das Regiões Metropolitanas do Extremo-Oeste/Fronteira e do Contestado, com sedes em São Miguel do Oeste e Porto União, respectivamente, foram propostas do parlamentar aceitas pelo Governo do Estado. Ambas seguem em pauta na atuação do deputado, que tem cobrado incessantemente que os catarinenses moradores desses locais recebam na prática os benefícios de sua criação. Eskudlark tem participado das discussões sobre o plano de aviação regional anunciado pelo governo federal que beneficiará 13 aeroportos catarinenses. Outro tema que sempre esteve na pauta foi a situação das rodovias federais. Eskudlark esteve em contato direto com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), cobrando soluções efetivas para o caos em que as rodovias se encontram. "Foram inúmeros prazos e promessas. Tapa um buraco e aparecem outros dois. Santa Catarina é um dos estados que mais gera receita para União, mas mesmo assim a situação das nossas rodovias segue caótica", conclui.

REPASSES DO LEGISLATIVO PARA A SAÚDE

Uma das principais propostas do parlamentar foi de reduzir o repasse do Executivo para o Legislativo, vindo ao encontro do apelo da população e de entidades pela diminuição dos gastos públicos. "Pela Constituição Federal, municípios com até 100 mil habitantes são obrigados a destinar 7% de sua arrecadação para as Câmaras de Vereadores e 15% para a saúde. Minha proposta é de que o repasse seja de 5% para as Câmaras, e que os 2% restantes sejam somados ao valor que é repassado a saúde, totalizando 17% da arrecadação. Continuaremos com representação e mais investimento na saúde", explica.

O parlamentar justifica também que é preciso dar o exemplo, lembrando as ações desempenhadas pela Assembleia Legislativa na redução de gastos. "Nós, deputados, temos tido um cuidado muito grande com os gastos públicos. Sugerimos não aumentar o repasse que é feito anualmente, reduzimos despesas com diárias e outras ações, o que tem gerado uma boa economia."

AÇÕES EM PROL DA SEGURANÇA PÚBLICA E DO CIDADÃO

Delegado com mais de 30 anos de experiência, Eskudlark é um dos principais articuladores e conhecedores da segurança pública em Santa Catarina. Segundo o parlamentar, a experiência de passar por vários cargos em diferentes regiões do estado proporcionou conhecer as necessidades da área e buscar formas de solucionar os problemas do dia a dia. "Como delegado, procurava estar nas ruas junto com os policiais, estar atento ao cotidiano. Por isso, a segurança continuará sendo um dos pilares do meu trabalho." Entre as ações de destaque do parlamentar está a apresentação das emendas às polêmicas Medidas Provisórias (MPs) do Governo do Estado que alteravam a jornada de trabalho e o banco de horas dos servidores da segurança. As emendas do deputado impediram a retirada de benefícios dos servidores afastados em decorrência de ferimento ou moléstia física. Além disso, o deputado destaca que, desde que assumiu uma cadeira na Assembleia, o setor de segurança teve inúmeros avanços, como, por exemplo, a conquista da anistia dos policiais que lutavam por melhores salários, a promoção de policiais militares e bombeiros e a implantação do subsídio melhorando consideravelmente a remuneração.

Mauro de Nadal

PMDB

Idade: 44 anos
Formação/Profissão: advogado
Base eleitoral: Extremo Oeste e Oeste
Mandatos: 2011-2015, 2015-2019

APROVAÇÃO DE PROJETO INÉDITO NO BRASIL

No início da nova legislatura, o trabalho parlamentar do deputado Mauro de Nadal teve mantido o mesmo ritmo da fase anterior. Além de ser pela segunda vez presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por onde tramitam todos os projetos que depois serão avaliados pelo Plenário da Casa, na parte de legislação o deputado apresentou importantes projetos, inclusive um inédito no Brasil.

O PL 277/2014 foi promulgado pela Assembleia Legislativa e transformado na Lei 16.750, que dispõe sobre regras para a destinação adequada de animais mortos nas propriedades rurais. O objetivo da proposição é dar uma linha de conduta para que sejam preservadas a saúde humana, a saúde dos rebanhos e a natureza, evitando a poluição ambiental. A medida prevê que os animais mortos serão recolhidos por empresa especializada e credenciada pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

Outro projeto de autoria do deputado Mauro de Nadal aprovado pelo Legislativo foi o PL 283/2014, que dispõe sobre a inclusão dos portadores da Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) no rol de portadores de necessidades especiais para, com isso, terem acesso aos benefícios previstos na legislação. O projeto visa amenizar as dificuldades encontradas pelos portadores da doença que, além das limitações pela síndrome - muitas pessoas ficam até impedidas de trabalhar - sofrem preconceito por ela ser aparente.

O deputado também integra a Frente Parlamentar de Defesa do Cooperativismo (Frencoop), da qual é vice-presidente. Em 2015, esteve em curso o debate da nova Lei do Cooperativismo, que visa incentivar o fortalecimento do sistema. Santa Catarina tem um dos sistemas cooperativistas mais bem organizados do país.

INCUBADORAS DE PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS

Uma missão catarinense esteve no México e Canadá para conhecer as unidades do Centro de Valor Agregado (CVA). O objetivo é incentivar a agregação de valor à produção da agricultura familiar. "Vimos como é incentivada a criação de pequenas agroindústrias por meio de incubadoras que compõem o CVA. O governo oferece apoio de consultoria em gestão, tecnologia de alimentos, legislação, finanças, marketing, desenvolvimento de embalagens, marcas e produtos."

No Canadá, o parlamentar conheceu o Centro de Desenvolvimento e Processamento de Agronegócios, que desenvolve produtos a partir da biomassa gerada pelo aproveitamento de resíduos da produção agropecuária e florestal. "Vamos trabalhar junto ao Governo do Estado para implementar o Centro de Valor Agregado em Santa Catarina."

APOIO AO TRATAMENTO DO CÂNCER EM CRIANÇAS

Uma das principais bandeiras defendidas pelo deputado Mauro de Nadal desde o seu primeiro mandato tornou-se realidade. Conforme informações da Secretaria de Estado da Saúde, ainda em 2015 teve início o tratamento em oncologia pediátrica no município de Chapecó.

Serão atendidos 116 municípios que até então deslocavam seus pacientes para Joinville e Florianópolis. "A proximidade facilitará a vida destes que já têm um grande desafio para enfrentar", comenta Nadal. "Agora, nossa dedicação está focada em garantir tratamento de câncer no Hospital Regional Teresinha Gaio Basso, em São Miguel do Oeste."

Milton Hobus

PSD

Idade: 58 anos
Profissão/Formação: empresário
Base eleitoral: Rio do Sul (Alto Vale do Itajaí)
Mandato: 2015-2019

NO EXECUTIVO

UMA DEFESA CIVIL DE TODOS OS CIDADÃOS

Milton Hobus assumiu pela primeira vez uma cadeira na Assembleia Legislativa após receber 66.271 votos nas eleições passadas. Em ações parlamentares, desenvolveu pelo menos 100 atendimentos concluídos. Durante o ano, fez visitas a dezenas de municípios do estado, recebeu centenas de prefeitos, vereadores, secretários municipais e estaduais e lideranças da comunidade. Para auxiliar na captação, licenciou-se para dar continuidade ao projeto na Defesa Civil do Estado.

Hoje a Secretaria de Estado da Defesa Civil conta com 38 projetos em andamento. É o planejamento para a maior ação de enfrentamento de desastres naturais que Santa Catarina já viu em sua história e que desponta, reconhecidamente, como referência nacional. "Para isso, demos início à obra do Centro de Monitoramento e Alerta do Estado, que vai integrar serviços essenciais para minimizar os efeitos das chuvas, com informações técnicas, precisas e ações rápidas em prol dos catarinenses. Será também a nova sede da Defesa Civil de Santa Catarina."

KITS DE TRANSPOSIÇÃO

Foram montados, somente em 2015, 65 kits de transposição. As estruturas, adquiridas com recursos do Fundo Estadual da Defesa Civil, custaram ao Fundec R$ R$ 2.224.203,67 e chegaram a 39 municípios.

Os kits são pontes em concreto que substituem os antigos pontilhões em madeira danificados pelos eventos severos que atingem o estado todos os anos. Os kits possuem metragens que variam entre seis e 15 metros, suportam mais de 50 toneladas e foram desenvolvidos na gestão de Milton Hobus.

CASAS MODULARES

De fevereiro a dezembro de 2015, foram destinadas 73 casas modulares por meio da Defesa Civil. Cada casa leva, em média, cinco dias para ficar pronta e é uma realocação a quem vivia em área de risco ou perdeu a casa própria durante um evento adverso.

Além disso, as casas modulares são resistentes a vendavais, granizo, chamas e possuem um sistema antitérmico. Com pouco mais de 40 m², cada unidade custou R$ 42 mil, que somados geraram um investimento de mais de R$ 3 milhões.

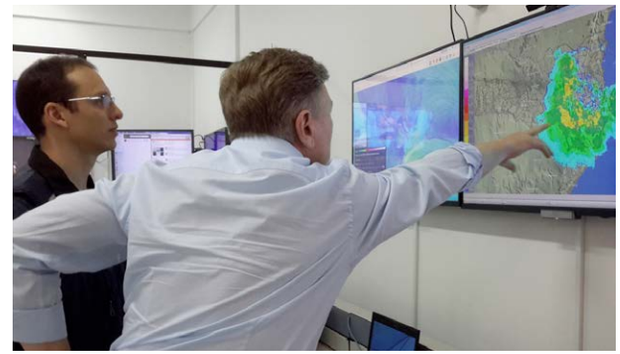
ITENS DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

Foram mais de 434 mil itens de assistência humanitária destinados aos flagelados de fortes chuvas, vendavais, tempestades, granizo, deslizamentos e situações causadas por força da natureza. Foram lonas, telhas, pregos, cumeeiras, parafusos, colchões de casal ou solteiro, kits de acomodação de casal ou solteiro, água potável e cestas básicas.

O repasse para a aquisição de itens de assistência humanitária durante esse período alcançou a marca de R$ 5,6 milhões. Além disso, a agilidade no atendimento com os materiais também ganhou renovação. Os itens começam a chegar aos afetados em, no máximo, 24 horas. São 19 coordenadores regionais que auxiliam os 295 municípios de Santa Catarina durante os momentos de crise e fora deles também, com orientações sobre legislação e procedimentos legais para solicitações e desenvolvimento de projetos.

RADARES METEOROLÓGICOS

O Radar de Lontras, exclusivo para meteorologia do estado, completou em 2015 um ano de operação. Em outubro, o deputado e secretário estadual Milton Hobus anunciou a compra do segundo radar meteorológico de Santa Catarina, que será instalado em Chapecó, na região Oeste. Menos de um mês após esse anúncio, Hobus assegurou a aquisição de um terceiro equipamento para o Sul. Esse será móvel e poderá ser deslocado para qualquer região de Santa Catarina para auxiliar na emissão de avisos e alertas. A licitação para o equipamento do Oeste foi lançada em dezembro.



Moacir Sopelsa

PMDB

Idade: 69 anos
Formação/Profissão: produtor rural
Base eleitoral: Oeste catarinense
Mandatos: 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019

AGRICULTURA E PESCA

MOACIR SOPELSA COMEMORA O SUCESSO DA AGRICULTURA CATARINENSE

Em seu quinto mandato como deputado estadual, Moacir Sopelsa assumiu em 2015 o desafio de comandar a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, onde já foi secretário no período de 2003 a 2006. O primeiro ano à frente da pasta foi marcado por grandes conquistas e desafios para o agronegócio catarinense.

Em 2015, Santa Catarina foi destaque nacional e internacional pela excelência sanitária de seus rebanhos. O estado recebeu a certificação internacional como zona livre de peste suína clássica pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e renovou o status de livre de febre aftosa sem vacinação. "Esta foi uma conquista de todos os produtores catarinenses, foi o reconhecimento pela dedicação do setor produtivo e do setor público, que nunca deixaram de buscar a excelência sanitária dos nossos rebanhos", destaca Moacir Sopelsa.

Os maricultores catarinenses também puderam comemorar o início da demarcação das fazendas marinhas do estado. Ao todo, serão 812 fazendas marinhas de, em média, 1,5 hectare, desde Palhoça até São Francisco do Sul. Para demarcação das áreas foram usadas 3.280 boias, que servirão também para orientar as ações de gestão e fiscalização do uso da costa. Santa Catarina passa a ser o único estado do país com seus parques marinhos ordenados e regularizados, uma iniciativa pioneira que traz mais segurança e profissionalismo aos maricultores.

A Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca também deu prioridade, em 2015, às ações voltadas para incentivar os jovens a permanecerem na atividade agrícola, melhorando a infraestrutura no campo e capacitando os futuros empreendedores do meio rural. Sob o comando do deputado Moacir Sopelsa, a secretaria atuou como parceira dos produtores rurais, promovendo ações e programas para desenvolver o setor.

NOVOS PROGRAMAS, NOVAS METAS

Em 2015, com a participação de lideranças, sindicatos, associações e técnicos, a Secretaria da Agricultura lançou dois novos programas, um voltado para o melhoramento da piscicultura e outro para incentivar a irrigação das pastagens e lavouras.

O Programa de Melhoramento da Piscicultura, por meio do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR), empresta os recursos necessários para a aquisição de kits com equipamentos básicos para o acompanhamento das condições do cultivo. Já com Programa Irrigar, os agricultores podem contrair financiamento para investir na irrigação das pastagens ou lavouras, sendo que a Secretaria da Agricultura subvenciona parte dos juros.

"O ano de 2015 foi um bom ano para a agricultura catarinense. Tivemos algumas dificuldades, mas também comemoramos grandes conquistas. Entramos em 2016 com esperanças de um ano ainda melhor para todos os agricultores catarinenses", comenta Sopelsa.

JUNTOS PODEMOS MAIS

Mesmo dedicado à função de secretário da Agricultura e da Pesca, o deputado Moacir Sopelsa manteve o seu papel de articulador dos pleitos da região Oeste catarinense. Ele também trabalhou pela liberação de recursos e incentivos aos municípios, associações e grupos sociais que representa, mantendo a sua principal característica como parlamentar. "Hoje é no gabinete da Secretaria da Agricultura que prefeitos, lideranças e empreendedores se reúnem para buscar apoio para os seus projetos. Eles podem ter certeza de que vamos fazer o possível para torná-los realidade."

Narcizo Parisotto
DEM

Idade: 70 anos
Formação/Profissão: pastor
Base eleitoral: Chapecó
Mandatos: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019

DEDICAÇÃO

UM ANO PARA COMEMORAR

O ano de 2015 iniciou de forma muito positiva para o deputado estadual Narcizo Parisotto. Seguindo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no dia 1° de fevereiro presidiu a sessão de posse dos 40 deputados eleitos.

No início desta legislatura, também presidiu as mesas de eleições para a escolha de presidentes e vice-presidentes de importantes comissões, a exemplo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Parisotto abriu a agenda de sessões especiais da Alesc ao prestar uma homenagem à Igreja do Evangelho Quadrangular por seus 63 anos de fundação no Brasil. Na ocasião, placas de agradecimento foram entregues.

O parlamentar lembrou que, com a aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE) sem nenhuma referência à ideologia de gênero, 2015 foi encerrado com chave de ouro. A aprovação em Plenário ocorreu no dia 24 de novembro. Quando chegou à Assembleia Legislativa, em meados de junho, o Plano de Educação catarinense fazia referência à ideologia de gênero. "Diante deste cenário, apresentamos, no dia 26 de junho, uma emenda modificativa pedindo a retirada do termo do plano. A emenda foi acatada pelo governo do Estado e tal referência foi retirada do PEE", disse Parisotto.

Segundo a ideologia de gênero, ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir a identidade ao longo da vida. "Defendi com unhas e dentes a retirada da ideologia de gênero do PEE. Fomos feitos homens e mulheres, mas queriam que nossas crianças negassem a sua natureza. Ressalto que somos a favor da família e contra a agressão de crianças e adolescentes. Nunca deixaríamos que o Estado, de forma extremista, definisse o que é melhor para nossos pequenos", destacou o parlamentar.

PARISOTTO RELATA E APRESENTA PROJETOS DE SUA AUTORIA

Em fevereiro, Parisotto protocolou o Projeto de Lei (PL) 12/2015 com o objetivo de instituir uma campanha de conscientização para o uso da água. Já em março, apresentou o PL 53/2015. A proposição visa proibir o poder público de realizar qualquer ato para inauguração de obras públicas inacabadas. A proposta pretende proibir, também, a inauguração de obras que, embora prontas, não ofereçam condições de funcionamento. Ainda em março, Parisotto desarquivou o PL 450/2007, que pretende proibir a venda e consumo de bebidas alcoólicas em lojas de conveniências dos postos de combustíveis localizados em área urbana. O período de restrição seria entre meia-noite e 6 horas.

Na condição de relator, Parisotto aprovou na CCJ o PL 383/2013, que visa assegurar o direito à presença de um acompanhante ao paciente internado nas enfermarias da rede hospitalar do estado, inclusive nas dependências de tratamento intensivo. O deputado também posicionou-se a favor dos professores nas questões relativas à Medida Provisória (MP) 198/2015, por entender que a medida poderia trazer prejuízos à categoria. Com isso, o governo do Estado retirou a MP da Assembleia para nova análise e possíveis adequações.

ATUAÇÕES NAS COMISSÕES PERMANENTES

No primeiro ano da 18ª legislatura, Parisotto atuou como vice-presidente nas comissões de Direitos Humanos e de Prevenção e Combate às Drogas. O deputado também participou das comissões de Constituição e Justiça; Ética e Decoro Parlamentar; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Proteção Civil. Além disso, é membro do Fórum Parlamentar Catarinense do Pacto Federativo. A iniciativa baseia-se na Constituição Federal, que permite às Assembleias Legislativas elaborarem alteração na Carta Magna.

Natalino Lázare

PR

Idade: 68 anos
Formação/Profissão: professor
Base eleitoral: Meio-Oeste
Mandato: 2015-2019

NATALINO PRIORIZOU O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS REGIONAIS

O primeiro ano de mandato do deputado Natalino Lázare (PR) teve como meta atender os pleitos da região que representa, o Meio-Oeste. Foram ações voltadas à resolução de antigos gargalos que travam o desenvolvimento econômico daqueles municípios, reconhecidos nacionalmente como um expoente do agronegócio.

Dentre as demandas está a infraestrutura. O deputado acompanhou de perto a execução das obras de revitalização das rodovias em vários trechos, cobrando do Governo do Estado e das empresas agilidade e a conclusão dos projetos.

Voltou as atenções também para a situação da saúde da região, com liberação de recursos por meio da Secretaria de Saúde e a concretização de pedidos de equipamentos e ambulâncias para os municípios.

Além disso, teve participação ativa no encaminhamento e atendimento de solicitações na área da educação. Também conseguiu aprovar projetos de lei que deram o pontapé inicial para importantes debates no Parlamento catarinense.

Um deles é o projeto que cria o Programa Catarinense de Agroenergia, iniciativa que prevê a utilização de dejetos animais como matéria-prima para a produção de gás, por meio de biodigestores. Com isso, as propriedades poderão ter autossuficiência em energia e nos sistemas de aquecimento, por exemplo.

Natalino ainda propôs a compra da maçã catarinense para a merenda escolar das escolas estaduais, já que as unidades são abastecidas com frutas vindas de outros estados, muitas vezes com qualidade inferior àquelas produzidas em nossos pomares.

Na área do esporte, turismo e cultura, viabilizou, em parceria com o governo do Estado, repasses de recursos a prefeituras e associações que apresentaram projetos de interesse coletivo para a melhorias dos serviços prestados à população.

FÓRUM DO AGRONEGÓCIO

Como presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, Natalino deu um importante passo no sentido de aglutinar todos os órgãos representativos do setor com a criação do Fórum Catarinense do Agronegócio.

O grupo é constituído por presidentes de associações, federações e organizações, representantes da iniciativa privada e do governo, com a finalidade de discutir em encontros permanentes a atual situação do setor no cenário estadual e nacional.

A intenção do fórum é formatar, em breve, um relatório final das demandas de cada segmento, documento que deve ser entregue ao governador para a elaboração de um pacote de ações voltadas aos produtores catarinenses.

O fórum realizou duas reuniões em 2015 e a previsão é que volte a se reunir a cada três meses em 2016. De acordo com Natalino, esse modelo de aglutinação das lideranças do setor é inédito em Santa Catarina e demonstra a intenção que os participantes possuem em prover o crescimento dessa atividade.

FRENTE DA FRUTICULTURA

Além do fórum, Natalino criou também mais uma ferramenta para trabalhar em prol dos produtores rurais. É a Frente Catarinense da Fruticultura, movimento que prevê ações voltadas à valorização do cultivo de frutas no estado e que também pretende fazer um diagnóstico dos atuais gargalos da atividade. Natalino explica que o estado possui importantes polos de produção de frutas, mas, na maioria dos casos, não há ações efetivas para que eles possam crescer e oferecer mais emprego e renda às famílias. "Esse é um setor imprescindível para que outros produtos sejam fabricados, especialmente a linha de sucos. Deposito uma grande esperança nos trabalhos dessa frente, que é constituída de deputados de todas as regiões do estado", comenta.

Neodi Saretta

PT

Idade: 52 anos
Formação/Profissão: advogado
Base eleitoral: Oeste e Meio-Oeste
Mandatos: 1995-1999, 1999-2000, 2011-2015, 2015-2018

TRANSPORTE E SEGURANÇA

MELHORIA NAS RODOVIAS E MAIS POLICIAIS PAUTARAM AÇÕES DO DEPUTADO

Grandes ações marcaram o ano parlamentar do deputado Neodi Saretta, com reuniões, audiências públicas e debates que levantaram muitas questões resultando em importantes encaminhamentos. Além das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa, Saretta participou de atividades pelo estado para ouvir a população e, a partir das conversas com a comunidade e lideranças, surgiram importantes proposições. "É preciso ouvir a população e a necessidade de cada município e, assim, trabalhar as questões que afetam os catarinenses. As principais preocupações dos cidadãos estão ligadas à saúde, educação e segurança", aponta.

Uma das principais reivindicações da população é em relação à precariedade das rodovias que cortam Santa Catarina. Por isso, Saretta levou o tema a vários debates no plenário, cobrando ações para a recuperação das estradas e mais agilidade nas obras que estão sendo executadas.

Outro clamor dos catarinenses é em relação à falta de policiais. O aumento do efetivo foi uma das bandeiras do parlamentar em 2015. Saretta fez questionamentos ao Executivo sobre a falta de policiais, um problema que afeta todas as regiões de Santa Catarina. O número de policiais em serviço diminuiu significativamente nos últimos anos, contribuindo para o aumento da criminalidade. Sendo assim, o deputado reivindicou ao Estado mais policiamento nas ruas, além da convocação dos aprovados em concurso público. "Em muitas cidades o efetivo não é suficiente para atender a demanda e garantir a segurança da população. O Estado não pode ser omisso nessa questão", disse Saretta.

SETEMBRO VERDE PROPÕE CONSUMO CONSCIENTE E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

O 1º Seminário Estadual Setembro Verde foi realizado por meio de proposição do deputado Neodi Saretta, autor da Lei 16.645, de 24 de junho de 2015, que institui o Setembro Verde. A primeira ação reuniu em Concórdia mais de 400 pessoas. O evento foi organizado em conjunto com a Escola do Legislativo e contou com o apoio do Instituto Federal Catarinense, da Universidade Federal Fronteira Sul e mais de 20 entidades. O objetivo é chamar a atenção da população para o consumo consciente, a alimentação saudável, o uso racional dos recursos hídricos e a qualidade de vida.

No setor de alimentação, Saretta é autor do projeto de lei que inclui a carne de tilápia na merenda das escolas estaduais. O objetivo da proposição é proporcionar uma dieta mais saudável aos estudantes catarinenses beneficiados pela merenda escolar e aumentar o consumo da espécie, que é produzida no estado.

SAÚDE CONTINUOU SENDO UMA DAS BANDEIRAS DE SARETTA

Como sempre fez no desempenho das funções parlamentares, o deputado Neodi Saretta trabalhou ações voltadas à saúde e qualidade de vida. Com um debate positivo por todos os parlamentares, foi aprovado em plenário o projeto de lei que trata da saúde do homem. Saretta sugeriu ao Estado a criação de campanhas educativas para reduzir o preconceito e a resistência dos homens aos tratamentos preventivos. "Investir na prevenção custa menos que um tratamento, fazer exames é mais barato que uma cirurgia e a prevenção pode salvar vidas", disse Saretta.

Padre Pedro Baldissera

PT

Idade: 58 anos
Formação/Profissão: padre católico, com formação em filosofia, pedagogia e teologia
Base eleitoral: Grande Oeste
Mandatos: 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019

PRESERVAÇÃO

UM MANDATO A SERVIÇO DA VIDA

Depois de ouvir entidades, movimentos, pesquisadores e lideranças em várias regiões, Padre Pedro definiu o foco do trabalho em áreas como a produção agroecológica e a agricultura familiar e camponesa, a preservação e o gerenciamento da água, a introdução das plantas e ervas bioativas nos sistemas municipais de saúde e mais recentemente a apicultura.

"Fiscalizar e analisar projetos é apenas uma parte. Acredito que falta ao Parlamento um olhar estratégico sobre a sustentabilidade, nas mais diferentes áreas, e é isso que colocamos em pauta", afirmou.

O parlamentar já conseguiu a aprovação de leis dirigidas à agroecologia, e em 2015 reapresentou o projeto 586/2013, que cria uma política de Estado voltada ao setor. A proposta já passou pelas principais comissões da Casa e será votada em breve. "Cerca de 80% dos alimentos consumidos pelos catarinenses têm origem em pequenas propriedades. Com assistência técnica e uma política de apoio é possível garantir a produção agroecológica com respeito ao meio ambiente e às famílias do campo e da cidade", destacou.

No caso da água, como presidente do Fórum para Preservação do Aquífero Guarani, o deputado iniciou a articulação pela implantação do Plano Estadual de Gerenciamento Hídrico. O estado é um dos únicos no país sem o instrumento, criado há 10 anos.

Padre Pedro tem o maior número de projetos dirigidos à sustentabilidade no Parlamento, em diferentes áreas. Como resultado de uma das propostas mais inovadoras, construída com apoio técnico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Estado já iniciou a construção de um Plano de Agricultura Urbana para Santa Catarina. O objetivo é a ocupação de áreas abandonadas, no espaço urbano, para garantir segurança nutricional e complementação de renda às famílias, política já aplicada em diversos países da Europa e Ásia.

APICULTURA E PLANTAS MEDICINAIS INOVAM O TRABALHO

Uma das linhas de ação em 2015 foi o apoio ao setor apícola. A criação de abelhas não só gera renda para a agricultura familiar, mas é importante na polinização, fundamental à produção de alimentos. Há estudos que apontam reduções alarmantes nas populações de abelhas no país e no mundo.

Padre Pedro reuniu-se com representantes do setor, produtores e especialistas para ouvir demandas. Em julho, buscou a reitoria da UFSC e a Secretaria de Agricultura pela implantação de um centro de pesquisa e extensão para a apicultura, na antiga Cidade das Abelhas, em Florianópolis.

Na área de plantas medicinais, o projeto Farmácia da Natureza chega ao oitavo ano com atividades em todas as regiões. O objetivo é levar às comunidades informações importantes sobre o cultivo e a utilização das plantas e ervas na saúde humana. O trabalho avançou e municípios já criaram hortos de plantas disponíveis às comunidades. Outra questão importante são os planos municipais de fitoterapia, produzidos com o apoio do projeto.

LUTA CONTRA OS SALÁRIOS VITALÍCIOS DOS EX-GOVERNADORES

Desde 2006, Padre Pedro ingressou com ações na Justiça e projetos na Assembleia para acabar com os salários vitalícios pagos aos ex-governadores de Santa Catarina. Se o projeto sobre o assunto apresentado pelo deputado em 2011 tivesse sido aprovado, o Estado teria economizado cerca de R$ 15 milhões.

Padre Pedro também apresentou ações judiciais na Vara da Fazenda Pública da Capital e no Supremo Tribunal Federal. Em setembro, entregou ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski, um novo pedido de agilidade no julgamento, pela Suprema Corte, da ação que pode acabar com esse benefício que é inconstitucional e sangra os cofres públicos de Santa Catarina.

Patrício Destro

PSB

Idade: 36 anos
Formação: jornalista
Base eleitoral: Joinville (Norte do Estado)
Mandato: 2015-2019

TRABALHO

LEIS PARA MUDAR A REALIDADE DAS PESSOAS

No seu primeiro ano de atuação como deputado, Patrício Destro apresentou 34 projetos de lei, sendo que muitos deles são sugestões de pessoas que procuraram o parlamentar em seu gabinete. Uma das proposições é a que estabelece critérios para a emissão de alvará de funcionamento. Empresas classificadas como de grau de risco baixo teriam o documento emitido antes mesmo da vistoria. São 900 segmentos de atividades econômicas que podem ser beneficiados. Empresas atuantes em setores que ofereçam riscos ambientais, segmentos urbanísticos ou atividades insalubres, entre outras categorias, precisam ser vistoriadas previamente. A principal reclamação de futuros empresários é que em algumas cidades a emissão do documento demora até 100 dias. A burocracia trava o sistema econômico e gera prejuízos não só para o empresário, mas também para as cidades, que deixam de arrecadar impostos, além de estancar a geração de emprego e renda.

Outro projeto apresentado tem o objetivo de brecar as feiras irregulares, pois constantemente há reclamações de produtos de má qualidade. Os consumidores acabam sendo lesados por não haver um local para voltar e pedir a troca do produto. Além disso, sofrem prejuízos os comerciantes, que pagam seus impostos em dia, dependem de alvará e cumprem as leis, e o município, que deixa de arrecadar impostos, pois o lucro é presumido e não se paga exatamente sobre aquilo que foi vendido.

DESTRO PRESIDE A COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

O deputado Patrício Destro assumiu em 2015 a presidência da Comissão de Proteção Civil, que mantém contato permanente com a Secretaria de Defesa Civil do Estado. Além de trabalhar para promover ações de prevenção de catástrofes, o presidente da comissão pode intermediar o uso de verbas para recuperar prejuízos causados por chuvas e outras intempéries.

Assim que assumiu a função, Destro solicitou ao governo do Estado que fossem construídas as pontes da Estrada do Rio dos Morros, no bairro Vila Nova, e outra em Pirabeiraba. As duas pontes custaram R$ 110 mil e são estruturas pré-moldadas, que permitem a execução da obra com mais rapidez. A Ponte da Estrada Arataca será a próxima a ser construída, e a intermediação para a obra também foi feita pelo parlamentar.

A comissão ainda realizou, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Workshop El Niño, que gerou uma carta com recomendações para mitigar o fenômeno. Além disso, durante o evento, os meteorologistas recomendaram que fosse feita uma audiência pública para discutir o modelo de Defesa Civil do estado e propor melhorias ao sistema usado atualmente.

PROTEÇÃO ANIMAL

Um dos objetos do mandato do deputado Patrício Destro tem sido atender e dar voz a ONGs e protetoras independentes empenhadas em proteger animais abandonados ou que sofrem maus-tratos.

Uma das sugestões encaminhadas por ONGS virou projeto de lei (PL 229/2015). A ideia é proibir a circulação de veículos com tração animal em perímetro urbano. Há casos de cavalos abandonados quando não servem mais aos propósitos dos donos. Recentemente, em Itajaí, um cavalo foi atropelado e abandonado. Para que situações como essa não se repitam, esse projeto foi apresentado e está tramitando na Assembleia.

Ricardo Zanatta Guidi

PPS

Idade: 38 anos
Formação/Profissão: bacharel em direito e empresário.
Base eleitoral: Região Sul
Mandato: 2015-2019

DEPUTADO QUER INVESTIMENTO NAS ÁREAS MAIS NECESSITADAS: SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA

No seu primeiro ano como deputado estadual, Ricardo Guidi se mostrou atuante e envolvido com as atividades na Assembleia Legislativa. Ele é membro de cinco comissões permanentes da Casa: de Constituição e Justiça, de Turismo e Meio Ambiente (vice-presidente), de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (vice-presidente) e de Segurança Pública. Guidi levantou e encorajou a discussão de temas importantes para a sociedade catarinense. Preocupado com o enxugamento da máquina pública e a readequação de recursos para as áreas mais necessitadas (saúde, educação e segurança pública), Guidi sugeriu que a questão do repasse do duodécimo aos poderes fosse rediscutido em conjunto com os demais poderes para que prioridades do Governo do Estado possam ser cumpridas e atendam à população. Para o deputado, a proposta de mudar os critérios que orientam o repasse dos duodécimos do Executivo para os demais poderes, Ministério Público e Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), mereceu pesadas restrições por parte daqueles que – aparentemente – receberiam menos recursos, e nenhuma solidariedade por parte daqueles que – também aparentemente – ficariam com mais recursos. "Penso que esta deveria ser a essência do debate a ser proposto à sociedade: se os recursos públicos são escassos, quais as atividades públicas que precisam ser mantidas e até ampliadas e quais as que podem ser reduzidas? Sem responder essa pergunta, a informação de que um determinado órgão público teve suas dotações reduzidas é absolutamente irrelevante", afirmou. Na opinião de Guidi, o tema deverá ser tratado com mais transparência. "É preciso mostrar quanto e onde se poderia perder e ganhar. Também identificar se as atividades de alguns seriam restringidas e quais seriam ampliadas. As da educação? As da saúde? As da segurança pública? O silêncio do Poder Executivo nos privou dessa informação e prejudicou o debate do tema."

GUIDI DEFENDE O JOVEM EMPREENDEDOR

O deputado Ricardo Guidi fez uma indicação ao Governador do Estado para que o Poder Executivo elabore um manual de orientação aos jovens empreendedores catarinenses. Como deputado e também empresário, o parlamentar tem ouvido relatos sobre as dificuldades dos jovens que querem empreender e encontram pouca informação e auxílio do poder público. "O empreendedorismo é um dos caminhos para a ampliação da geração de riquezas do Estado. Normalmente dedicados aos pequenos negócios, os jovens empreendedores podem se constituir numa força na exploração de novas oportunidades econômicas, contribuindo para uma distribuição de renda mais homogênea", justificou o deputado em sua indicação.

Na solicitação, Guidi explica que os jovens encontram muita dificuldade na hora de empreender, pois faltam informações consistentes sobre os programas públicos que podem prestar-lhes assistência técnica sobre as fontes de crédito mais viáveis para o pequeno negócio e sobre programas de complementação da formação acadêmica. "O fato é que existe uma gama de projetos e serviços voltados aos jovens, porém não há uma cartilha com o passo a passo para orientá-los."

PROJETOS DE LEI

Tramita na Alesc projeto de lei de autoria de Ricardo Guidi que dispõe sobre o prévio credenciamento para a entrada de pessoas nos estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino (PL 287/2015). O parlamentar justifica que a proposição objetiva a segurança dos alunos. "Queremos evitar e inibir o assédio aos alunos por pessoas suspeitas, como já vimos em alguns casos. Dessa forma, apenas as pessoas credenciadas e autorizadas pelos pais poderão ter contato com os alunos", destacou Guidi.

Rodrigo Minotto

PDT

Idade: 42 anos
Formação/Profissão: administrador e advogado
Base eleitoral: Criciúma e região Sul
Mandato: 2015-2019

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO REAFIRMA COMPROMISSO COM OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

ATUAÇÃO DESTACADA EM DEFESA DOS TRABALHADORES COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO E NO MUNDO DO TRABALHO, ESPECIALMENTE PELA INCLUSÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES NO MERCADO DE TRABALHO

Ao longo de 2015 o deputado estadual Rodrigo Minotto desenvolveu um mandato em defesa dos direitos dos trabalhadores com ênfase na educação. Logo no início do ano, teve participação decisiva contra a Medida Provisória 198, que retirava direitos dos professores admitidos em caráter temporário (ACTs), a qual acabou sendo retirada pelo Governo do Estado.

Minotto se posicionou contra o projeto de reordenamento espacial da Secretaria de Estado da Educação, cujo objetivo é fechar escolas para reduzir custos, proposição excludente e antissocial que afeta a comunidade escolar, pais, alunos e professores. "Educação é direito de todos e dever do Estado. Além de garantir o acesso e permanência, deve assegurar ensino de qualidade", comenta.

Além disso, o deputado Rodrigo Minotto é favorável à ampliação do orçamento do Estado para a concessão de bolsas de estudo por meio do artigo 170 e à criação de um programa de qualificação profissional para jovens e adolescentes que buscam a inclusão no mercado de trabalho.

FIM DAS SDRS

O deputado estadual Rodrigo Minotto defendeu a extinção das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) por entender que perderam suas funções e objetivos. "O momento é de contenção de despesas. Vamos continuar defendendo a extinção dessas estruturas, pois não afetará em nada o trabalho já centralizado ao longo dos últimos anos nas secretarias setoriais. Menos gasto com estrutura e mais investimento nas pessoas", afirma.

HOMENAGENS

Minotto homenageou os 26 anos do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Criciúma e Região e os 50 anos do Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado de Santa Catarina. Além disso, fez a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao promotor de Justiça Alex Sandro Teixeira da Cruz, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados em defesa das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

PROPOSIÇÕES

O deputado estadual Rodrigo Minotto é autor de projetos de lei que tratam dos seguintes temas:

- dá publicidade à agenda do Poder Executivo Estadual;
- obriga as agências bancárias a disponibilizar bebedouro, banheiros e caixas eletrônicos adaptados aos clientes e usuários;
- altera o artigo 1º da Lei 13.334, de 2005, que institui o Fundosocial, destinado a financiar programas de apoio, inclusão e promoção social e acrescenta os parágrafos 3º, 4º e 5º;
- dispõe sobre a apresentação de documentos comprobatórios fiscais e trabalhistas por meio eletrônico, para fins de recebimento de contratos de prestação de serviço firmados com os órgãos do governo do Estado de Santa Catarina;
- proíbe o corte no fornecimento de energia elétrica na véspera de finais de semana e feriados;
- reserva até 30% das vagas de estagiários nos Poderes do Estado de Santa Catarina para estudantes das escolas públicas do ensino médio;
- obriga os hospitais públicos estaduais a realizarem exames preventivos periódicos gratuitos;
- dispõe sobre a fabricação, produção e distribuição da fosfoetanolamina sintética aos pacientes com câncer;
- institui o Dia Estadual do Representante Comercial;
- concede benefícios fiscais aos oficiais de Justiça Avaliadores e aos oficiais da Infância e Juventude para execução de suas atividades funcionais.

Romildo Titon

PMDB

Idade: 61 anos
Formação/profissão: produtor rural
Base eleitoral: Meio-Oeste e Serra catarinense
Mandatos: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2018

AUSTERIDADE NO PARLAMENTO, PROMOÇÃO DA CIDADANIA E ATENDIMENTO À BASE MARCAM ATUAÇÃO DE TITON EM 2015.

Presidente da Comissão de Segurança Pública, o deputado discutiu ações de combate à violência no estado. Ele também articulou milhões em recursos aos municípios da região que representa

Ainda no exercício da presidência da Assembleia Legislativa, no início de 2015 o deputado Romildo Titon começou o ano devolvendo aos cofres do Executivo R$ 70 milhões, fruto da economia feita ao longo de 2014. Os recursos foram usados principalmente no atendimento de saúde do estado. Além disso, Titon implantou o plano de saúde dos funcionários da Alesc, um pleito reivindicado há anos pela categoria. Entregou a presidência ao deputado Gelson Merisio com um acordo selado entre os 40 deputados.

A agenda de Titon foi marcada ainda, ao longo de 2015, pelas atividades na presidência da Escola do Legislativo, no comando da Comissão de Segurança Pública e no atendimento aos municípios da base eleitoral.

Promoção da educação e cidadania, eventos sobre direito e gestão pública e o debate sobre o desaparecimento de pessoas foram algumas das principais ações da Escola do Legislativo em 2015.

O 6º Encontro Estadual de Vereadores Mirins, um dos mais conhecidos projetos da Escola do Legislativo, contou com a presença de 20 Câmaras Mirins e de 264 estudantes. Para estimular a participação do jovem na política, a Escola do Legislativo oferece programas de educação para a cidadania, dentre eles o Parlamento Jovem e o Vereadores Mirins. "É uma forma dos jovens conhecerem a Capital e a Assembleia Legislativa, por meio de parceria entre as Câmaras de Vereadores e o Legislativo estadual. A educação política dos jovens é fundamental", disse o deputado.

A instituição, coordenada por Antoninho Tibúrcio Gonçalves, também divulgou os resultados do primeiro Censo Legislativo Municipal Catarinense, uma radiografia das Câmaras de Vereadores.

RECURSOS PARA MUNICÍPIOS

Cerca de R$ 7 milhões foram viabilizados por Titon aos municípios de sua base por meio de convênios junto ao Governo do Estado. Os recursos foram usados em pavimentação e recuperação de ruas e rodovias, aquisição de ambulâncias, aparelhamento de hospitais e auxílio a Apaes, centros comunitários, parque de exposições.

Titon também trabalhou em 2015 para articular a viabilização da tão sonhada construção de contorno viário de Capinzal e Ouro. A obra, estimada em R$ 32 milhões, deve ter a ordem de serviço autorizada em janeiro pelo governador.

O deputado ainda articulou a abertura do curso técnico de agropecuária em Abdon Batista, no Centro de Educação Profissional (Cedup), no primeiro semestre de 2016. A obra teve investimentos na ordem de R$ 9 milhões. O empreendimento contempla 12 salas de aula, seis laboratórios, ginásio de esportes, vestiários, refeitório, biblioteca, área de lazer e estação meteorológica. Além disso, o asfaltamento do acesso ao Centro, que custou R$ 400 mil, também foi reivindicado pelo deputado. Em Campos Novos, participou de inauguração da Biblioteca Pública Municipal Governador Luiz Henrique da Silveira, que recebeu investimentos de R$ 3 milhões do governo do Estado, oriundos de emenda parlamentar de Titon e contrapartida do município.

SEGURANÇA PÚBLICA

Na presidência da Comissão de Segurança Pública, o deputado Titon ouviu e discutiu os pleitos de municípios de todo o estado, como o aumento dos casos de crime e violência em Joinville e Penha, na região Norte. A emissão de carteiras de identidade no município de Fraiburgo também foi tema de audiência do colegiado. A comissão buscou soluções para as demandas sociais.

Silvio Dreveck

PP

Idade: 62 anos
Formação/Profissão: administrador
Base eleitoral: Planalto Norte
Mandatos: 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019

DESAFIO

DEPUTADO SILVIO DRECK ASSUME A LIDERANÇA DO GOVERNO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

No início de seu terceiro mandato, o deputado Silvio Dreveck aceitou o convite do governador Raimundo Colombo para ser o líder do governo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Um grande desafio, tendo em vista os projetos do Executivo que tramitaram na Casa ao longo do ano de 2015. Dreveck aceitou a responsabilidade de ser líder por acreditar que Santa Catarina deveria fazer reformas para enfrentar o cenário nacional de crise política e econômica. O deputado promoveu a articulação entre o Legislativo e o Executivo e realizou debates com a sociedade a fim de aprimorar e aprovar projetos que visavam reduzir as despesas de custeio e aumentar a eficiência do Estado.

Com esse objetivo, foi aprovado o projeto de fusão das Agências Reguladoras para a criação da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc) e a transformação das Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs) em Agências de Desenvolvimento. Estima-se que, somente com essa transformação, a economia anual será superior a R$ 5 milhões.

Para amenizar o déficit nas contas da previdência, o governo enviou projeto de lei para criar o SCPrev, fundo complementar para os futuros servidores estaduais, e para aumentar a alíquota previdenciária dos servidores. Para Dreveck, os projetos apresentados no ano são essenciais para o estado. "Todos foram debatidos e votados com responsabilidade, de forma suprapartidária. São medidas que trarão resultados em longo prazo e possibilitarão que Santa Catarina continue fazendo investimentos em áreas essenciais", afirma o parlamentar.

Além da função de líder do governo, Silvio Dreveck foi reeleito presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. O deputado também assumiu a vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça e tornou-se membro da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Institucionais e Mercosul.

TRABALHO PARA EQUILIBRAR AS CONTAS DA PREVIDÊNCIA

Para equilibrar as contas da previdência, o projeto do SCPrev, encaminhado pelo Executivo à Assembleia Legislativa, por meio do líder Silvio Dreveck, visa reduzir o rombo nas contas do tesouro do Estado gerado pelo déficit previdenciário. Nos últimos nove anos a diferença entre a arrecadação e o pagamento de benefícios acumulou mais de R$ 13,7 bilhões, valor que ultrapassou investimentos realizados em saúde e educação no período.

A proposta estabelece um fundo complementar para os novos servidores que quiserem se aposentar com valores acima do teto do INSS. O deputado Silvio Dreveck promoveu reuniões com as bancadas dos partidos e entre servidores públicos e técnicos da Secretaria da Fazenda a fim de elucidar o projeto e alertar para a importância da aprovação. "Não podemos pedir à população catarinense que pague mais impostos para custear aposentadorias. Esse é um importante passo para garantir a sobrevivência financeira do Estado em longo prazo", afirma o deputado.

DREVECK DEFENDE QUE GOVERNO FEDERAL PROMOVA REFORMAS

Em seus pronunciamentos na tribuna, o deputado Silvio Dreveck reiterou a urgência em se promover reformas no país. Para o parlamentar, o governo precisa realizar as reformas política, tributária, previdenciária e na infraestrutura.

O deputado defende a implantação de modelos de investimento público-privados por meio de concessões para as obras de infraestrutura no Brasil. "A União não tem recursos para todas as áreas e deve priorizar investimentos em saúde, educação e segurança. Para a infraestrutura, o setor privado tem capacidade de executar as obras com maior segurança e celeridade", defendeu.

Valdir Vital Cobalchini

PMDB

Idade: 50 anos
Formação/Profissão: adevogado
Base eleitoral: Meio-Oeste e Oeste
Mandatos: 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019

ANO MARCADO POR DISCUSSÕES DO PLANO DE EDUCAÇÃO

A Assembleia Legislativa aprovou em 2015 o Plano Estadual de Educação enviado pelo governo do Estado ao Parlamento. O deputado Valdir Cobalchini, que preside a Comissão de Educação, foi relator do projeto nas comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Com 19 metas para serem implantadas nos próximos dez anos, o plano, na avaliação do deputado, traz grandes avanços para educação em Santa Catarina. "Esse projeto vai nortear a educação pela próxima década. Dentre as propostas, destaco a que determina gastos equivalentes a 10% do Produto Interno Bruto de Santa Catarina na área da educação. Esse investimento deve chegar a 7% em cinco anos e a 10% em 2024", afirma Cobalchini.

Conforme o parlamentar, foram realizadas oito audiências públicas em todas as regiões do estado, onde foram defendidos mais investimentos na educação. "Não existe futuro promissor sem investimento em educação."

Para Cobalchini, outra meta importante é o aumento do número de vagas em creches. "Os municípios catarinenses só conseguem oferecer 138 mil vagas em creches, apesar de termos mais de 320 mil crianças nessa faixa etária, de acordo com o Censo de 2010. O documento prevê uma meta de, no mínimo, 50% das crianças atendidas em creches até 2024."

O documento traz ainda a valorização dos profissionais do magistério da rede pública de educação básica. "As metas são muito importantes. Elas serão atingidas se cada um fizer a sua parte, nós, os agentes públicos, e a sociedade. Precisamos encontrar mecanismos para que sejam alcançadas em todas as regiões do estado", finaliza Cobalchini.

DEFESA DE INVESTIMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE

O trabalho na Alesc no ano de 2015 foi marcado pela defesa dos pleitos das regiões onde está a base eleitoral do deputado, com ênfase para o Meio-Oeste e Oeste do estado. Pleitos como os investimentos no Hospital Maicé, de Caçador, e na Fundação Hospitalar de São Lourenço do Oeste foram destaque na atuação do parlamentar.

Cobalchini defende o fortalecimento dos hospitais filantrópicos, que são responsáveis pela maioria dos atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). "Há muito tempo acompanho a situação desses hospitais, responsáveis por 70% dos atendimentos pelo SUS", explica o deputado. "Em Santa Catarina também precisamos fazer o dever de casa. É muito mais econômico para o governo investir nos hospitais filantrópicos, que já possuem suas estruturas, do que fazer novos. Precisamos salvar os hospitais que temos e que estão à beira de fechar as portas", argumenta.

INFRAESTRUTURA É SEMPRE PRIORIDADE

Valdir Cobalchini também tem seu foco no setor de infraestrutura. Ex-secretário da pasta no governo anterior, o deputado acompanha o desenvolvimento das obras que foram iniciadas durante a sua gestão. O parlamentar é membro da Comissão de Transportes da Alesc. "Como secretário de Infraestrutura, iniciamos obras de pavimentação, restauração e duplicação de rodovias em todas as regiões do estado. Agora, como deputado, estou acompanhando e fiscalizando a execução dessas obras."

Cobalchini destaca obras que já foram concluídas, como a nova travessia de Caçador, o contorno de Videira, a restauração de rodovias como a que liga São Lourenço do Oeste a São Domingos, o trecho de São Lourenço do Oeste a Formosa do Sul, além da rodovia entre Chapecó e a divisa com o Rio Grande do Sul. "Além disso, temos outras obras importantes mas em todas as regiões do estado."

Valmir Comin

PP

Idade: 54 anos
Formação/Profissão: técnico em edificações
Base eleitoral: Sul do Estado
Mandatos: 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2018

PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR DOS CATARINENSES

Uma das principais marcas dos mandatos do deputado estadual Valmir Comin é a promoção do bem-estar dos catarinenses. Dono de uma carreira pública pautada pelo comprometimento, escriturada no posicionamento firme e em defesa da qualidade de vida das pessoas, ele tem apresentado projetos de lei que visam unicamente solucionar os problemas vividos em sociedade.

Ao longo do ano de 2015, o parlamentar protocolou ideias direcionadas para algumas situações que estão esquecidas no estado. Como, por exemplo, o Projeto de Lei 64/2015, que institui a política estadual de busca de pessoas desaparecidas em Santa Catarina.

O objetivo é promover uma ação integrada, fazer com que todos os profissionais responsáveis por busca e identificação de pessoas desaparecidas tenham para trabalhar um banco de dados com informação em tempo real para que, na prática, possam agir de forma mais efetiva e imediata.

Comin explica que entre as diretrizes está a criação de programas e ações de inteligência articulados entre os órgãos públicos e unidades policiais na investigação das circunstâncias do desaparecimento até a definitiva solução. O registro de DNA dos familiares também faz parte das ações. O referido projeto chegou a ser aprovado por unanimidade pelos deputados.

O parlamentar avalia que concluiu o ano com o registro intenso de um trabalho muito positivo. Em seus projetos, toma o cuidado de buscar por técnicos de cada área durante a criação e execução para conhecer a realidade de quem atua em cada setor. Seu gabinete é conhecido por ser o que está sempre de portas abertas para as lideranças das mais diferentes cidades e regiões catarinenses.

LEIS: SEGURANÇA DA POPULAÇÃO ENTRE AS PRIORIDADES

A sociedade tem vivido momentos de agonia quando o assunto em pauta é segurança. E, por meio de projetos, o deputado estadual Valmir Comin tem trabalhado com intensidade o tema. Um projeto sancionado pelo governador foi o PL 14/2015, que trata da instalação de dispositivos antissucção em piscinas.

Já o PL 35/2015 dispõe sobre o compartilhamento de imagens e sistemas de imagens pelos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional do Estado de Santa Catarina. O objetivo é integrar os sistemas das polícias e desburocratizar os trabalhos. Atualmente, só é permitida a visualização de qualquer imagem, seja ela de residência ou prédio público, com autorização judicial para investigação.

Para Comin, outra possibilidade assegurada pela lei é a criação de convênios com entidades e empresas privadas para o compartilhamento de imagens, com o intuito de que possam ser automaticamente visualizadas e monitoradas pelo Comando da Polícia.

LUTA: COMIN ARTICULA PARA TIRAR LEI DE INCLUSÃO SOCIAL DO PAPEL

Aprovada ainda em 2014, a Lei 16.577, que dispõe sobre a criação do Programa de Inclusão Profissional Pós-Abrigo em Santa Catarina, ainda não foi colocada em prática. Comin tem acompanhado de perto o desfecho e já levou o assunto ao novo secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Geraldo Althoff.

O objetivo é proporcionar qualificação profissional a adolescentes que vivem em abrigos, a partir dos 14 anos de idade, para, posteriormente, encaminhá-los ao mercado de trabalho. Para o deputado, os jovens que não contam com apoio dos pais ou de familiares terão, automaticamente, o início de uma vida profissional, além da valorização da autoestima. A lei possibilita ainda a criação de parcerias e convênios para garantir os objetivos do programa.

Jean Leutprecht

PCdoB

Idade: 50 anos
Formação/Profissão: educador físico
Base eleitoral: Jaraguá do Sul e região
Mandato: 2015

PRIORIDADE EM PROJETOS NA ÁREA DO ESPORTE

Apesar de ter permanecido apenas 60 dias no exercício do mandato parlamentar, o suplente de deputado Jean Leutprecht teve uma ampla produção legislativa em sua passagem pelo Parlamento catarinense em 2015. Empossado no dia 16 de julho para substituir o titular Cesar Valduga, que se licenciou por motivos particulares, Leutprecht apresentou 10 projetos de lei, além de quatro requerimentos com pedidos de diligência para subsidiar os projetos dos quais foi relator nas comissões permanentes da Alesc.

Formado em Educação Física, o deputado, que é da região de Jaraguá do Sul, apresentou projetos principalmente na área do esporte. O PL 348/2015 cria em Santa Catarina o Programa Ingresso a Preço Popular nos eventos desportivos. O objetivo é permitir que pessoas de baixa renda tenham acesso a competições esportivas, por meio de ingressos a preços mais baixos.

Também para incentivar a ida dos catarinenses às competições esportivas, Leutprecht elaborou o PL 362/2015, que cria o vale-esporte em Santa Catarina. O benefício, nos mesmos moldes do vale-cultura do governo federal, seria no valor de R$ 100 mensais e permitiria que o trabalhador o utilizasse para a compra de ingressos de eventos esportivos.

Já o PL 349/2015 cria o Programa Estádio Sustentável. A proposta é incentivar a transformação das praças esportivas em equipamentos ambientalmente sustentáveis, com a adoção de medidas como reaproveitamento da água da chuva, por exemplo.

A preocupação com o esporte também está expressa no PL 350/2015. Nele, Leutprecht defende que no mínimo 1% do orçamento estadual seja destinado às práticas desportivas. Ainda na área do esporte, mas com foco nas crianças e adolescentes, o deputado apresentou o PL 352/2015 para criar o Programa Estadual de Recreação Estudantil. O objetivo é oferecer aos estudantes, durante o período das férias escolares, opções de lazer para preencher o tempo livre, com atividades lúdicas, artísticas, esportivas, culturais, sociais e turísticas.

Todos esses projetos de lei seguem em tramitação na Alesc.

PREOCUPAÇÃO COM OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

Outros três projetos apresentados por Jean Leutprecht em sua passagem pela Alesc tratam dos pequenos produtores rurais. O parlamentar sugeriu duas alterações no texto do Código Estadual Ambiental que protegem esses produtores de eventuais problemas jurídicos com a legislação ambiental vigente.

MEIO AMBIENTE

Leutprecht sugeriu a criação do Programa Estadual de Conservação e Uso Racional da Água em Edificações, por meio do PL 377/2015, que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O objetivo é instituir medidas que induzam à conservação de água, ao uso racional do recurso e a utilização de fontes alternativas para a adaptação de água e reuso nas novas edificações.

HOMENAGEM AOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O parlamentar também foi o proponente de uma sessão especial realizada pela Assembleia Legislativa em alusão ao Dia do Profissional de Educação Física, comemorado no Brasil em 1° de setembro. Ao considerar a homenagem uma forma de agradecimento às entidades que, muito contribuem para o fortalecimento e valorização da profissão, Leutprecht destacou a importância dos profissionais em relação ao bem-estar físico das pessoas. Professor de Educação Física por formação há mais de 30 anos, o parlamentar enfatizou que esta é uma categoria que faz um grande trabalho em prol do esporte e da saúde da população.

Julio Cesar Ronconi

PSB

Idade: 38 anos
Formação/Profissão: advogado, pós-graduado em Direito Privado e mestrando em Gestão de Políticas Públicas
Base eleitoral: Planalto Norte (Rio Negrinho, São Bento do Sul e Campo Alegre)

RONCONI PRIORIZA A BUSCA POR INVESTIMENTOS PARA O PLANALTO NORTE

Durante sua passagem pela Assembleia Legislativa, o deputado Julio Ronconi teve como prioridade a busca por investimentos para o Planalto Norte catarinense. Os 60 dias de atividades do deputado foram de peregrinação entre o secretariado do governo e deputados federais. "Nossa região precisa de mais investimentos. Levantei essa bandeira em favor do Planalto Norte", comentou.

Entre os destaques está a captação de recursos para elaborar um projeto de contenção de cheias em Rio Negrinho. "Nosso município sofre constantemente com alagamentos, e esse projeto é a esperança da comunidade para resolver o problema," frisou o deputado. Para isso, Ronconi reuniu os meios político e empresarial do município e fez várias audiências com o secretário de Defesa Civil, Milton Hobus, que garantiu parte do valor para o projeto.

Em outras vertentes de trabalho, Ronconi também se reuniu com representantes do governo de diversas áreas, como saúde, educação, Casa Civil, assistência social, planejamento, Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e Santa Catarina Turismo (Santur). Além das autoridades estaduais, o deputado esteve em Brasília, onde fez solicitações aos deputados federais Mauro Mariani, Fabrício Oliveira, Carmen Zanotto e Esperidião Amim e aos senadores Paulo Bauer e Dalírio Beber.

Uma bandeira em favor da região

Foi instalada na Assembleia Legislativa, por iniciativa do deputado Julio Ronconi (PSB), a Frente Parlamentar do Desenvolvimento do Planalto Norte. O objetivo, de acordo com o requerimento, é formar uma comissão suprapartidária para acompanhar e cobrar as políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança, tecnologia e inovação e, principalmente, obras de infraestrutura para a região. "O objetivo é a união dos deputados na defesa dos interesses da região. Isso vai ser cobrado do Governo do Estado pela frente parlamentar, não pelo deputado A ou B", frisou Ronconi.

Níkolas Reis Moraes dos Santos

PDT

Idade: 34 anos
Formação/Profissão: advogado/Mestre em Gestão de Políticas Públicas
Base eleitoral: Itajaí e região
Mandato: 2015

NÍKOLAS REIS MOSTRA COMPROMETIMENTO E EXPERIÊNCIA

A ATUAÇÃO DO DEPUTADO FOI MARCADA PELA PARTICIPAÇÃO NOS PRINCIPAIS DEBATES DA CASA

Mesmo tendo assumido uma cadeira na Assembleia Legislativa por um período de dois meses, entre 1º de julho e 31 de agosto de 2015, Níkolas Reis se mostrou um parlamentar preparado e atuante. Apresentou 11 indicações, 5 pedidos de informação, 1 projeto de lei e 1 requerimento de audiência pública.

Substituindo o deputado Rodrigo Minotto, o parlamentar atuou como membro das comissões permanentes de Finanças e Tributação (CFT), de Educação e de Trabalho. Foi responsável pela relatoria de oito projetos de lei que tramitaram nos colegiados.

O deputado participou, também, de cinco audiências públicas, com destaque para as que discutiram o Orçamento Regionalizado e o Plano Estadual de Educação. Além disso, esteve presente em todas as sessões plenárias do período, mostrando comprometimento e respeito com a Casa de Leis de Santa Catarina.

PROPOSIÇÕES

projeto de lei que dispõe sobre o controle da população de cães e gatos em Santa Catarina, por meio da utilização de unidades móveis de castração e esterilização (PL 309/2015)

- coautoria do requerimento aprovado na CFT que permitiu ampla discussão das Medidas Provisórias 201, 202 e 203, encaminhadas pelo governo do Estado
- pedido de informação sobre o contrato de concessão da travessia entre Itajaí e Navegantes (ferryboat) e informações complementares como critérios, processos de licitação, situação do contrato atual e valores
- pedido de informação ao Governo do Estado sobre o cronograma das obras de duplicação da Rodovia Antônio Heil
- indicações ao Governo do Estado para instalação de uma unidade do Hemosc em Itajaí; aumento nos efetivos das polícias militar e civil em Itajaí; iluminação, sinalização e policiamento na rodovia SC-414, conhecida por TransBeto; promoção de estudos no sentido de desapropriação preventiva do entorno do Hospital Marieta, com vistas à futura e natural expansão
- indicação para instalação de um posto policial no Arraial dos Cunhas, Limoeiro ou Laranjeiras para atendimento a toda a região do Verde Vale
- indicação ao Banco do Brasil para prorrogação do contrato de comodato com o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (Cepesi)

MANDATO EM DEFESA DE ITAJAÍ, NAVEGANTES E TODA A REGIÃO

O deputado Níkolas Reis utilizou a tribuna da Alesc sempre que pôde para tratar dos mais diversos temas de interesse do estado, especialmente aqueles relacionados às cidades de Itajaí e Navegantes, com destaque para o Complexo Portuário do Rio Itajaí-Açu.

A questão portuária esteve em evidência nas matérias apresentadas pelo parlamentar, como no pedido de informação ao Governo do Estado requerendo o cronograma da obra da nova Bacia de Evolução do Complexo Portuário de Itajaí. Também nas indicações encaminhadas à Presidência da República, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ao Ministério do Planejamento e à Receita Federal que solicitaram a contratação urgente de novos servidores para trabalharem em Itajaí e permitirem a celeridade na liberação de cargas.

Em audiência com o então ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, Níkolas solicitou empenho nas tratativas federais relativas à Via Portuária, à Bacia de Evolução, ao aumento do efetivo de fiscalização das unidades da RFB, do MAPA e da Anvisa em Itajaí e às obras de duplicação da BR-470, principalmente no trecho que liga a BR-101 ao Terminal Portuário de Navegantes. Outra reivindicação foi a definição jurídica sobre a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento do Porto de Itajaí, bem como do adensamento dos berços 3 e 4. Tratou, ainda, dos impactos do eSocial em universidades comunitárias, notadamente na Univali.

Demandas da região foram transformadas em proposições, como o ofício enviado à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri) para inclusão de estudos nos projetos de mobilidade para tornar trecho da Rua Hercílio Luz com o conceito de Rua Coberta.